



PLANO DIRETOR – BOCAIÚVA DO SUL

MOBILIZAÇÃO

Plano de trabalho

Análise preliminar do sistema de planejamento



PRODUTO 1

Abril 2020

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL

Contrato Nº 99/2019

REALIZAÇÃO:



PREFEITURA
MUNICIPAL
DE BOCAIÚVA DO SUL

ELABORAÇÃO:



APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe o **PRODUTO 1: MOBILIZAÇÃO – PLANO DE TRABALHO** decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Nº 099/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul e a FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, para a elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Bocaiúva do Sul, Paraná.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I. PLANO DE TRABALHO	9
1. OBJETO E ESCOPO.....	9
2. AGENTES ENVOLVIDOS	11
2.1. Papel das partes interessadas	12
2.1.1. Coordenação Geral da revisão do PDBS	13
2.1.2. Equipe Técnica Municipal - ETM	13
2.1.3. Conselho de Desenvolvimento e Gestão Territorial.....	14
2.1.4. Grupo de Acompanhamento.....	15
2.1.5. Equipe Técnica - Funpar	16
2.1.6. Outros Agentes.....	17
3. METODOLOGIA.....	18
3.1. Leitura Técnica e Comunitária	19
3.1.1. Método Sistêmico	19
3.1.2. Participação da sociedade.....	20
4. FASES DE EXECUÇÃO.....	24
4.1.1. Fase 1 – Mobilização e Estruturação	24
4.1.2. Fase 2 – Análise Temática Integrada - ATI.....	26
4.1.3. Fase 3 – Diretrizes e propostas	31
4.1.4. Fase 4 – Plano de Ação e Investimentos – PAI e Institucionalização do PDBS	33
5. PRODUTOS E CRONOGRAMA.....	36
6. LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	39
II. ANÁLISE PRELIMINAR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL	40
1. MARCO LÓGICO E PLANO DE AÇÃO	40
2. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	49
III. REGISTRO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA FASE 1 - MOBILIZAÇÃO.....	53
1. MEMÓRIA DE REUNIÃO DE ASSINATURA DE CONTRATO	53
2. MEMÓRIA DA 1ª CAPACITAÇÃO	59
3. MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA.....	75
4. MEMÓRIA DE REUNIÃO DA 1ª OFICINA TÉCNICA.....	80
5. MEMÓRIA DE REUNIÃO COM A COMEC	104

6.	MEMÓRIA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA	110
7.	MEMÓRIA 1ª CAPACITAÇÃO do grupo de acompanhamento	129
8.	MEMÓRIA DE CONSOLIDAÇÃO E COORDENAÇÃO	147



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Elementos estruturadores de construção do planejamento estratégico	18
Figura 2: Matriz de Análise.	20
Figura 3: Fluxograma do processo de revisão do PDBS.	23
Figura 4: Fluxograma de entrega e avaliação dos produtos.	37
Figura 5: Fluxograma de entrega e avaliação dos produtos.	38
Figura 6: Estrutura organizacional proposta pelo PDBS.	50
Figura 7: Pranchas do zoneamento de uso e ocupação do solo do Aquífero Karstmem Bocaiúva do Sul.	109
Figura 9 - Imagem das legendas do zoneamento de uso e ocupação do solo do Aquífero Karst .	110

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Grupo de Acompanhamento.	16
Quadro 2: Equipe Técnica da Funpar	17
Quadro 3: Cronograma previsto de Oficinas Comunitárias.	21
Quadro 4: Cronograma previsto de Audiências e Conferência do PDBS.	22
Quadro 5: Planos propostos na Lei do PDBS.	41
Quadro 6: Compilação de planos e ações propostos no PDBS.	42
Quadro 7: Ações do PDBS consideradas prioritárias.	45
Quadro 8: Ações do PDBS implantadas.	47

INTRODUÇÃO

O presente documento é composto por três partes, a saber: Plano de Trabalho, Análise preliminar do sistema de planejamento e gestão territorial e Relatório do Processo Participativo.

O Plano de Trabalho é resultado da compatibilização do Termo de Referência com a Proposta Técnica da FUNPAR, considerando as especificidades da realidade local, capacidade de gestão da Equipe Técnica Municipal e a metodologia escolhida para a realização do trabalho. Constitui, portanto, o documento no qual estão acordados os detalhes do processo de revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul - PDBS.

A segunda parte do documento se constitui de uma análise preliminar do sistema de planejamento e gestão municipal, circunscrita às questões referentes ao Plano Diretor. O estudo apresentado inicia a avaliação da estrutura organizacional, ressaltando-se que sua conclusão se dará na primeira parte da Análise Temática Integrada.

Por fim, apresentam-se os relatórios do processo participativo realizado durante a fase de Mobilização, contendo as memórias das reuniões, fotos, listas de presença e registro dos materiais de divulgação da Audiência Pública.



I. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho se consolida como um acordo entre a Equipe de Consultoria e a Equipe Técnica Municipal, e como tal adquire a função de referência para o detalhamento e a delimitação de: escopo, atividades, métodos, produtos, prazos e sobretudo responsabilidades de cada agente envolvido. Será referência também para avaliação do andamento dos serviços entre a Equipe Técnica Municipal e a equipe da FUNPAR.

Para a execução dos trabalhos, são previstas capacitações e a proposição de uma estrutura organizacional sustentável e articulada para a implementação do conjunto de ações e projetos decorrentes do Plano Diretor, complementadas por atividades de Monitoramento e Avaliação.

Este trabalho será realizado em conformidade com as diretrizes da seguinte legislação principal:

- Constituição Federal de 1988;
- Constituição Estadual;
- Lei Orgânica Municipal, cuja redação estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor;
- Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001), que exige a revisão do Plano Diretor vigente, bem como a atualização e revisão de suas leis complementares;

Dentre as principais atividades previstas para a composição dos Planos, no prazo de 11 meses estão:

- Revisão do Plano Diretor vigente;
- Elaboração dos respectivos Planos de Ação e dispositivos de monitoramento e avaliação;
- Proposição da estrutura organizacional que assegure a sustentabilidade do processo de implementação das propostas;
- Organização e supervisão de equipes multidisciplinares para a realização dos serviços propostos;
- Realização de levantamentos e pesquisas, elaboração de análises e propostas necessários ao cumprimento dos objetivos e a qualidade dos serviços;
- Organização e realização de oficinas com os servidores municipais para capacitação em trabalho e realização dos serviços propostos;
- Organização e realização de oficinas com o Grupo de Acompanhamento sobre os conteúdos tratados nos planos;
- Apoio técnico à organização e coordenação de audiências e demais eventos públicos para garantia do planejamento participativo.

1. OBJETO E ESCOPO

O trabalho tem como objeto elaborar, em colaboração com a equipe técnica da Prefeitura de Bocaiúva do Sul, a revisão do Plano Diretor vigente - PDBS, definindo objetivos, diretrizes e propostas de

intervenção para o desenvolvimento municipal, capacitando os atores diretamente envolvidos com o processo e propondo uma organização sustentável para sua implementação.

A fim de se realizar a revisão do Plano Diretor vigente, exigida por lei (Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e Lei Municipal Nº 269/2008 – Plano Diretor Municipal de Bocaiúva do Sul), são previstas as seguintes atividades, que consistem no escopo deste trabalho:

- Revisão do conjunto de leis que compõe Plano Diretor vigente, a saber, Leis Complementares:
 - Lei nº 269/08 – Plano Diretor Municipal de Bocaiúva do Sul;
 - Lei Complementar 531 – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;
 - Lei Complementar 532 – Lei de Parcelamento do Solo;
 - Lei Complementar 533 – Código de Obras e Atividades Econômicas;
 - Lei Complementar 534 – Código de Posturas do Município;
 - Lei Complementar 535 – Sistema Viário do Município;
 - Lei Complementar 536 – Perímetro Urbano do Município;
 - Lei Complementar 537 – Projeto da Lei de Patrimônio Histórico;
 - Lei Complementar 538 – Operações Urbanas Consorciadas;
 - Lei Complementar 539 – Direito de Preempção;
 - Anexo I (LC 536) – Perímetro Urbano;
 - Anexo IV (LC 531) – Macrozoneamento Municipal;
 - Anexo V (LC 531) – Zoneamento Urbano;
 - Anexo VI (LC 531) – Zoneamento Rural;
 - Anexo VII (LC 531) – Descritivo do Zoneamento Urbano;
 - Anexo VII (LC 535) – Sistema Viário Urbano SEDE;
 - Anexo VIII (LC 535) – Sistema Viário Rural.
- Organização de um Plano de Ação, integrado às atividades de Monitoramento e Avaliação, parte do mesmo contrato, bem como uma proposta de organização institucional para assegurar a sustentabilidade da implementação das propostas;
- Realização de oficinas Técnicas e Comunitárias, conforme descrito no decorrer deste Plano de Trabalho;
- Realizar Audiências Públicas sob a direção do poder público municipal.



2. AGENTES ENVOLVIDOS

Desde a promulgação da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, as ações de planejamento municipal devem seguir o princípio básico da gestão democrática, “*entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades e povoados, garantindo o acesso à informação, à participação, ao controle social sobre os processos decisórios em vários campos e ao fortalecimento do poder local*”. A partir deste princípio, o planejamento ultrapassa o paradigma tecnocrático – no qual as decisões são tomadas com base em conhecimentos técnicos/teóricos pautados em uma cidade ideal – fundando um modelo participativo, caso em que os cidadãos têm a possibilidade de debater e argumentar sobre os assuntos de interesse comum concernentes ao futuro de sua cidade, bem como exercer controle social sobre as políticas públicas.

Com base no princípio da gestão democrática, buscou-se, nos últimos 20 anos, a concepção e aperfeiçoamento de um método de planejamento participativo. Isso implica em uma mudança na lógica de se planejar e gerir uma cidade, na qual o protagonismo do técnico planejador cede espaço à participação do gestor público e dos cidadãos, de modo a se produzir um plano mais próximo à realidade local, condizente com a capacidade administrativa do município. Disto decorre também uma mudança na função do gestor público que, no modo tecnocrático de gestão, ora tomava o papel de técnico planejador, ora o papel de contratante de uma equipe de técnicos especializados. Sem perder as atribuições de planejar e gerir contratos do governo municipal, no âmbito do planejamento participativo a função do gestor público centra-se no papel de articular os diversos atores e, da sua posição de governo, coordenar o processo de concepção e implementação das políticas públicas.

Nesse sentido, pela metodologia de planejamento participativo busca-se a apropriação do plano pelos gestores municipais e pelos cidadãos, ambos atores importantes tanto na fase de elaboração como em sua implementação. O verbo apropriar-se remete à palavra propriedade que, na perspectiva da gestão democrática, pode ser pensada em duas acepções:

- **Conhecimento:** ao participar de todas as fases de planejamento e dos processos de implementação e avaliação, o cidadão e o técnico têm conhecimento dos objetivos, do funcionamento e dos resultados do plano, facilitando (i) o trabalho de implementação por parte do técnico municipal e (ii) o controle social por parte do cidadão.
- **Pertencimento:** tanto os técnicos como a população se sentem donos do plano e assumem o protagonismo em sua implementação, defendendo a manutenção da lógica do instrumento – algo importante nos períodos de mudança de gestão e nas avaliações periódicas do plano.

Para tanto, a participação dos técnicos municipais e dos atores da sociedade civil deverá acontecer durante todo o processo de revisão. Busca-se que a participação ocorra de forma integrada, tanto pela qualificação das contribuições desses agentes, quanto pela otimização da agenda de participação, considerando a quantidade de informações e de eventos necessários para a consecução desta tarefa de planejamento.

Ao longo de todas as fases de elaboração dos planos, serão envolvidos agentes públicos, responsáveis pelas tomadas de decisão e pela implementação de ações de planejamento municipal, bem como agentes privados, principais interessados nas ações que propiciem o desenvolvimento do município.

Cada um destes agentes terá responsabilidades específicas e cumprirá um papel determinante ao longo do processo de planejamento.

2.1. PAPEL DAS PARTES INTERESSADAS

Compreende-se o plano como concepção de uma política pública, que deve ser elaborada e implementada com a participação de todos. Dessa forma, o planejamento municipal é uma construção colaborativa, em que cada parte interessada contribui com seus conhecimentos e experiências. Cada ator exerce um papel específico nesse processo, destacando-se o do gestor público que, como dito anteriormente, tem a função de coordenar a elaboração do plano e sua implementação. Assim, é possível pensar o papel das partes interessadas em duas grandes fases:

Fase de planejamento:

Gestor Público: trata-se dos secretários e funcionários de carreira do executivo municipal, que tomam as decisões e são responsáveis pelas atividades da gestão pública municipal. Nesta fase, o gestor público tem o papel de (i) fornecer informações necessárias à análise do cenário atual e à elaboração de diretrizes e ações futuras; (ii) contribuir com o conhecimento extraído de sua prática cotidiana na gestão pública, de forma a tornar o plano factível e adequado às condições concretas da administração municipal. É importante que o grupo de gestores municipais indicados pelo poder executivo tenham conhecimentos e funções afins com o plano a ser elaborado.

Consultoria: é formada por um conjunto de técnicos especializados nas matérias envolvidas no planejamento municipal. São responsáveis aportar conhecimentos específicos para a produção e análise das informações necessárias à concepção das diretrizes e ações que resultem na mudança da realidade em direção a um cenário desejado. Sua experiência técnica e prática nas diferentes disciplinas do campo do planejamento territorial e da gestão pública contribuem para a identificação dos obstáculos, potencialidades e soluções para o desenvolvimento municipal. Cabe ressaltar que, **pelo método utilizado pela Funpar, o aporte de conhecimento acontece também de forma pedagógica, ou seja, busca-se transferir para técnicos e cidadãos não apenas informações, mas também um saber-fazer relacionado à gestão de seu município.**

Grupo de Acompanhamento: é constituído por representantes de grupos formados em torno de interesses relacionados ao desenvolvimento municipal. A partir de seus interesses, cada grupo contribui com seu ponto de vista da realidade local, atuando como parceiro na análise do cenário atual e na busca das soluções adequadas para o desenvolvimento do seu município.

Cidadão: por meio de consultas e reuniões públicas, todo cidadão é convidado a se envolver na gestão pública, tomando consciência dos fatores concretos que acarretam os problemas que enfrenta em sua vivência, bem como exercitar sua criatividade na busca de soluções. Cabe ressaltar que os cidadãos são representados por vereadores, por isso a participação da Câmara Municipal na elaboração do plano é de suma importância. Quanto mais os vereadores participarem desse processo, mais propriedade terão para a aprovação das leis que instituirão o plano.

*É possível perceber que os papéis exercidos por cada ator são articulados, ou seja, o planejamento municipal se faz a partir da **colaboração das partes interessadas**. No mesmo sentido, o planejamento se torna mais eficaz quando permite a **negociação entre os grupos de interesse**, processo pelo qual todos cedem em algum ponto para priorizar ações estratégicas que beneficiam a todos.*

Fase de implementação: é o momento de executar as ações planejadas. A execução do planejamento sempre é afetada por variáveis e acontecimentos imprevisíveis, que podem se tornar obstáculos ou



oportunidades a serem aproveitadas para a consecução dos objetivos do plano. Nesse sentido, o planejamento não deve ser visto de maneira estática, mas monitorado e avaliado regularmente para possíveis correções na sua execução.

Gestor Público: é o protagonista da fase de execução, trabalhando cotidianamente na implementação das ações e no seu monitoramento. Pela sua familiaridade com a gestão do plano, adquire conhecimento de causa que será fundamental nos momentos de avaliação do planejamento. **Para que haja continuidade no processo de implementação, é fundamental que funcionários de carreira participem da fase de planejamento** para que, a partir de sua apropriação do plano, forneçam subsídios para tomadas de decisões pelos gerentes e secretários municipais.

Consultoria: em geral a consultoria não participa desta fase. Contudo, os técnicos podem assessorar a administração municipal na mitigação dos obstáculos que surgem na implementação das ações. Além disso, podem dar continuidade em processos pedagógicos iniciados na fase de planejamento, utilizando-se das situações práticas da gestão.

Conselho da Cidade: nesta fase o Conselho da Cidade, que deverá ser instituído ao final do processo de revisão do Plano Diretor, tem o papel de fiscalizar a execução do plano, bem como tomar decisões acerca das situações imprevistas detectadas no processo de monitoramento e avaliação. Estas decisões devem ter sempre como referência a efetividade das ações, ou seja, que os resultados concretos de sua implementação estejam próximos das metas e objetivos planejados.

Cidadão: em conjunto com o Conselho da Cidade, faz o controle social do processo de execução do plano. Além disso, pode atuar como parceiro em ações que articulam a iniciativa privada com o poder público municipal, tendo em mente que os resultados do plano servem à sua qualidade de vida.

Com base nestes princípios, apresenta-se a seguir a estrutura de articulação entre os diversos agentes que participarão da revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul.

2.1.1. Coordenação Geral da revisão do PDBS

A coordenação geral do processo de revisão do PDBS será realizada de forma conjunta entre Governo Municipal e Funpar. O Governo Municipal está representado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços, através da Arquiteta Urbanista Andreia Tagomori. Dessa forma, a Secretaria ficará responsável pelo processo de comunicação com a equipe técnica e pela convocação e agendamento das reuniões técnicas e audiências públicas. Também é função dessa Secretaria o fornecimento das informações necessárias para a elaboração dos planos, em especial a cartografia e dados relacionados ao ordenamento territorial.

Por parte da Funpar, a equipe técnica indicada no item 2.1.5 terá a coordenação geral sob responsabilidade do arquiteto urbanista Maurício Maas, cuja atribuição será de articular as atividades de revisão do PDBS de forma a se consolidar nos produtos previstos no Termo de Referência, bem como de estabelecer o canal de comunicação com a coordenação municipal.

2.1.2. Equipe Técnica Municipal - ETM

Formada por representantes dos setores da prefeitura municipal envolvidos com as questões tratadas no Plano Diretor, com destaque para a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços, que tem o papel de coordenar o grupo e estabelecer o contato direto com a coordenação técnica da Funpar. A

Equipe Técnica Municipal foi formalizada pelo Decreto Municipal 981/2020, chamando-se a atenção para a presença de funcionários de carreira da prefeitura. Essa característica traz vantagens para o processo de elaboração dos planos e para formação do corpo técnico da prefeitura, considerando que a participação desses funcionários possibilita a integração do conhecimento adquirido à administração municipal. A Equipe é formada pelos seguintes técnicos:

- **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**
 - Arquiteta e Urbanista Andreia Tiemi Tagomori – Coordenadora geral do Plano Diretor
 - Francine Joventina Cardoso Camargo Matocanovic
- **Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo**
 - João Élcio Coleti Nodari
- **Secretaria Municipal de Finanças**
 - Marcos Nishida Aoki
 - Cleiton José Polli (Coordenador Organizacional do Plano Diretor)
- **Secretaria Municipal de Administração**
 - Artur Alves de Brito
- **Secretaria Municipal de Educação**
 - Tatieli Cristina Milani
- **Secretaria Municipal da Saúde**
 - Jucivaldo Pedro Rocha Chaves
- **Secretaria Municipal da Assistência Social**
 - Claudinéia Falcade Scremim Porkote
- **Procuradoria Geral do Município**
 - Verônica de Lima

2.1.3. Conselho de Desenvolvimento e Gestão Territorial

O PDBS de 2008 criou o Conselho de Desenvolvimento e Gestão Territorial, de caráter consultivo, deliberativo e normativo. Entretanto, a Lei do Plano Diretor remete a estrutura, número de membros, composição, atribuições e formas de nomeação à regulamentação posterior, com prazo de 180 dias. Esta regulamentação não aconteceu, e até este momento o Conselho não foi efetivado.

Considerando que o PDBS está sendo revisado e há a possibilidade de mudanças na concepção do Conselho de Desenvolvimento, propõe-se que a atribuição de acompanhar a revisão do Plano Diretor seja assumida pela Equipe Técnica Municipal e pelo Grupo de Acompanhamento. Conforme o andamento dos trabalhos, o Conselho poderá ser instituído ao final, ou imediatamente após o



processo de Revisão do PDBS, já incorporando as modificações decorrentes da avaliação do sistema de planejamento e gestão territorial. A capacitação da ETM e do GA também pode contribuir para a formação de representantes do poder público e da sociedade civil com conhecimento necessário para assumir uma cadeira neste Conselho.

2.1.4. Grupo de Acompanhamento

O Grupo de Acompanhamento, juntamente com a ETM, tem a função de monitorar a realização do trabalho e participar ativamente da proposição das estratégias que compõem o PDBS. Nesse sentido, é fundamental que, além da participação dos setores da administração pública pertinentes às atividades de ordenamento territorial, que compõe a ETM, os principais grupos de interesse do município estejam representados no Grupo de Acompanhamento, de forma a se configurar um espaço de negociação, buscando-se acordos para a definição das estratégias de desenvolvimento territorial para Bocaiúva do Sul. Sendo assim, os representantes da sociedade civil se posicionam como parceiros na elaboração das políticas públicas municipais. Vale destacar a ideia contida na expressão 'acordos': o processo de negociação que permeará toda a elaboração dos planos parte do princípio de que os cidadãos de Bocaiúva do Sul possuem interesses próprios, originados por relações sociais específicas, campos de trabalho, etc; a partir dos seus interesses, os cidadãos se organizam em grupos, que são convidados a integrar o Grupo de Acompanhamento; os interesses desses vários grupos podem convergir para uma proposta comum, mas também podem divergir, levando à necessidade de negociações que resultam em acordos acerca das estratégias que compõem o PDBS. Quanto mais os interesses forem debatidos e acordados, maior a probabilidade de sucesso na implementação do plano.

Partindo-se desta perspectiva, propôs-se inicialmente, no intuito de conferir equanimidade ao Grupo de Acompanhamento a seguinte segmentação representativa:

1. Representantes comunitários

- ✓ Associações/lideranças de bairros
- ✓ Associações/lideranças de localidades/comunidades rurais

2. Representantes de organizações da sociedade civil

- ✓ Associação dos segmentos empresarial, comercial, industrial, serviços
- ✓ Cooperativa/associação do setor rural
- ✓ Sindicato/associação (trabalhadores da área urbana, categoria profissional)
- ✓ Professor/pesquisador de interface com o tema
- ✓ Agentes do setor imobiliário
- ✓ Representantes do turismo e da cultura

Os representantes comunitários são lideranças de porções do território municipal, que representam bairros e comunidades rurais do município. Os demais representantes integram segmentos importantes da sociedade que incidem diretamente no desenvolvimento territorial.

O Grupo de Acompanhamento foi instituído na 1ª Audiência Pública, ocorrida no dia 03 de março, e com base nas discussões ocorridas no evento, o grupo teve a seguinte composição:

Quadro 1: Composição do Grupo de Acompanhamento.

NOME	SEGMENTO
Izaías L. G. Oliveira	Tabelionato
Arildo Dirceu Cordeiro	Educação e pesquisa
Silmara de Fátima Santos Bassetti	Associações empresariais
Renato Paulo Carvalho Silva	Turismo/cultura
João Luiz Fagundes de Souza	Setor imobiliário
Jussara Dresch	EMATER
Lucy Bassetti	Profissionais da construção civil
Felipe Bisinella dos Santos	Agricultura e meio ambiente
Irmã Mary Elizabeth Kelliher	Assistência Social

Fonte: Funpar, 2020.

Na Audiência Pública houve a candidatura de um representante dos serviços de tabelionato no município e, pelo aporte de conhecimento sobre a questão fundiária e imobiliária, a plenária aprovou a abertura desse novo segmento a candidatura do Tabelião Izaías Oliveira.

Como não houve participação de moradores das localidades rurais na Audiência, ficou acordado que os representantes dessas comunidades serão incorporados ao Grupo de Acompanhamento a partir das Oficinas Comunitárias a serem realizadas nestas localidades.

Em reunião de coordenação realizada após a Audiência, acordou-se incluir a técnica da EMATER, Jussara Dresch, por ter grande conhecimento da área rural de Bocaiúva do Sul, tanto no que tange as questões produtivas como as de cunho social. No mesmo sentido, por ter conhecimento sobre a história de Bocaiúva do Sul e sobre os problemas sociais que o município enfrenta, foi incorporada ao GA a Irmã Mary Elizabeth Kelliher.

2.1.5. Equipe Técnica - Funpar

A equipe técnica da FUNPAR é responsável pelo assessoramento técnico à Prefeitura Municipal para a revisão do PDBS, atuando na formulação de todos os produtos contratados e na capacitação da Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento. Durante o processo, a equipe de consultores é responsável pela produção e análise das informações necessárias à concepção das diretrizes de ordenamento territorial e de mobilidade, assim como na elaboração das ações necessárias para a mudança da realidade em direção ao cenário desejado.

A Funpar disponibilizará a equipe técnica necessária para a consecução do plano, formada por profissionais qualificados nas áreas específicas que compõem o Plano Diretor. Fornecerá ainda, um espaço para o desenvolvimento de atividades e para reuniões da equipe em Curitiba, conformando um ponto de contato com a equipe técnica municipal.



Quadro 2: Equipe Técnica da Funpar

FUNÇÃO/ESPECIALIDADE	CONSULTOR
Coordenação Geral	Maurício Alexandre Maas
Arquiteta Urbanista	Débora Furlan
Arquiteta Urbanista	Maria Eduarda Duda
Arquiteta Urbanista - Mobilidade	Marcia Machado
Advogado Especialista em Direito Urbanístico	Guilherme Kircher Fragomeni
Economista - Especialista Gestão Pública / Finanças	Wilhelm E. M. Meiners
Engenheira Ambiental	Daniele Gasparin
Geólogo	Luciano de Lara
Socióloga	Fabiane Baran

Fonte: Funpar, 2020.

O Termo de Referência solicita que a equipe da Funpar integre um representante local, responsável por representar a consultoria junto à coordenação da ETM, solicitar e receber e sistematizar os dados e informações fornecidas pela prefeitura e certificar-se da logística necessária para a realização das reuniões e eventos participativos. A questão foi discutida durante as reuniões iniciais com a ETM e concluiu-se que, pela proximidade entre a sede da Funpar e Bocaiúva do Sul, a equipe da Funpar pode assumir as atribuições do representante local sem prejuízos no andamento dos trabalhos.

2.1.6. Outros Agentes

Além dos atores diretamente relacionados ao processo de revisão do PDBS, acima citados, outros agentes terão participação pontual, mas não menos importante, na elaboração dos trabalhos.

Dentre eles, destaca-se as instituições que atuam no planejamento de Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em diversas esferas, dentre outros órgãos de atuação no Município.

No âmbito estadual destaca-se a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, que integra a estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas-SEDU. A COMEC tem como objetivo coordenar funções públicas de interesse comum entre os 29 municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, habitação, saneamento básico, controle de uso e ocupação do solo e outros.

O Paranacidade, um Serviço Social Autônomo, também integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas-SEDU, é um agente relevante na revisão do PDBS. É o órgão Estadual encarregado em executar ações de política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná-PDU, através da Lei Estadual nº 15.229/2006. Atua por meio de planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional, além de constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira. Entre outras atribuições, busca compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características socioeconômicas e a capacidade financeira dos Municípios.

Outro órgão de atuação no município é o Instituto Água e Terra - IAT, recém-criado pelo governo estadual, incorporando os antigos IAP- Instituto Ambiental do Paraná, Instituto das Águas e o ITCG - Instituto de Terras e Cartografia. Nesse sentido o IAT é responsável, na área ambiental, pela execução e acompanhamento das políticas de meio ambiente do Estado, licenciamento ambiental para

instalação, funcionamento e ampliação de atividades, obras, serviços, planos e programas de abrangência regional; na área de recursos hídricos, é responsável pela gestão de bacias, controle de outorgas, dentre outras; na área de terras e cartografia, é responsável pela definição dos limites municipais e estudos da área de geologia. Também são atores importantes a Sanepar e Copel, concessionárias dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto e energia elétrica.

Também devem ser considerados contatos com outros municípios da RMC, pelas interrelações decorrentes de políticas de desenvolvimento e da gestão territorial.

3. METODOLOGIA

A revisão do Plano Diretor partirá da base legal municipal já existente, buscando analisar com profundidade a sua eficiência mediante experiência de aplicação pela Prefeitura Municipal, seus setores e técnicos desde a sua aprovação em 2008 (Lei do Plano Diretor) e 2012 (Leis complementares).

A metodologia proposta para a consolidação do novo Plano Diretor tem como objetivo analisar o Plano vigente, buscando a revisão do conjunto de diretrizes, instrumentos e ações que possam ser de fato efetivadas, com a garantia de cumprimento dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, fundamentados na função social da cidade e propriedade, do desenvolvimento sustentável, da participação popular, da igualdade e da justiça social.

A elaboração da leitura técnica e comunitária será norteada por princípios de metodologia de planejamento estratégico participativo, estruturada na definição do tripé: *multissetorialidade de temas, territórios transescalares e agentes de construção*.

Figura 1: Elementos estruturadores de construção do planejamento estratégico



Fonte: FUNPAR, 2020.

Os **Temas Multissetoriais** consideram 6 (seis) dimensões estratégicas de análise, segundo conhecimentos especializados:

- Aspectos regionais;
- Aspectos ambientais;
- Aspectos socioeconômicos;
- Aspectos socioespaciais;



- Aspectos de infraestrutura e serviços públicos; e
- Aspectos institucionais.

A *análise regional* considerará as diversas temáticas (ambiental, territorial, infraestrutura, social etc.), destacando o contexto econômico, conforme resultados das análises de dados produzidos por órgãos municipais, estaduais e federais. Almeja-se, portanto, a definição de elementos que façam frente ao desafio de se planejar o município a partir de uma visão integrada.

As demais dimensões serão desdobradas em componentes mais específicos, os quais serão analisados nas **Escalas Territoriais de Abrangência**, contemplando três esferas de planejamento:

- **Regional:** consiste na contextualização do plano, considerando o território do município e suas relações com os municípios vizinhos;
- **Municipal:** abrange o território do município;
- **Urbana:** formada pela malha urbana da sede municipal e pelos núcleos urbanos da Macieira e Barra do Capivari.

3.1. LEITURA TÉCNICA E COMUNITÁRIA

A leitura técnica constitui-se da análise de cada um dos temas abordados para a elaboração do plano, realizada a partir de dados secundários, levantamentos em campo e realização de reuniões técnicas. A leitura comunitária, por sua vez, constitui-se do resultado das oficinas a serem realizadas com a comunidade em bairros da sede e nos núcleos urbanos acima citados.

As Oficinas Técnicas, por contarem com a participação de gestores municipais e de representantes da sociedade que compõe o Grupo de Acompanhamento, contribuem para as duas vertentes de leitura da realidade.

Estes dois processos se iniciam concomitantemente e, na síntese do Diagnóstico, as questões levantadas pela comunidade são averiguadas, interpretadas e incorporadas à análise da realidade municipal, gerando os cenários atual e tendencial.

3.1.1. Método Sistemático

Para a análise das temáticas e suas diferentes escalas, será empregada uma *Metodologia Sistemática* que procura manter a perspectiva do conjunto ao se analisar cada uma das dimensões destacadas. Por meio desta metodologia, ao traçar as análises para cada dimensão temática, são também consideradas as condicionantes dos demais setores, promovendo assim uma visão holística da área de intervenção.

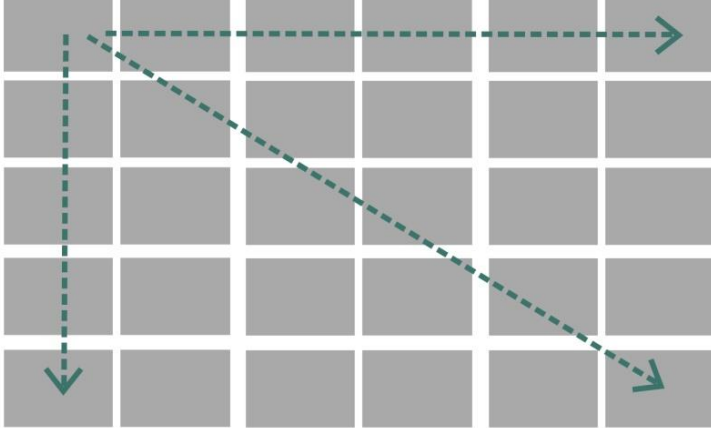
Esta técnica é um instrumento útil na inter-relação entre escalas, multissetores e agentes envolvidos, pois possibilita o planejamento e organização da leitura técnica do espaço de forma compreensível e de fácil visualização da realidade, para futura discussão com a comunidade. Por meio desse método de análise é possível organizar e definir estratégias e ações específicas de forma integrada.

A matriz a seguir demonstra a relação entre as **dimensões temáticas** x **escalas de análise**, cujos dados são categorizados em **potencialidades** (características ou situações que podem ser traduzidas como oportunidades para a consolidação das diretrizes e propostas) e **deficiências** (características ou situações que, identificadas como problemas, deverão resultar em propostas de solução ou minimização).

A matriz permite a visualização das sínteses por temas (nas linhas) e das sínteses por escalas (nas colunas), podendo-se representar uma síntese geral em uma leitura diagonal.

Figura 2: Matriz de Análise.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO	REGIONAL		MUNICIPAL		URBANO		DIRETRIZES
	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES	
ASPECTOS AMBIENTAIS							
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS							
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS							
ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS							
ASPECTOS INSTITUCIONAIS							
SÍNTESE DAS DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES							SÍNTESE



Fonte: Vertrag, 2010.

A partir da metodologia sistêmica, a análise se referenciará na classificação dos dados levantados nas categorias **potencialidades** e **deficiências**, subsidiando, pela construção de um cenário representativo da realidade atual e das tendências de modificação desta realidade, a elaboração de propostas de desenvolvimento territorial de Bocaiúva do Sul.

3.1.2. Participação da sociedade

No âmbito deste trabalho, entende-se por **participação** o exercício do direito que todo cidadão possui de manifestar-se no processo de planejamento, discussão e decisão das medidas que, direta e indiretamente, afetarão a sua vida.

A metodologia proposta para a revisão do Plano Diretor visa privilegiar e proporcionar a participação efetiva dos diversos atores sociais do município. A participação da população, como ocasião para o exercício da cidadania, deve ser reconhecida como um processo, amparado na transparência e na negociação com os setores organizados da sociedade.

Tendo em vista que os municípios brasileiros guardam singularidades físicas, geográficas e socioculturais, assim também as formas de compartilhar as ideias são específicas para cada caso, ainda que o método participativo seja o mesmo na essência. Além disso, por se tratar de subjetividades e relações sociais, que trazem em sua essência variáveis de difícil previsibilidade, a metodologia proposta na sequência deve ser entendida como um eixo estruturante do processo participativo, podendo sofrer ajustes durante a execução da revisão do PDBS. Caso sejam necessários, os ajustes serão debatidos, compreendidos e pactuados nas reuniões técnicas.

A prática do processo de participação comunitária tem como componentes fundamentais:



- A mobilização e divulgação, prevendo o estímulo à participação e à prática da construção coletiva da cidade;
- A capacitação e o aperfeiçoamento, que consiste na transferência de um instrumental complementar voltado a orientar a percepção coletiva e consciente da realidade;
- A abertura de canais que possibilitem a participação indireta e contínua da população;
- O engajamento do Grupo de Acompanhamento no processo, com a função de acompanhar a elaboração dos planos e contribuir para a formulação de propostas.
- A realização de eventos de participação direta, como oficinas comunitárias e audiências públicas: serão realizados três momentos de oficinas comunitárias, três Audiências Públicas, e uma Conferência Municipal para encerramento dos trabalhos.

3.1.2.1. Oficinas Comunitárias

Como parte das atividades de revisão do PDBS, a primeira rodada de **oficinas comunitárias** será realizada como parte da construção coletiva do cenário atual e tendencial municipal, ampliando o espaço de participação dos cidadãos na elaboração do plano. Estão previstas três reuniões na sede urbana, uma na localidade da Macieira e uma na Barra do Capivari.

O segundo momento de oficinas comunitárias tem como objetivo discutir propostas para o desenvolvimento de Bocaiúva do Sul, a partir dos resultados da Análise Temática Integrada. Terá o mesmo formato da primeira rodada (3 oficinas na sede urbana e duas nas localidades acima citadas).

O terceiro momento acontece na fase final do processo de revisão, tendo como objetivo discutir e priorizar as ações que comporão o Plano de Ação Integrado – PAI. Neste momento será realizada uma reunião pública na sede municipal.

Quadro 3: Cronograma previsto de Oficinas Comunitárias.

EVENTO	TEMÁTICA / ASSUNTO	DATA
1ª Rodada de Oficinas comunitárias	Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada	maio de 2020
2ª Rodada de Oficinas comunitárias	Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável	agosto de 2020
Oficina comunitária	Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDBS; analisar minutas de anteprojetos de lei do PDBS e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDBS e de ajustes da estrutura organizacional	outubro de 2020

Fonte: FUNPAR, 2020.

3.1.2.2. Audiências Públicas

As **Audiências Públicas**, por sua vez, têm por finalidade mobilizar a comunidade, informar, dar publicidade, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano, garantindo a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal e na consolidação das diretrizes e propostas.

Tanto as reuniões comunitárias quanto as audiências públicas, serão divulgadas pela imprensa local, seja em meio impresso como em mídias eletrônicas e carro de som. Tal divulgação terá início sempre no prazo de, no mínimo, 15 dias de antecedência da realização dos eventos.

Quadro 4: Cronograma previsto de Audiências e Conferência do PDBS.

EVENTO	TEMÁTICA / ASSUNTO	DATA
1ª Audiência Pública	Mobilização e lançamento da Revisão do Plano Diretor Vigente	março de 2020
2ª Audiência Pública	Apresentação da Síntese da Análise Temática Integrada	julho de 2020
3ª Audiência Pública	Apresentação das diretrizes e propostas para adequação do PDBS	setembro de 2020
Conferência Municipal	Apresentação do conteúdo dos Anteprojetos de Lei para o Plano Diretor, síntese do PAI e escolha dos membros do novo Conselho de Desenvolvimento Territorial.	dezembro de 2020

Fonte: FUNPAR, 2020.

Como descrito no quadro acima, a proposta de legislação para adequação do PDBS deve ser apresentada e debatida na Conferência Municipal. Inicialmente, o Termo de Referência previa a apresentação deste conteúdo em uma 4ª Audiência Pública e a realização da Conferência Municipal em momento posterior. Entretanto, dado o grande número de reuniões participativas, incluindo uma oficina comunitária na fase de institucionalização do Plano, há grande probabilidade de que a pactuação do PDBS já aconteça na Audiência Pública de discussão da legislação, o que acarretaria no esvaziamento da Conferência Municipal. Nesse sentido, propôs-se a fusão destes dois momentos de participação. Contudo, caso haja necessidade de modificações no nível estratégico da proposta a partir dos resultados da Conferência Municipal prevista, a proposta será reapresentada em um quinto momento de participação ampla da sociedade, já com as contribuições do debate anterior incorporadas ao corpo das minutas de lei, configurando uma segunda Conferência Municipal para pactuação do PDBS. Ainda, com base na proposta de se aproveitar o processo de revisão do PDBS para instituir o Conselho de Desenvolvimento Territorial, mencionada no item 2.1.3, há a possibilidade de se aproveitar a Conferência Municipal para o processo de escolha dos membros da sociedade civil que comporão o Conselho.

3.1.2.3. Oficinas de Leitura Técnica

Além das oficinas comunitárias e audiências públicas, as **Oficinas de Leitura Técnica** também compõem a série de eventos do processo participativo. Como mencionado anteriormente, estas oficinas terão a participação da ETM e do Grupo de Acompanhamento, trazendo contribuições do poder público e da sociedade civil. Nestes eventos serão realizadas dinâmicas e debates para tratar de aspectos do desenvolvimento territorial relacionados à realidade de Bocaiúva do Sul, à gestão territorial e especificamente à revisão do Plano Diretor. Cada oficina será antecedida por uma reunião de capacitação como explicado no item a seguir.

3.1.2.4. Capacitações

As reuniões de capacitação têm como objetivo o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas da ETM e do Grupo de Acompanhamento, buscando o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos, administrativos e legais sobre o plano diretor e a gestão territorial.

As atividades de capacitação terão como principais finalidades:

- A transmissão de conhecimentos que auxiliem os participantes na tomada de decisões, definições de diretrizes e proposições durante todas as etapas de elaboração do PDM;
- A construção de um conceito de planejamento territorial voltado ao interesse coletivo e ao processo participativo e contínuo; nesse sentido, as reuniões de capacitação são consideradas parte do processo participativo;
- O entrosamento entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e destes com as demais esferas superiores e com a sociedade civil organizada;
- A formação de agentes multiplicadores da capacitação.

Além destes objetivos, as reuniões de capacitação são importantes por tratarem de conceitos essenciais para a discussão e tomadas de decisão concernentes à revisão do PDBS. Nesse sentido, os momentos de capacitação são articulados às Oficinas de Leitura Técnica, possibilitando que os conceitos tratados sejam ilustrados por sua aplicação na realidade do município.

Para tanto, foi necessária uma modificação cronograma de oficinas de leitura técnica e reuniões de capacitação que estavam previstos no Termo de Referência: a fase 02, que previa 03 Oficinas de Leitura Técnica e 02 reuniões de capacitação, terá 02 Oficinas de Leitura Técnica e 02 reuniões de capacitação; por sua vez, a fase 04, que previa 02 reuniões de capacitação e 01 Oficina de Leitura Técnica, terá 02 reuniões de capacitação e 02 Oficinas de Leitura Técnica.

O fluxograma a seguir apresenta as etapas de trabalho, denotando os principais eventos participativos, conforme descritos acima.

Figura 3: Fluxograma do processo de revisão do PDBS.



Fonte: Funpar, 2020.

As atividades referentes a cada etapa de trabalho estão descritas no item 4, e o conteúdo de cada evento participativo está detalhado no item a seguir.

4. FASES DE EXECUÇÃO

O Plano de Trabalho para a revisão do Plano Diretor vigente, além de determinar a organização e a definição das atividades técnicas para a elaboração de diagnósticos, diretrizes e proposições (descritas adiante), propõe também momentos participativos mencionados no item anterior.

A seguir, apresentam-se de forma sucinta e objetiva as atividades necessárias para a revisão do Plano Diretor, estruturadas em quatro fases:

4.1.1. Fase 1 – Mobilização e Estruturação

A Fase 1 tem início com a mobilização das equipes, tanto da FUNPAR quanto da prefeitura municipal, que trabalharão diretamente na revisão do PDBS. Parte desta mobilização consiste em nivelar conceitos, discutir a metodologia de elaboração dos planos, esclarecer detalhes e expectativas referentes às atividades previstas no termo de referência, compatibilizando-as com a proposta técnica enviada pela Funpar. O resultado destas discussões está formalizado no presente Plano de Trabalho, que será referência para a execução dos trabalhos, tanto pela equipe da FUNPAR como pela comissão técnica municipal.

Nesta fase, com vistas à instituição do Grupo de Acompanhamento, conforme item 2.1.4, foram identificadas e convidadas as entidades da sociedade civil que poderão fazer parte do grupo de acompanhamento dos trabalhos.

Concluindo e legitimando esta etapa foi realizada a primeira Audiência Pública de lançamento da revisão do PDBS, na qual foram debatidos o plano de trabalho, cronograma e formas de participação da sociedade, incluindo a composição e apresentação do Grupo de Acompanhamento. A primeira Audiência Pública, bem como as atividades de divulgação que a antecedem, tiveram a função de mobilizar a população do município para a participação no processo de revisão do PDBS.

Durante esta fase, foram realizados os primeiros eventos de capacitação e discussão da realidade municipal com a ETM, incluindo uma oficina de avaliação das ações do Plano vigente. O processo de qualificação dos participantes nesta fase culmina com a capacitação sobre os conceitos básicos do planejamento e gestão territorial, ocorrida após a primeira Audiência Pública, com a participação da ETM e do recém instituído Grupo de Acompanhamento.

A partir da primeira Oficina de Leitura Técnica, iniciaram-se as investigações que resultarão na Análise Temática Integrada, objeto da fase seguinte. Neste momento a leitura foi focada nas ações previstas nos documentos que compõem o PDBS vigente, bem como na capacidade técnica e financeira da administração pública para a sua implantação, tendo como base os depoimentos colhidos durante a oficina, que foram confrontados com os documentos do PDBS. A análise está descrita na parte II deste relatório.

Em seguida são apresentadas as atribuições dos atores envolvidos na fase de mobilização, as atividades, reuniões, capacitações e resultados esperados.

Atribuições dos atores envolvidos

- Equipe Técnica Municipal: avaliar a capacidade institucional da prefeitura para responder as demandas referentes ao cronograma, fluxograma e mecanismos de comunicação propostos pela consultoria, tais como fornecimento de informações,



avaliação de produtos, disponibilização de documento para consulta da sociedade; definir os interlocutores da prefeitura com a equipe consultora e comunidade; indicar os membros e instituir formalmente o Grupo de Acompanhamento; coordenar as reuniões com atores envolvidos; fornecer estrutura e realizar ações de sensibilização e mobilização da comunidade, com assessoria da equipe consultora; avaliar se o Plano de Trabalho final está condizente com o objeto de contratação do plano, definido no Termo de Referência.

- Consultoria: propor cronograma e fluxograma de trabalho; propor metodologias de trabalho adequadas e ao alcance do gestor público; dar subsídios técnicos e critérios para a escolha de líderes comunitários para a formação do Grupo de Acompanhamento; organizar as reuniões com atores envolvidos; propor ações de sensibilização e mobilização da comunidade; realizar oficinas técnicas e capacitações; elaborar metodologia e realizar Audiência Pública de lançamento da revisão do PDBS; formalizar o documento do Plano de Trabalho.
- Grupo de Acompanhamento: participar da capacitação sobre conceitos básicos de planejamento e gestão territorial.

Atividades:

- Apresentação das equipes de trabalho.
- Identificação dos principais atores e discussão de método e critérios para definição dos segmentos sociais integrantes do Grupo de Acompanhamento, de modo a assegurar a participação equânime da sociedade civil.
- Avaliação preliminar da disponibilidade e da atualidade de dados, informações e bases cartográficas, e de imagens aéreas da área em estudo e em escala regional.
- Elaboração do Plano de Trabalho contemplando: a metodologia de revisão do Plano Diretor, a descrição das etapas do trabalho, os objetivos, produtos, equipe, prazo, cronograma.
- Audiência Pública de lançamento da Revisão do Plano Diretor.
- A Formação do Grupo de Acompanhamento.

Reuniões técnicas:

- Reunião de assinatura de contrato;
- Reunião técnica preparatória da Oficina avaliação das ações do PDBS vigente e da 1ª Audiência Pública;
- Reunião técnica com a COMEC;
- Reunião técnica de consolidação;
- Reunião técnica de coordenação.

Eventos participativos:

- Oficina de Leitura Técnica para avaliação das ações do PDBS vigente e da estrutura organizacional da prefeitura para sua implantação;

- Audiência Pública de lançamento da revisão do plano diretor vigente.

Capacitações:

- Capacitação sobre a metodologia de revisão do PDBS.
- Capacitação da ETM e GA sobre os conceitos básicos de planejamento e gestão territorial municipal.

Resultados:

- Plano de Trabalho - compatibilizando Termo de Referência com a Metodologia de elaboração dos planos;
- Relatório de reuniões, capacitações e eventos participativos;
- Relatório de avaliação das ações do PDBS vigente e da estrutura organizacional da prefeitura para sua implantação;
- Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs e Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs do coordenador e dos arquitetos e engenheiros que compõe a equipe de consultoria.
- Material de divulgação para audiência pública.

4.1.2. Fase 2 – Análise Temática Integrada - ATI

A segunda fase é definida por atividades que caracterizam a análise da situação atual do Município, dividida em três partes: a primeira parte consiste na elaboração do diagnóstico, a segunda realiza a integração das análises de cada tema, proporcionando uma visão sistêmica da realidade, e a terceira parte está focada no processo participativo e na articulação da leitura técnica com a leitura comunitária. Este formato difere da proposta inicial do Termo de Referência, pois concentra a coleta e análise das informações setoriais na primeira parte. Esta mudança decorre do fato de que a análise da capacidade de suporte ambiental e urbano prevista na parte 2 preconiza a análise integrada de todas as dimensões¹. No mesmo sentido, as oficinas comunitárias serão realizadas durante a parte 2, de forma a se produzir subsídios (análises temáticas) para a discussão da realidade atual com a população, e seus resultados serão sistematizados na parte 3. Ressalta-se que a modificação proposta não afetará os resultados esperados e exigidos pelo Termo de Referência para a Análise Temática Integrada.

Na **Parte 1**, considerando-se que Bocaiúva do Sul possui um Plano Diretor em vigor desde 2008, o trabalho de leitura da realidade deve abarcar a avaliação do processo de planejamento decorrente desse instrumento, bem como a efetividade das propostas e ações estabelecidas no plano vigente para a continuidade do processo de desenvolvimento do município, dando continuidade ao trabalho iniciado na fase anterior.

¹ A título de exemplo, o TR prevê os estudos de uso do solo na parte 1 e de mobilidade na parte 3, entretanto, ambos os estudos só podem ser realizados de forma articulada e são essenciais para a análise da capacidade de suporte prevista na parte 2.



Serão analisados os principais aspectos que nortearam tanto a elaboração do plano vigente, quanto o processo de planejamento do município até o momento. A análise da eficiência, eficácia e efetividade das propostas será feita acompanhada de incursões setoriais junto às secretarias envolvidas, diagnosticando as dificuldades e incompatibilidades encontradas no processo de execução do Plano Diretor.

No mesmo sentido, as diretrizes do plano serão avaliadas em relação às mudanças de conjuntura, nos aspectos ambientais, socioeconômicos, políticos e institucionais, verificando se os objetivos delimitados no plano continuam válidos frente ao cenário atual. Tais análises levarão em conta os resultados das reuniões realizadas na primeira fase, direcionando as pesquisas e levantamentos a serem realizados para a leitura temática da realidade municipal.

Com base na organização dos dados quantitativos e qualitativos a serem realizados nessa etapa, deverão ser avaliados os temas setoriais e, sempre que possível, as informações deverão ser espacializadas em mapas, em escala adequada.

Nesta etapa, deverá ser elaborada a análise das informações em cada sistema territorial (conforme item 3 – Metodologia), aprofundando-se a investigação nas dimensões ambiental, socioeconômica, socioespacial, de infraestrutura e serviços e institucional. As análises serão realizadas a partir dos dados disponibilizados pela prefeitura e órgãos estaduais e federais, tais como mapas, cadastros, fotos, planos, programas, projetos e ações em andamento e as programadas. Além disso, nesta fase é feita a compilação da legislação vigente, especialmente leis, decretos e portarias, ações de controle e fiscalização que impactam na organização territorial e na mobilidade da área urbana e rural. Estas análises serão aferidas e complementadas por visitas de campo realizadas pela equipe de consultores em conjunto com técnicos da ETM.

Na **Parte 2**, a partir dos dados e características levantadas inicialmente, os temas investigativos serão abordados de forma integrada, resultando em uma visão sistêmica da realidade de Bocaiúva do Sul. Estas análises são estruturadas a partir de mapas síntese e textos explicativos, configurando uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais, relacionando tais análises com a avaliação do plano atualmente em vigência. Os resultados da leitura serão estruturados sinteticamente na forma de um Cenário Atual (indicando a situação atual frente a aspectos positivos e negativos) e de um Cenário Tendencial (projeção temporal dos dados existentes), subsidiando as propostas da fase seguinte. Cruzando as informações, os resultados obtidos possibilitam identificar e avaliar os conflitos existentes e soluções possíveis, conforme a capacidade, atual e futura do Município, sendo:

- O suporte ambiental a partir das relações entre os aspectos ambientais, o uso e a ocupação do solo atual, os aspectos fundiários, a distribuição da população no território municipal, a estimativa de crescimento populacional, a legislação urbana vigente, a caracterização da administração e a capacidade de planejamento e gestão urbana no Município.
- O suporte de infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos, a partir das relações entre as condições atuais de infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários existentes, a caracterização socioeconômica, o uso e a ocupação do solo atual, a distribuição da população no território municipal, a estimativa de crescimento populacional e os aspectos fundiários;

Nesta parte também se inicia a análise sobre a necessidade de ampliação do perímetro urbano municipal, contrapondo-a com a necessidade de adequação de áreas não infraestruturadas e/ou não ocupadas dentro do quadro urbano, considerando-se a caracterização socioeconômica, a projeção

populacional, os aspectos fundiários, a capacidade de suporte ambiental, de infraestrutura, de equipamentos comunitários e do sistema de mobilidade e a capacidade de atendimento do município a estas áreas.

A **Parte 3** consiste na sistematização dos dados recolhidos nas oficinas comunitárias e técnicas e na realização da segunda Audiência Pública, na qual serão apresentados os resultados na Análise Temática Integrada. As informações recolhidas dos eventos participativos serão articuladas à leitura técnica realizada nas partes anteriores, resultando no documento consolidado de diagnóstico. Ressalta-se que, apesar da consolidação da leitura comunitária acontecer na parte 3, as informações obtidas por entrevistas e reuniões realizadas desde o início do trabalho são essenciais para nortear a análise técnica e, portanto, são consideradas pela equipe de consultores desde as investigações temáticas, até na conformação da realidade municipal pela perspectiva sistêmica.

Em seguida são apresentadas as atribuições dos atores envolvidos na fase de mobilização, as atividades, reuniões, capacitações e resultados esperados.

Atribuições dos atores envolvidos

- Equipe Técnica Municipal: fornecer dados e informações sobre o município e sua estrutura de gestão para, com a consultoria, realizar as análises diagnósticas; fornecer base cartográfica georreferenciada para elaboração de mapas; participar de capacitações e atividades de elaboração de informações e análises com a consultoria, em especial os erros e acertos de planos e ações anteriores; tornar público os documentos e realizar a divulgação e ações de mobilização da população para as reuniões públicas; presidir as oficinas de diagnóstico e audiência pública; monitorar as atividades e avaliar os produtos tendo como referência o Plano de Trabalho acordado na primeira fase.
- Consultoria: produzir informações a partir dos dados fornecidos pelo gestor público; realizar análises com base em dados primários e secundários, apresentar as análises de forma sucinta e de fácil entendimento, utilizando-se de imagens gráficas e mapas sempre que possível; avaliar com os demais atores o resultado das estratégias de planos anteriores; envolver os gestores municipais na produção de informações e análises, de forma a compartilhar técnicas e conhecimentos; produzir os documentos para disponibilizar ao público com a antecedência necessária. Os mapas elaborados deverão obedecer às normas federais de cartografia sempre que os dados fornecidos pela prefeitura permitirem. Com relação ao processo participativo, a consultoria deverá fornecer subsídios para sensibilização e mobilização comunitária, elaborar metodologia e realizar oficinas técnicas e comunitárias, apresentar e complementar as análises diagnósticas a partir de debate com a população em Audiência Pública.
- Grupo de Acompanhamento: promover debates com grupos de interesse sobre os temas abordados no planejamento, recolhendo contribuições para leitura comunitária; contribuir com dados da realidade local para qualificar as análises técnicas; atuar como protagonista no processo de sensibilização e mobilização da população para participar de reuniões públicas; colaborar com as dinâmicas realizadas nas reuniões públicas.



Atividades:

Parte 1 – elaboração de análises temáticas contemplando os seguintes aspectos:

- Aspectos regionais:
 - Contexto regional metropolitano
 - Relação com municípios do Vale do Ribeira
 - Indicadores socioeconômicos
 - Políticas e investimentos regionais com influência no município
- Aspectos ambientais:
 - Geologia
 - Geomorfologia
 - Solos
 - Áreas de Risco
 - Recursos Hídricos
 - Cobertura Vegetal
 - Áreas protegidas
- Aspectos socioeconômicos:
 - Atividade Econômica
 - Mercado de trabalho
 - Programas e Investimentos para o Desenvolvimento Econômico
 - Demografia
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência Social
 - Segurança
 - Cultura, Esporte e Lazer
- Aspectos socioespaciais:
 - Organização do território municipal
 - Evolução da ocupação urbana
 - Uso e ocupação do solo atual
 - Vazios urbanos
 - Habitação de interesse social e ocupações irregulares
 - Mobilidade
 - Acesso à cidade
 - Hierarquização Viária
 - Sinalização
 - Pavimentação
 - Polos Geradores de Tráfego
 - Transporte não motorizado e acessibilidade
 - Transporte público
- Infraestrutura e serviços:
 - Abastecimento de Água

- Esgotamento Sanitário
- Resíduos Sólidos
- Drenagem
- Iluminação pública
- Comunicação
- Administração pública
 - Estrutura Administrativa
 - Recursos Humanos
 - Gestão Fiscal e Finanças Públicas
 - Participação Pública e Transparência
 - Planejamento e Gestão Territorial
 - Sistema de informações municipais

Parte 2 – elaboração da análise sistêmica integrada contemplando os seguintes aspectos:

- Elaboração de projeções populacionais
- Avaliação da capacidade de suporte ambiental
- Avaliação da capacidade de uso e ocupação do solo
- Avaliação da capacidade de suporte de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;
- Avaliação de áreas de expansão urbana;
- Avaliação da legislação vigente.

Parte 3 – Consolidação da Análise Temática Integrada, contemplando os seguintes aspectos:

- Sistematização das informações do processo participativo
- Síntese das restrições e potencialidades para o desenvolvimento territorial de Bocaiúva do Sul
- Documento consolidando as três partes da fase 2.

Reuniões técnicas:

- Três reuniões técnicas preparatórias;
- Reunião técnica de apresentação da proposta à Câmara Técnica do Karst;
- Reunião técnica de consolidação;
- Três reuniões de coordenação.

Eventos participativos:

- Duas Oficinas de Leitura Técnica sobre os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada²;

² Apesar do Termo de Referência prever 03 oficinas de leitura técnica nesta fase, optou-se pela realização de 02 oficinas (i) para adequação em relação a nova estrutura proposta para as três partes da ATI, considerando-se suficiente para a discussão dos temas da análise temática integrada; (ii) para



- Cinco Oficinas de Leitura Comunitária sobre os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada, sendo três realizadas na sede do município, uma na Barra do Capivari e uma na Macieira;
- 2ª Audiência Pública.

Capacitações:

- Duas capacitações da ETM e GA sobre métodos e técnicas para mapeamento e avaliação de aspectos da Análise Temática Integrada;
- Capacitação de Geoprocessamento e utilização de software GIS³.

Resultados:

- Relatório da Parte 1 - Análise Temática, conforme descrito no item Atividades;
- Relatório da Parte 2 – Análise Sistêmica, conforme descrito no item Atividades;
- Relatório da Parte 3 – Síntese da Análise Temática Integrada, conforme descrito no item Atividades;
- Relatório de reuniões, capacitações e eventos participativos realizados durante cada parte da ATI.
- Material de divulgação para oficinas comunitárias e audiência pública.

4.1.3. Fase 3 – Diretrizes e propostas

Na Fase 3 são definidos os objetivos para o desenvolvimento municipal⁴ e as estratégias para sua concretização. As estratégias são concebidas como o caminho escolhido para se alcançar os objetivos. Nesse sentido, deve-se priorizar os problemas a serem sanados e as potencialidades a serem desenvolvidas, considerando-se (i) a capacidade do município para realizar todas as ações concernentes ao cenário desejado de desenvolvimento e (ii) o planejamento como um processo contínuo, ou seja, fatores menos importantes no cenário atual podem ser abordados em um próximo ciclo de planejamento (próxima revisão do PDBS). Os objetivos e estratégias conformam o marco lógico do plano, construindo uma visão para o desenvolvimento do território municipal e definindo uma

adequação em relação ao número de capacitações, conforme metodologia explicada anteriormente; (iii) para permitir a realização de mais uma oficina técnica na fase 4, conforme descrito a seguir.

³ Apesar de não constar no Termo de Referência, esta capacitação foi incluída por se entender fundamental a utilização do ferramental de geoprocessamento pelos técnicos da PMBS, de forma a poder manejar o material produzido na revisão do PDBS. Deve durar dois períodos, abordando-se os procedimentos básicos do software Qgis, utilizando-se a base cartográfica de Bocaiúva do Sul para exercícios práticos. Esta capacitação é compensada pela supressão de duas reuniões técnicas na fase 4 (Consolidação e Coordenação).

⁴ A proposta inicial do Termo de Referência preconizava a definição dos objetivos de desenvolvimento na Fase 2 – Análise Temática Integrada. Propõe-se que a definição dos objetivos seja realizada na Fase 3, de forma a se integrar com a concepção dos eixos estratégicos e propostas de intervenção, conformando assim o Marco Lógico do PDBS.

agenda para as políticas públicas municipais. Estas serão as bases para a formulação de um Plano de Ação e Investimentos, instrumento fundamental para a efetivação de um plano.

Nesta etapa serão estabelecidas ainda as propostas de intervenções para curto, médio e longo prazos. As propostas indicadas deverão corresponder aos eixos estratégicos estabelecidos e, sobretudo, contemplar os temas priorizados pela administração municipal e pela comunidade em reuniões e audiências públicas. Dentre estas propostas, destacam-se as ações referentes ao reordenamento territorial e aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei 10.257/2001.

A seguir são apresentadas as atribuições dos atores envolvidos na fase de mobilização, as atividades, reuniões, capacitações e resultados esperados.

Atribuições dos atores envolvidos

- Equipe Técnica Municipal: participar de capacitações e atividades de composição do marco lógico, aportando conhecimentos advindos de sua experiência de gestão; tornar público os documentos e realizar a divulgação e ações de mobilização da população para consultas e reuniões públicas; presidir e mediar reuniões e audiência pública; monitorar as atividades e avaliar os produtos tendo como referência o Plano de Trabalho acordado na primeira fase.
- Consultoria: elaborar uma proposta inicial de marco lógico (visão, objetivos e estratégias), com base nos resultados da fase anterior, para discussão com os demais atores; envolver os gestores municipais na elaboração do marco lógico, de forma a considerar sua experiência de gestão e compartilhar técnicas e conhecimentos; elaborar e implementar metodologia participativa para priorização dos fatores que comporão a agenda das políticas públicas; debater o marco lógico com o Grupo de Acompanhamento; produzir os documentos para disponibilizar as propostas ao público com a antecedência necessária. O resultado desse processo deverá ser apresentado pela consultoria, em parceria com os gestores públicos, em Oficinas Comunitárias e Audiência Pública para debate e legitimação do marco lógico com o envolvimento de todos os cidadãos.
- Grupo de Acompanhamento: promover debates com grupos de interesse sobre a proposta inicial do marco lógico, recolhendo as possíveis contribuições; contribuir com conhecimento da realidade local para qualificar as propostas e priorizar os fatores que comporão a agenda de políticas públicas municipais; atuar como protagonista no processo de sensibilização e mobilização da população para participar de reuniões públicas; colaborar com as dinâmicas realizadas nas reuniões públicas.

Atividades:

- Elaboração dos objetivos e eixos estratégicos para o desenvolvimento municipal;
- Elaboração de propostas de intervenção no território, condizentes com a capacidade institucional do município;
- Elaboração de propostas para o reordenamento territorial, contemplando:
 - Macrozoneamento municipal;



- Perímetro urbano e área de expansão urbana (caso necessária a ampliação, atender ao contido na lei 10.257/2001-art.42-b, alterada pela lei federal 12.608/2012);
- Zoneamento de uso e ocupação do solo urbano;
- Sistema viário (incluindo necessidades de alargamento e diretrizes viárias);
- Propostas de criação de unidades de conservação, caso haja necessidade;
- Instrumentos urbanísticos aplicáveis a realidade municipal e condizentes com as propostas apresentadas, de modo a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade sustentável e da propriedade urbana.

Reuniões técnicas:

- Reunião técnica preparatória das atividades da 3ª Fase, da Oficina de Leitura Técnica, das cinco Oficinas de Leitura Comunitária e da 3ª Audiência Pública;
- Reunião técnica para aprovação da revisão do PDBS pela Câmara Técnica do Karst;
- Reunião técnica de consolidação;
- Reunião técnica de coordenação

Eventos participativos:

- Oficina de Leitura Técnica para definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;
- Cinco Oficinas de Leitura Comunitária para definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável, sendo três realizadas na sede do município, uma na área urbana de Barra do Capivari e uma na área urbana de Macieira;
- 3ª Audiência Pública.

Capacitações:

- Capacitação da ETM e GA para definir diretrizes e propostas;

Resultados:

- Relatório contendo as propostas de intervenção para o desenvolvimento sustentável de Bocaiúva do Sul, conforme descrito no item Atividades;
- Relatório de reuniões, capacitações e eventos participativos realizados durante a Fase 3.
- Material de divulgação para oficinas comunitárias e audiência pública.

4.1.4. Fase 4 – Plano de Ação e Investimentos – PAI e Institucionalização do PDBS

Nesta fase são elaborados os projetos de lei necessários para a implementação do Plano, bem como um Plano de Ação e Investimentos, indicando-se as ações e os projetos prioritários, concebidos de forma coerente com os objetivos e estratégias elaborados na fase anterior. Tomando-se por base a

estimativa de custos das ações e a capacidade financeira e institucional do município, estabelece-se a hierarquia e cronograma das atividades e respectivos investimentos. O plano de ação se integra a um sistema de Avaliação e Monitoramento, que define procedimentos para avaliação da efetividade da implantação do Plano Diretor.

A implantação das diretrizes de desenvolvimento sustentável de Bocaiúva do Sul poderá exigir modificações na estrutura organizacional da administração pública municipal. Nesse sentido, serão propostas as mudanças necessárias para o desempenho eficaz e eficiente das funções de áreas de planejamento e gestão territorial. Caso haja necessidade, a partir das propostas de reestruturação organizacional serão elaboradas minutas para modificação na legislação que trata da administração pública municipal.

A seguir são apresentadas as atribuições dos atores envolvidos na fase de mobilização, as atividades, reuniões, capacitações e resultados esperados.

Atribuições dos atores envolvidos

- Equipe Técnica Municipal: fornecer as informações da capacidade financeira e organizacional do município, necessárias para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos; auxiliar a consultoria na estimativa de custos das ações com base em informações da realidade local; revisar os projetos de lei propostos pela consultoria; participar de capacitações e atividades de elaboração da legislação e Plano de Ação e Investimentos, aportando conhecimentos advindos de sua experiência de gestão; tornar público os documentos e realizar a divulgação e ações de mobilização da população para as reuniões públicas; presidir e mediar as reuniões, oficina e conferência municipal; monitorar as atividades e avaliar os produtos tendo como referência o Plano de Trabalho acordado na primeira fase.
- Consultoria: desenvolver uma proposta inicial de legislação, do Plano de Ação e Investimentos e estrutura organizacional da prefeitura, levando em conta a capacidade institucional do município; envolver os gestores municipais na elaboração da legislação, Plano de Ação e Investimentos e estrutura organizacional da prefeitura, de forma a considerar sua experiência de gestão e transferir técnicas e conhecimentos; debater a proposta de legislação e Plano de Ação e Investimentos com gestores municipais e o Grupo de Acompanhamento; produzir os documentos para disponibilizar ao público com a antecedência necessária. O resultado desse processo deverá ser apresentado pela consultoria, em parceria com os gestores públicos, em oficina comunitária e Conferência Municipal para debate e legitimação dos projetos de lei e linhas gerais do Plano de Ação, com o envolvimento de todos os cidadãos.
- Grupo de Acompanhamento: promover debates com grupos de interesse sobre a proposta de legislação e Plano de Ação, recolhendo as possíveis contribuições; contribuir com conhecimento da realidade local para qualificar as propostas; atuar como protagonista no processo de sensibilização e mobilização da população para participar de reuniões públicas; colaborar com as dinâmicas realizadas nas reuniões públicas.



Atividades:

- Elaborar minutas de anteprojeto de revisão dos seguintes instrumentos jurídicos:
 - Lei do Plano Diretor Municipal que disponha, no mínimo, de diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamentos municipal e urbanos) e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;
 - Lei do(s) perímetro(s) urbano(s) e de área(s) de expansão urbana;
 - Lei de uso e ocupação do solo urbano;
 - Lei de sistema viário;
 - Lei de parcelamento do solo para fins urbanos;
 - Código de Edificações e Obras;
 - Código de Posturas Municipais;
 - Regulamentação do Conselho Municipal da Cidade conforme Resolução nº 13, de 16 de junho de 2004, do Conselho Nacional das Cidades;
 - Regulamentações específicas para os instrumentos urbanísticos aplicáveis no território municipal;
 - Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.
- Elaborar propostas de adequação da estrutura organizacional às diretrizes do PDDBS, contemplando:
 - estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes;
 - sistema de informações municipais;
 - perfil técnico da equipe municipal;
 - equipamentos e programas de informática;
 - estrutura física, veículos e instrumentos de trabalho;
 - sistema de indicadores de monitoramento.
- Elaboração de minutas de lei para ajustes na legislação administrativa municipal, tais como: Lei de Estrutura Organizacional; Regimento Interno da Prefeitura Municipal; Lei de Plano de Cargos, Carreiras e Salários; Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade; Código Tributário.

Reuniões técnicas:

- Reunião técnica preparatória para definir os procedimentos necessários para a realização das atividades da 4ª Fase, para as Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária, e para a Conferência da Revisão do PDDBS;
- Reunião técnica de consolidação;
- Reunião técnica de coordenação⁵.

⁵ Caso seja necessária a segunda Conferência Municipal, prevê-se a realização de mais uma reunião técnica de consolidação e de coordenação.

Eventos participativos:

- Duas oficinas de Leitura Técnica sobre a Institucionalização do PDBS⁶;
- Oficina Comunitária sobre o Plano de Ação e Investimento e Institucionalização - PAI do PDBS;
- Conferência da Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul – “Pactuação do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul⁷”.

Capacitações:

- Capacitação da ETM e GA sobre métodos e técnicas para definir o Plano de Ação e Investimentos;
- Capacitação sobre a legislação do Plano Diretor.

Resultados:

- Relatório contendo as propostas de institucionalização do PDBS, Plano de Ação e Investimentos e reestruturação organizacional, conforme descrito no item Atividades;
- Relatório de reuniões, capacitações e eventos participativos realizados durante a Fase 4.
- Material de divulgação para oficina comunitária e conferência municipal.

5. PRODUTOS E CRONOGRAMA

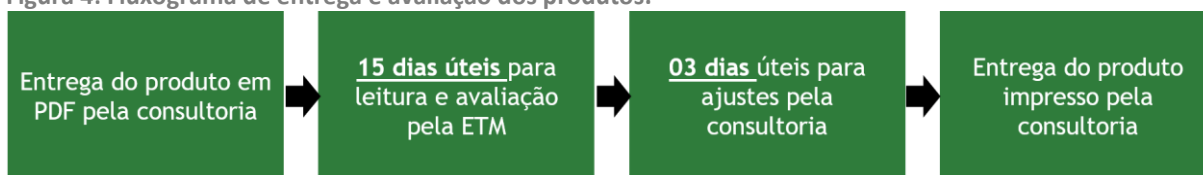
Os Produtos são os documentos técnicos que substanciam a revisão do PDBS, compostos por 06 (seis) Relatórios que apresentam as atividades desenvolvidas e seus conteúdos, conforme item 4 Fases de Execução.

Cada documento será apresentado inicialmente em formato digital para avaliação pela ETM, no prazo estipulado no Cronograma apresentado a seguir. A ETM terá um prazo de 15 dias úteis para repassar as considerações à equipe de consultoria, que por sua vez terá o prazo de 03 dias úteis para a realização das devidas modificações e justificativas. O processo se encerra com a entrega do relatório em 01 (uma) via impressa em papel formato A4. O gráfico abaixo apresenta o fluxograma de entrega e avaliação dos produtos:

⁶ Apesar do Termo de Referência prever apenas uma oficina de leitura técnica para esta fase, com base em experiências anteriores optou-se pela realização de duas oficinas, dada (i) a densidade do conteúdo referente à institucionalização do plano diretor e (ii) a necessidade de discussão da legislação em pelo menos dois momentos distintos, permitindo tempo de reflexão e amadurecimento das propostas em debate.

⁷ Conforme explicado no item 3.1.2.2, propôs-se a fusão da 4ª Audiência Pública com a Conferência Municipal. Caso haja necessidade de modificações no nível estratégico da proposta a partir dos resultados da Conferência Municipal prevista, a proposta será reapresentada em um quinto momento de participação ampla da sociedade, configurando uma segunda Conferência Municipal para pactuação do PDBS.

Figura 4: Fluxograma de entrega e avaliação dos produtos.



Fonte: Funpar, 2020.

Os mapas produzidos serão georreferenciados, apresentados no sistema SIRGAS 2000, entregues juntamente com os relatórios em arquivos editáveis, na extensão PDF e impressos, tamanho A3 e dobrados em A4. Ao final do trabalho, todo o material cartográfico produzido e coletado será entregue em formato SHP, juntamente com os projetos produzidos no software livre QGIS.

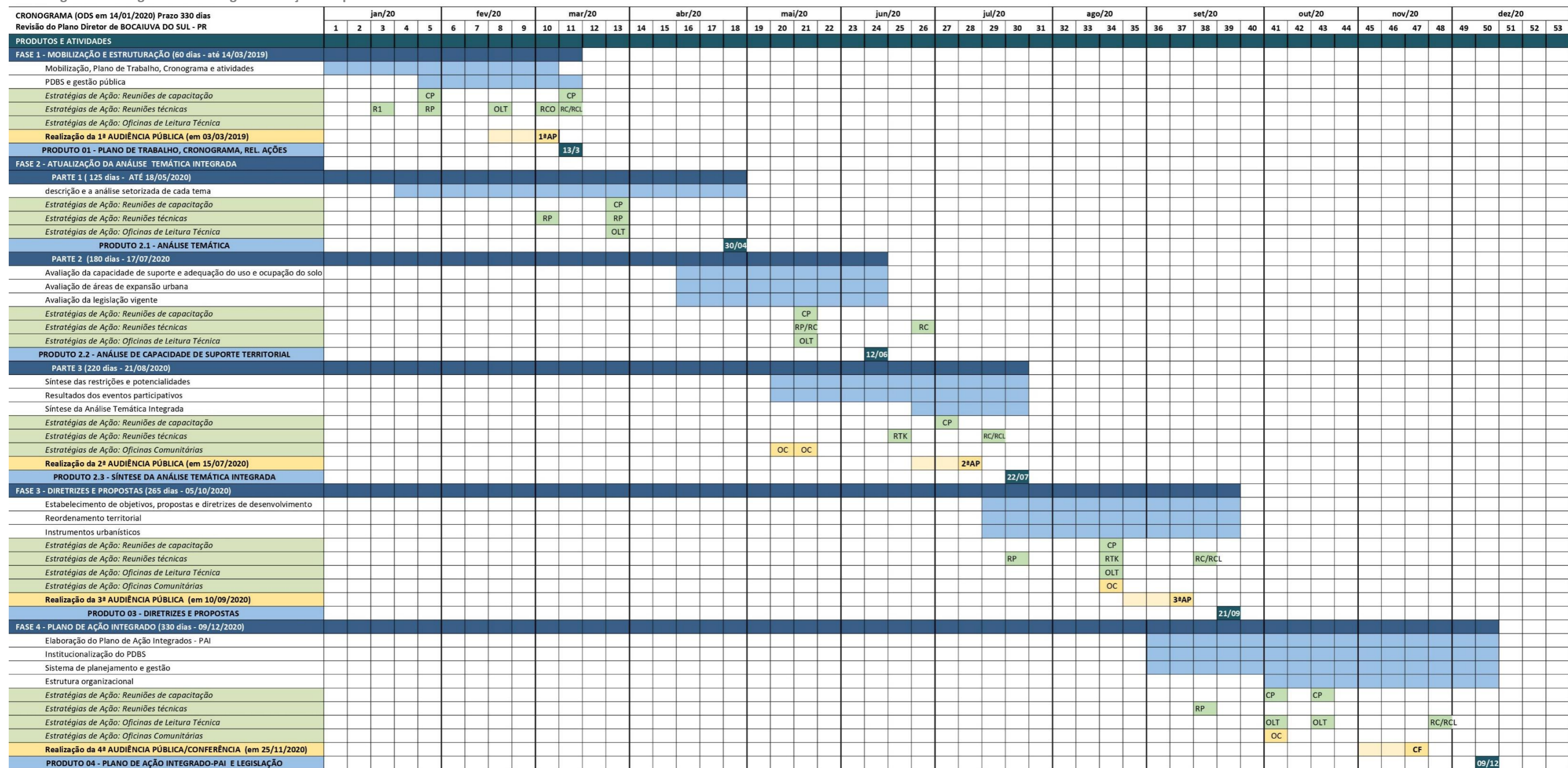
A Coordenação da Equipe Técnica Municipal será a responsável por providenciar o atestado de execução dos serviços e emissão de parecer técnico para a autorização de faturamento.

Todo o material produzido que identifica a execução das atividades ficará de posse e será de propriedade do Município. Durante o trabalho deverá ser garantido o acesso e a publicidade aos documentos e informações produzidos.

A seguir, apresenta-se o cronograma de trabalho, contendo as datas de entrega de produtos e das audiências públicas. Para os demais eventos que compõem o trabalho de revisão apresenta-se o período previsto para seu acontecimento, sendo as datas definidas nas reuniões de consolidação da fase anterior. Isto se deve à necessidade de compatibilização de datas com órgãos envolvidos, locais para realização dos eventos etc. No mesmo sentido, as datas das Audiências Públicas poderão sofrer modificações durante a execução do trabalho.

Ressalta-se que a proposta de cronograma apresentada neste Plano de Trabalho difere consideravelmente da preconizada pelo Termo de Referência. Na proposta em questão buscou-se adiantar as entregas de produtos das fases iniciais para proporcionar mais tempo de execução das fases propositivas, com o intuito de melhorar a qualidade de elaboração das diretrizes, legislação e Plano de Ação, bem como proporcionar um debate mais profícuo das proposições com os atores envolvidos.

Figura 5: Fluxograma de entrega e avaliação dos produtos.



Eventos técnicos: CP Capacitação RP Reunião preparatória OLT Oficina de Leitura Técnica RC Reunião de Coordenação RCL Reunião de Consolidação RCO Reunião COMEC RTK Reunião CT Karst
 Eventos participativos voltados para a comunidade: OC Oficina Comunitária* AP Audiência Pública CF Conferência Municipal

* Nas fases 2 e 3, serão realizadas 5 oficinas comunitárias em cada momento: três na área urbana e duas nos distritos rurais.



6. LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Na logística para a atuação das equipes e realização dos eventos cabe à FUNPAR:

- Disponibilização de espaço físico na FUNPAR para a execução dos trabalhos;
- Disponibilização de materiais de apoio, elaborados pela consultoria, com o conteúdo das respectivas temáticas;
- Elaboração dos modelos relativos aos materiais de divulgação pública dos planos e eventos, por folders e cartazes, entre outros;
- Disponibilização de materiais, equipamentos e serviços, tais como computadores, projetores, telas de projeção, fotografia, filmagem, gravador de áudio, microfones, caixas de som, entre outros, quando necessário, de acordo com a necessidade definida pela coordenação da ETM;
- Registro em fotos, lista de presença, atas dos eventos e arquivos das apresentações a serem entregues em até cinco dias úteis após o evento e disponibilizados na internet para consulta da população; e
- Disponibilização dos arquivos das apresentações realizadas nas reuniões e eventos participativos.

Compõem a logística para a realização dos eventos a serem providenciados pela Equipe Técnica Municipal (ETM) os itens a seguir:

- Reserva e preparação de locais com espaço físico adequado que comporte a quantidade estimada de participantes das reuniões e eventos participativos;
- Divulgação dos eventos em veículos de mídia local, internet, produção e reprodução de materiais de divulgação;
- Publicação oficial de convocação e expedição de convites para as associações representativas dos vários segmentos da comunidade local;

II. ANÁLISE PRELIMINAR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

A presente seção traz uma análise inicial do marco lógico e da proposta de sistema de planejamento e gestão proposto pelo Plano Diretor vigente. A partir disto, analisa-se a capacidade administrativa para sua implantação, frente a estrutura organizacional da prefeitura municipal. Também é abordada a estrutura de gestão democrática, em especial a implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial.

1. MARCO LÓGICO E PLANO DE AÇÃO

O marco lógico de um plano consiste no conjunto articulado de diretrizes que norteiam a ação humana para a mudança da realidade rumo a um cenário projetado. É composto dos princípios, objetivos, estratégias e ações que, nessa ordem hierárquica, compõe uma estrutura lógica. Nesse sentido, as ações do cotidiano da gestão urbana devem obedecer a lógica estabelecida para que o cenário projetado se concretize. Caso contrário, ao se desviar da lógica prevista, as ações podem ter como efeito um cenário indesejado.

No caso do PDBS vigente, a concepção do marco lógico se iniciou na fase de Diretrizes e Proposições, que gerou um documento apresentando 9 eixos estratégicos, cada qual com objetivos diretrizes, a saber:

- Ordenamento territorial
- Mobilidade urbana
- Meio Ambiente
- Regularização fundiária e habitação
- Saneamento ambiental
- Patrimônio histórico, cultural e ambiental
- Turismo
- Defesa Civil
- Planejamento e gestão democrática

Deduz-se que, a partir dos resultados da análise integrada, estas foram as principais deficiências e potencialidades que deveriam ser tratadas pelo Plano para a mudança da realidade de Bocaiúva do Sul. Entretanto, neste documento não fica claro qual cenário desejado que norteia o conjunto de estratégias.

O mesmo documento apresenta já uma série de ações organizadas na forma de planos setoriais, com destaque para quatro planos estratégicos de desenvolvimento:

- Plano estratégico ambiental
- Plano estratégico de Desenvolvimento econômico
- Plano estratégico de Infraestrutura



- Plano estratégico de desenvolvimento rural.

As diretrizes concebidas preliminarmente foram consolidadas na Lei do Plano Diretor, com a definição de princípios e objetivos, articulados aos eixos estratégicos definidos anteriormente. Com relação aos planos estratégicos, o plano ambiental foi incorporado à Lei do Plano Diretor, o plano de desenvolvimento econômico teve incorporação parcial, no que tange às ações de turismo, e os planos estratégicos de infraestrutura e de desenvolvimento rural não foram consolidados na versão final da Lei do PDBS.

Seguindo a lógica do documento de diretrizes e proposições, a lei do PDBS também organiza suas estratégias na forma de planos setoriais, conforme Quadro 5 apresentado a seguir.

Quadro 5: Planos propostos na Lei do PDBS.

Planos propostos	Prazos de execução	
	Elaboração	Implantação
Plano Municipal de Saneamento Ambiental	2 anos	de 2 a 5 anos
Plano de Recuperação Ambiental da Área Rural	2 anos	
Plano de Bacias Hidrográficas Municipal	2 anos	
Plano de Recuperação de Matas Ciliares	2 anos	
Plano de Arborização e Paisagismo Municipal	2 anos	
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável	2 anos	10 anos
Plano Municipal de Habitação	2 anos	
Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	2 anos	
Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	2 anos 10 anos (transporte)	
Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural	5 anos	10 anos
Plano Ambiental Municipal	5 anos	5 anos
Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável	5 anos	5 anos

Fonte: Lei Municipal 269/08.

Em geral, a Lei do Plano Diretor se atém ao nível estratégico para o estabelecimento de diretrizes, sem entrar em detalhes de como as estratégias serão operacionalizadas. Isto decorre da abrangência e complexidade características do Plano Diretor, envolvendo grande número de variáveis, sendo que boa parte delas não estão sob o controle da administração municipal, tais como as políticas públicas federais e estaduais, a dinâmica econômica nas esferas global e nacional dentre outras. Nesse sentido, o Plano precisa ser estruturado com certa flexibilidade para se adaptar agilmente às mudanças de conjuntura não previstas, o que não seria possível se as ações necessárias para concretização das estratégias fossem fixadas na Lei do Plano Diretor. Dessa forma, tais ações são sistematizadas em um Plano de Ações e Investimentos – PAI, obedecendo-se a lógica estabelecida na lei, que tem como função nortear a ação cotidiana da administração pública e dar subsídios para que o Plano Diretor seja incorporado às leis orçamentárias municipais – operação fundamental para o que o plano tenha efetividade.

No caso do PDBS, foi elaborado um documento para o Plano de Ação e Investimentos, mas a planilha de ações não foi incorporada a ele, e até o momento não foi localizada. Dessa forma, a análise do marco lógico do PDBS não pôde levar em conta as ações no nível operacional. Para minimizar esta carência, foram consideradas as ações básicas previstas nos planos setoriais propostos na Lei do PDBS, bem como as dos planos estratégicos integrantes do documento de Diretrizes e Proposições, sistematizadas no Quadro 6.

Quadro 6: Compilação de planos e ações propostos no PDBS.

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS	
EIXO SOCIOECONÔMICO	1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico	1.1 Elaborar o plano de desenvolvimento econômico municipal observando os princípios da inclusão social, da promoção do turismo, da sustentabilidade ambiental e das atividades causadoras de impactos ambientais;	
		1.2 Estímulo à produção local com instalação e operação adequadas do ponto de vista ambiental;	
		1.3 Promoção de apoio técnico às áreas produtivas do município;	
		1.4 Realização de eventos que promovam a divulgação e comercialização de produtos produzidos no município;	
		1.5 Formulação de projetos de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;	
		1.6 Constituição de parcerias com os diversos setores da sociedade e entidades associativas para assessorar as micros, pequenas e médias atividades produtivas e qualificar a mão de obra local;	
		1.7 Efetivação de maior controle e fiscalização das atividades desenvolvidas no município e causadoras de impactos ambientais;	
		1.8 Desenvolvimento de estudos da atividade turística no município;	
		1.9 Estabelecimento de consórcios e associações enfocando o turismo com os municípios vizinhos;	
		1.10 Promoção do turismo ecológico e apoio ao desenvolvimento do artesanato local como atrativo turístico;	
		1.11 Realização de eventos para a promoção do turismo e artesanato local;	
		1.12 Incentivar a implantação de equipamentos destinados à recepção de turistas, como por exemplo, hotéis, restaurantes, parques e etc.	
2. Política Municipal de Turismo	2.1 Implantar um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;	Elaborado e implementado em médio prazo (até cinco anos)	
	2.2 Implantar o Licenciamento Turístico Ambiental;		
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	3.1 Elaborar o plano de desenvolvimento rural municipal observando as propostas de desenvolvimento socioeconômico do município visando à sustentabilidade ambiental;		
	3.2 Elaborar plano de ações e investimentos para o plano de desenvolvimento rural;		
	3.3 Aproveitar o potencial existente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas várias vertentes;		



PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS	
	3.4 Implementar o monitoramento rural, através de contratação de pessoal específico, facilitando a liberação de licenças para agricultores;		
	3.5 Apoio à implantação de parceria com órgãos das esferas estaduais e federais, e entidades não governamentais para a compra de equipamentos para o desenvolvimento das atividades rurais;		
	3.6 Instalação gradual de infra-estrutura para a melhoria dos serviços;		
	3.7 Apoio a estruturação dos arranjos produtivos locais, incentivando a permanência da população no campo;		
	3.8 Apoio a estruturação da associação de moradores para o desenvolvimento dos arranjos produtivos;		
	3.9 Desenvolver a agricultura agroecológica e a certificação dos produtos, agregando qualidade e maior valor ao produto;		
	3.10 Priorizar a produção local nas aquisições realizadas pelo poder público local.		
	4. Plano Estratégico de Infraestrutura	4.1 Implantação de serviços e equipamentos públicos em consonância com as diretrizes de ocupação da cidade e considerando-se a capacidade orçamentária do município;	
		4.2 Ampliar o acesso aos atendimentos públicos através da ampliação dos equipamentos e da contratação de profissionais especializados;	
		4.3 Desenvolver programa para a implantação de unidades de ensino superior no município;	
4.4 Implementar as áreas de parque, praças e áreas de lazer; (Incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental).			
EIXO INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO	5. Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	5.1 Implementar o planejamento do sistema viário;	Implementado em curto prazo (até dois anos)
		5.2 Implementar o sistema de transporte coletivo;	Implementado em longo prazo (até dez anos)
		5.3 Implementar a regulamentação do transporte de carga.	Implementado em curto prazo (até dois anos)
	6. Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural	6.1 Implantar a orientação normativa, (regulamentação das ações e intervenções a serem realizadas, ou passíveis de realização, na área focalizada);	Elaborado em médio prazo (até cinco anos) e implantado em 10 anos
		6.2 Implantar o Programa de Atuação para o Sítio Histórico Urbano, que deverá conter propostas de intervenção;	
		6.3 Implantar o Sistema de Avaliação do Plano de Preservação.	
7. Política habitacional	7.1 Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável	Elaborado em curto prazo (até dois anos) e executado em 10 anos	
	7.2 Elaborar o Plano Municipal de Habitação	Elaborado em curto prazo (até dois anos)	

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS
8. Política Municipal de Defesa Civil	8.1 Elaborar o Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	Elaborado em curto prazo (até dois anos)
9. Outras ações da Política Ambiental Municipal	9.1 Elaborar Plano de Recuperação Ambiental da Área Rural;	Elaborado em curto prazo (dois anos)
	9.2 Elaborar Plano de Bacias Hidrográficas Municipal;	
	9.3 Elaborar Plano de Recuperação de Matas Ciliares;	
	9.4 Elaborar Plano de Arborização e Paisagismo Municipal;	
	9.5 Regulamentar a lei de Saneamento Ambiental;	180 dias a partir da publicação do PDBS
10. Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental	10.1 a implantação da rede de drenagem nos perímetros urbanos;	Implantado em 5 anos
	10.2 a implantação da rede de coleta e do sistema de tratamento de esgoto sanitário em todas áreas urbanizadas, priorizando o perímetro urbano da Sede;	Implantado em 5 anos
	10.3 a realização de campanha de educação a respeito de higiene básica e utilização de sistemas alternativos de esgotamento sanitário;	Implantado em 2 anos
	10.4 a realização de projeto específico para coleta seletiva dos resíduos sólidos, com posterior triagem e reutilização do material;	Implantado em 2 anos
	10.5 a implantação do aterro sanitário adequado às condições do solo municipais;	Implantado em 2 anos
	10.6 a realização de campanha educativa sobre separação dos resíduos sólidos e sua importância;	Implantado em 2 anos
	10.7 Estabelecer mecanismos para a organização de associações de catadores de material reciclado; (incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental);	
	10.8 Viabilizar parcerias para a criação de usina de reciclagem; (incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental);	
	10.9 o desenvolvimento, junto às comunidades rurais, de metodologias de compostagem;	Implantado em 2 anos
11. Plano Ambiental Municipal	11.1 Implantar projetos de controle ambiental: (i) a limitação das espécies florísticas exóticas à área pré-determinada; (ii) o cadastramento das propriedades onde ocorre a silvicultura; (iii) a redução das áreas de pastagens inadequadas; (iv) a contenção dos escorregamentos de terra em taludes junto às vias; (v) a recuperação das áreas de preservação permanente referentes às mata ciliares; (vi) o planejamento das áreas de remanescentes florestais e áreas de preservação permanentes de modo que, juntos, formem corredores biológicos; (vii) os estudos técnicos sobre as condições físico-ambientais dos cemitérios em uso no município, contemplando regularização e ampliação;	Implementado em 5 anos
	11.2 Implantar projetos de monitoramento e fiscalização ambiental (avaliação periódica das variáveis ambientais do município, suprimindo o Sistema de Informações Municipal)	



PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS
	<p>11.3 Implantar projetos de manejo ambiental:</p> <p>(i) a preservação da cultura de subsistência em pequenas propriedades;</p> <p>(ii) a diversificação da produção agrícola municipal;</p> <p>(iii) o incentivo à criação de cooperativas agrícolas para o beneficiamento e comercialização da produção;</p> <p>(iv) os convênios entre o Poder Público municipal e os pequenos produtores para compra da produção para atendimento das necessidades escolares de merenda;</p> <p>(v) a diminuição do uso de agrotóxicos em geral</p>	
	<p>11.4 Implantar programa de educação ambiental integrada, estabelecer parcerias entre o setor de meio ambiente da PMBS, instituições de educação e ONGs para o desenvolvimento de Programas e Projetos voltados à efetiva proteção das condições sócio-ambientais em áreas naturais, bem como do ambiente construído, evidenciando: (i) a utilização de sistemas agroflorestais (SAFs); (ii) a assistência técnica aos produtores familiares; (iii) o monitoramento do destino final das embalagens de agrotóxicos.</p>	

Fonte: Funpar, 2020.

Como observado no Quadro 5 e Quadro 6, considerando-se o total de 12 planos, e ao se analisar seu conteúdo mínimo, denota-se a necessidade de um grande esforço, mobilização de pessoal e de recursos para que eles sejam implantados, em dimensões incompatíveis com um município do porte de Bocaiúva do Sul. Este fato se agrava pelos prazos estabelecidos para sua execução: dos 12 planos previstos, 09 possuem prazo de elaboração nos primeiros 02 anos do período de implementação do PDBS. Estas conclusões foram confirmadas na Oficina de Leitura Técnica de Avaliação do PDBS, ocorrida em 18/02, que contou com a participação da Equipe Técnica Municipal e vereadores.

Para que o plano se efetive, há necessidade de se priorizar as ações de acordo com os problemas e potencialidades mais prementes da realidade municipal. Ao se questionar os integrantes da oficina nesse sentido, verificou-se que a prioridade foi dada às ações relacionadas à agricultura familiar, turismo, mobilidade, habitação, melhoria dos serviços sociais e saneamento ambiental, conforme Quadro 7.

Quadro 7: Ações do PDBS consideradas prioritárias.

	PLANO/ PROGRAMA	AÇÕES PRIORITÁRIAS
EIXO SOCIOECONÔMICO	1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico	1.8 Desenvolvimento de estudos da atividade turística no município;
		1.9 Estabelecimento de consórcios e associações enfocando o turismo com os municípios vizinhos;
	2. Política Municipal de Turismo	2.1 Implantar um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;
		2.2 Implantar o Licenciamento Turístico Ambiental;
	3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	3.3 Aproveitar o potencial existente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas várias vertentes;
		3.4 Implementar o monitoramento rural, através de contratação de pessoal específico, facilitando a liberação de licenças para agricultores;

PLANO/ PROGRAMA		AÇÕES PRIORITÁRIAS
		3.9 Desenvolver a agricultura agroecológica e a certificação dos produtos, agregando qualidade e maior valor ao produto;
	4. Plano Estratégico de Infraestrutura	4.1 Implantação de serviços e equipamentos públicos em consonância com as diretrizes de ocupação da cidade e considerando-se a capacidade orçamentária do município;
		4.2 Ampliar o acesso aos atendimentos públicos através da ampliação dos equipamentos e da contratação de profissionais especializados;
EIXO INFRA. E HAB.	5. Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	5.1 Implementar o planejamento do sistema viário;
		5.2 Implementar o sistema de transporte coletivo;
		5.3 Implementar a regulamentação do transporte de carga.
	7. Política habitacional	7.1 Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável
		7.2 Elaborar o Plano Municipal de Habitação
8. Política Municipal de Defesa Civil	8.1 Elaborar o Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	
EIXO AMBIENTAL	9. Outras ações da Política Ambiental Municipal	9.5 Regulamentar a lei de Saneamento Ambiental;
	10. Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental	10.1 a implantação da rede de drenagem nos perímetros urbanos;
		10.2 a implantação da rede de coleta e do sistema de tratamento de esgoto sanitário em todas áreas urbanizadas, priorizando o perímetro urbano da Sede;
		10.3 a realização de campanha de educação a respeito de higiene básica e utilização de sistemas alternativos de esgotamento sanitário;
		10.4 a realização de projeto específico para coleta seletiva dos resíduos sólidos, com posterior triagem e reutilização do material;
		10.6 a realização de campanha educativa sobre separação dos resíduos sólidos e sua importância;
		10.7 Estabelecer mecanismos para a organização de associações de catadores de material reciclado; (incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental);
		10.9 o desenvolvimento, junto às comunidades rurais, de metodologias de compostagem;
	11. Plano Ambiental Municipal	11.2 Implantar projetos de monitoramento e fiscalização ambiental (avaliação periódica das variáveis ambientais do município, suprimindo o Sistema de Informações Municipal)
		11.3 Implantar projetos de manejo ambiental: (i) a preservação da cultura de subsistência em pequenas propriedades; (ii) a diversificação da produção agrícola municipal; (iii) o incentivo à criação de cooperativas agrícolas para o beneficiamento e comercialização da produção; (iv) os convênios entre o Poder Público municipal e os pequenos produtores para compra da produção para atendimento das necessidades escolares de merenda; (v) a diminuição do uso de agrotóxicos em geral

Fonte: Funpar, 2020.



Verifica-se que, na área econômica, os participantes deram prioridade às ações que beneficiam os pequenos produtores rurais e o turismo que, durante as discussões foi apontado grande potencial também ligado à área rural (ecoturismo e turismo rural). Tais apontamentos indicam que a agropecuária e a conservação ambiental na área rural têm grande importância para a população do município.

Com relação as questões de infraestrutura e serviços, despontam os problemas de mobilidade, especialmente no que tange ao transporte coletivo e o transporte de cargas, este último tendo um incremento significativo com a implantação da cimenteira em Adrianópolis. Fazendo uma articulação entre a preocupação ambiental e a necessidade de infraestrutura e serviços, foram apontadas como prioritárias as ações de saneamento ambiental. A opção por priorizar estas ações, juntamente com as ações de defesa civil, é coerente com o fato de que a sede de Bocaiúva do Sul está assentada sobre o aquífero Karst que, por um lado é suscetível à contaminação e, por outro, pode oferecer riscos em casos de ocupação inadequada do solo. Por fim, as ações relacionadas à habitação foram consideradas prioritárias pela alta incidência de ocupações irregulares no município, grande parte delas em terrenos inadequados à ocupação. Nesse sentido, verifica-se que há uma articulação lógica entre as ações de meio ambiente e infraestrutura que forma escolhidas como prioritárias pelos participantes da Oficina.

Ainda de acordo com os dados recolhidos nesta Oficina, do total de 55 ações, 03 foram consideradas implantadas e 06 parcialmente implantadas, conforme Quadro 8.

Quadro 8: Ações do PDBS implantadas.

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	PRIORIZAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico	1.11 Realização de eventos para a promoção do turismo e artesanato local;		PARCIAL
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	3.3 Aproveitar o potencial existente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas várias vertentes;	ALTA	TOTAL
4. Plano Estratégico de Infraestrutura	4.1 Implantação de serviços e equipamentos públicos em consonância com as diretrizes de ocupação da cidade e considerando-se a capacidade orçamentária do município;	ALTA	PARCIAL
10. Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental	10.1 a implantação da rede de drenagem nos perímetros urbanos;	ALTA	PARCIAL
	10.2 a implantação da rede de coleta e do sistema de tratamento de esgoto sanitário em todas áreas urbanizadas, priorizando o perímetro urbano da Sede;	ALTA	PARCIAL
	10.3 a realização de campanha de educação a respeito de higiene básica e utilização de sistemas alternativos de esgotamento sanitário;	ALTA	TOTAL
	10.9 o desenvolvimento, junto às comunidades rurais, de metodologias de compostagem;	ALTA	TOTAL
11. Plano Ambiental Municipal	11.3 Implantar projetos de manejo ambiental: (i) a preservação da cultura de subsistência em pequenas propriedades; (ii) a diversificação da produção agrícola municipal; (iii) o incentivo à criação de cooperativas agrícolas	ALTA	PARCIAL

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	PRIORIZAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
	para o beneficiamento e comercialização da produção; (iv) os convênios entre o Poder Público municipal e os pequenos produtores para compra da produção para atendimento das necessidades escolares de merenda; (v) a diminuição do uso de agrotóxicos em geral		
	11.4 Implantar programa de educação ambiental integrada, estabelecer parcerias entre o setor de meio ambiente da PMBS, instituições de educação e ONGs para o desenvolvimento de Programas e Projetos voltados à efetiva proteção das condições sócio-ambientais em áreas naturais, bem como do ambiente construído, evidenciando: (i) a utilização de sistemas agroflorestais (SAFs); (ii) a assistência técnica aos produtores familiares; (iii) o monitoramento do destino final das embalagens de agrotóxicos.		PARCIAL

Fonte: Funpar, 2020.

Como pode ser observado, o número de ações implementadas foi significativamente baixo, em relação ao número total de ações previstas pelo PDDBS. Com base na discussão realizada na Oficina de Leitura Técnica, em grande parte isto resulta da falta de recursos financeiros decorrente da baixa arrecadação municipal. Nos últimos anos, com a implantação da nota fiscal eletrônica, houve um incremento na arrecadação por meio do recolhimento de ISS, entretanto, a alta inadimplência do IPTU, bem como a defasagem da planta genérica de valores e dos dados cadastrais tributários comprometem a receita municipal. Estas informações serão confirmadas e complementadas pelas análises das finanças públicas a serem realizadas durante a parte 1 da Análise Temática Integrada.

Também chama a atenção que, do total de 25 ações consideradas prioritárias, apenas três foram consideradas totalmente implantadas e quatro foram consideradas parcialmente implantadas. Por outro lado, apenas duas ações parcialmente implantadas não foram consideradas prioritárias, ou seja, apesar do baixo índice de implementação das ações previstas no Plano Diretor, há indícios de que os esforços se concentraram em ações importantes para Bocaiúva do Sul. Dentre estas ações, destacam-se as de implantação de infraestrutura de esgoto, de incentivo ao desenvolvimento econômico voltado para agricultura familiar e as de manejo ambiental em pequenas propriedades rurais. Entretanto, em outras áreas prioritárias como a política habitacional, defesa civil e mobilidade não tiveram ações para mudança da realidade atual.

Frente a este cenário, os participantes da oficina concluem que, para a revisão do PDDBS, considera-se como prioridade máxima as ações de incremento da receita municipal. Tal incremento proporcionará as condições para que outras ações previstas no Plano sejam implementadas. Também se conclui que a revisão do PDDBS deve considerar um plano de ação mais enxuto, condizente com as condições de investimento da municipalidade.



2. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para que as diretrizes do Plano Diretor fossem implementadas, foi concebido um sistema de planejamento e gestão, cujo formato básico está descrito no Título X da Lei do Plano Diretor, e tem alguns aspectos detalhados no documento Plano de Ações e Investimentos. Tal estrutura será analisada a seguir, de forma a se identificar sua adequação e efetividade em relação à realidade atual do município. Cabe ressaltar que a análise da organização administrativa do município de Bocaiúva do Sul frente aos desafios da gestão municipal será avaliada em maior profundidade durante a Análise Temática Integrada, complementando o presente estudo.

O Título X da Lei do PDBS – Da Política Municipal de Planejamento e Gestão Democráticos - estabelece os instrumentos, práticas e atores necessários à implementação dos princípios e objetivos contidos na Lei, destacando-se:

Art. 6. Os objetivos básicos do Plano Diretor Municipal são:

(...)

V. o estabelecimento da sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal, na forma de Política Municipal de Planejamento e Gestão Democráticos, composta de:

a) estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, visando a implementação e atualização permanente deste Plano Diretor Municipal;

b) sistema de informações para o planejamento e gestão municipais, de forma a se produzir os dados necessários, com frequência definida, para produção de índices objetivando o monitoramento e avaliação sistemática deste Plano Diretor Municipal;

c) mecanismos de gestão democrática para implementação e atualização permanente deste Plano Diretor Municipal.

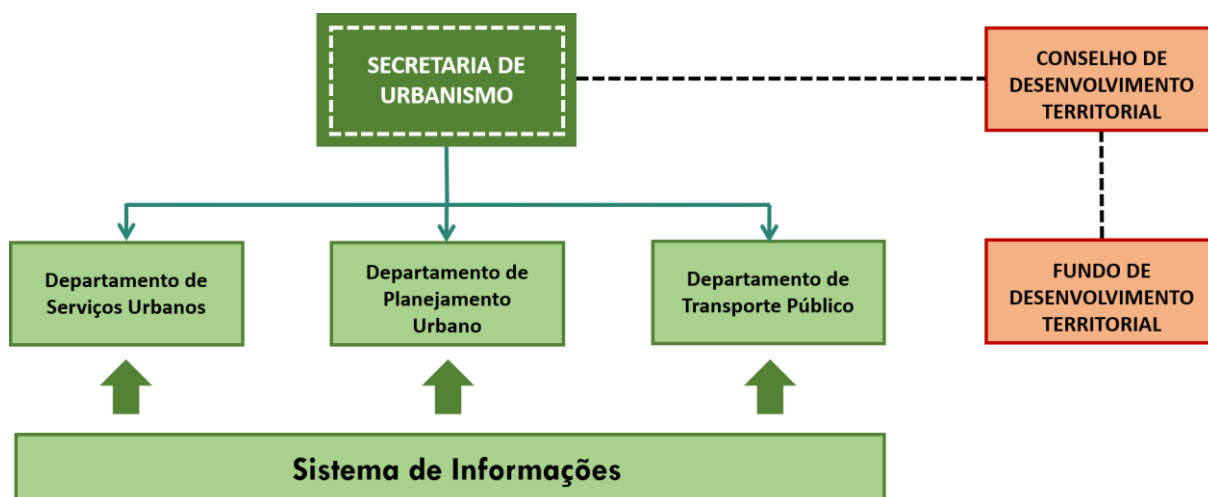
A partir deste objetivo, o sistema de planejamento e gestão da PMBS, considerando o princípio da gestão democrática, está estruturado pelos seguintes instrumentos, de acordo com o artigo 131:

- Estrutura Organizacional Básica da Prefeitura Municipal;
- Conselho de Desenvolvimento e Gestão Territorial;
- Fundo de Desenvolvimento e Gestão Territorial;
- Sistema de Informações Municipais;
- Conferência Municipal das Cidades;
- Orçamento Participativo;
- Audiências públicas;
- Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Plebiscito e referendo popular; e
- Demais conselhos municipais.

Dentre estes, destaca-se a criação de um Conselho de Desenvolvimento Territorial, de um fundo a ele articulado e de um Sistema de Informações Municipais. O Plano Diretor também estabelece os instrumentos de gestão democrática, tais como conferências Municipais, audiências públicas etc.

A estrutura organizacional proposta pela Lei é detalhada no documento do Plano de Ação e Investimentos, no que tange às competências diretamente ligadas à gestão territorial, e pode ser sintetizada pelo gráfico a seguir (Figura 6).

Figura 6: Estrutura organizacional proposta pelo PDBS.



Fonte: Funpar, 2020.

O documento do PAI, parte integrante do PDBS, preconiza a criação de uma Secretaria de Urbanismo, composta de três departamentos. Observa-se que a organização proposta separa as competências operacionais (departamento de serviços urbanos) das competências de planejamento (Departamento de Planejamento Urbano). O documento também propõe a contratação de um arquiteto urbanista, um técnico em edificações e um fiscal de obras para a nova Secretaria de urbanismo. A partir desta organização e composição, a Secretaria de Urbanismo teria as seguintes atribuições:

- implementar e executar a política municipal de planejamento urbano, assim como colocar em prática os termos do Plano Diretor Municipal;
- realizar estudos e pesquisas de planejamento estratégico, viabilizar instrumentos de cooperação institucional na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente;
- elaborar projetos de melhorias para o município; controle e avaliação da execução de serviços e atividades de captação e distribuição de água, saneamento básico, transporte coletivo e individual de passageiros, serviços fúnebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas;
- executar as obras públicas e próprias municipais, abrangendo construções, reformas e reparos, a abertura e manutenção de vias públicas, estradas vicinais; a execução de obras de pavimentação, construção civil, drenagem e calçamento;
- realizar a manutenção e preservação de fundos de vales, o controle e execução dos serviços de sinalização;



- coordenar os trabalhos de elaboração e edição de normas técnicas urbanísticas;
- realizar estudos técnicos inerentes ao desenvolvimento urbano do município;
- programar, coordenar e compatibilizar a realização das obras públicas do município;
- assessorar os demais órgãos na área de sua competência e outras atividades correlatas.

O documento não deixa claro se esta secretaria substitui a atual Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, entretanto, ao se analisar as competências acima citadas, depreende-se que a nova Secretaria seria responsável também pelas obras públicas, mas não pela gestão viária e de transporte.

Com relação às demais secretarias, o PDBS não propõe modificações na estrutura organizacional, mas indica a necessidade de contratação de alguns profissionais: um fiscal ambiental para a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, como cargo efetivo desta secretaria; para a consecução da Política Habitacional, o PDBS recomenda a contratação temporária de um advogado, um topógrafo e um engenheiro agrônomo, sem dar detalhes sobre as atribuições destes profissionais.

Apesar da Lei do Plano Diretor descrever muito brevemente a constituição do Conselho e do Fundo de Desenvolvimento Territorial, o documento do PAI traz detalhadamente a composição, objetivos e atribuições para essas estruturas, oferecendo todos os subsídios necessários para sua regulamentação. Entretanto, o Conselho e o Fundo não foram implementados até o momento.

Como pode ser observado no esquema da Figura 6, o PDBS propõe que o Conselho seja vinculado à Secretaria de Urbanismo, sendo presidido pelo seu Secretário e tendo sua equipe como o suporte necessário para o funcionamento do Conselho. Porém, o documento ressalta que tal vinculação é apenas operacional, sem que haja qualquer subordinação hierárquica no exercício de suas atribuições. A autonomia e o caráter deliberativo do Conselho são reforçados pelo fato do PAI defini-lo como órgão responsável pela gestão do Fundo de Desenvolvimento Territorial.

A Lei do Plano Diretor determina a implantação de um Sistema de Informações Municipais, tendo como objetivo *“fornecer dados técnicos e informações para implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Diretor e de outras políticas públicas subsidiando processos de tomada de decisões”* (Art. 142). Cabe ressaltar a diretriz de alimentação de informações cartográficas do Sistema de Informações, que deverá ser *“progressivamente georreferenciada em meio digital”* (art. 144). O documento do PAI detalha a proposta contida na Lei, reforçando a necessidade de utilização de sistema de geoprocessamento, de forma a integrar os vários setores da administração municipal no sentido de constituir um cadastro multifinalitário.

Nenhum dos componentes da estrutura de planejamento e gestão proposta pelo PDBS foi implementada. Ainda, comparando-se a estrutura proposta com a organização atual da prefeitura e realizando-se uma discussão sobre o sistema de planejamento e gestão na Oficina Técnica ocorrida em 18/02, depreende-se que:

- Com base em experiências de outros municípios, ressalta-se que a proposta de separação entre as competências operacionais e de planejamento pode ter um impacto positivo no planejamento e gestão do território municipal. Em geral, as tarefas cotidianas operacionais se sobrepõem às de planejamento que, por não ter caráter de urgência e/ou impacto direto no relacionamento com os usuários do serviço público, acabam sendo adiadas ou não sendo realizadas. Esta tendência é confirmada pelos participantes da Oficina, e ainda complementada por apontamentos sobre a necessidade de planejamento integrado

envolvendo todas as áreas da administração, de forma a se articular os diversos projetos e ações de captação de recursos, evitando-se retrabalho e desperdícios. Foram relatados casos em que o município obtém recursos para implantação de equipamentos e infraestrutura, são realizados projetos e obras, mas, por falta de planejamento, os equipamentos não são implantados, ou quando são implantados, ficam inoperantes, por não haver condições para contratação de funcionários. Muitas vezes a secretaria de obras aplica tempo e recursos para elaboração de projetos que, posteriormente se descobre empecilhos para sua execução, causando ineficiência da gestão.

- A falta de uma estrutura de planejamento centralizada tem como consequência a dificuldade de comunicação entre os diversos setores e secretarias, contribuindo para a ineficiência da gestão.
- Com relação à estrutura de pessoal das secretarias diretamente envolvidas na gestão territorial, aponta-se como principal gargalo a falta de fiscais urbanísticos e ambientais. A deficiência da fiscalização torna a lei inoperante, pois não há trabalho de divulgação, conscientização das normas existentes, tampouco de coibição das irregularidades.
- Além da questão da fiscalização, a estrutura de pessoal da atual secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, caso fosse adaptada à nova Secretaria de Urbanismo, não daria conta das atribuições a ela definidas pelo PDBS;
- Há dificuldade de capacitar os gestores da área de planejamento e gestão territorial;
- Apesar de previstos em lei, os instrumentos de gestão democrática foram pouco utilizados, não havendo conferências municipais relacionadas ao tema do planejamento e gestão territorial, ferindo-se os princípios de transparência e participação preconizados pela política urbana federal;
- O Sistema de Informações proposto atende às necessidades da gestão e planejamento do território, mas é muito complexo frente à capacidade de implantação da estrutura administrativa atual. Entretanto, devido à importância de um cadastro multifinalitário para a gestão municipal, há linhas de financiamento do governo federal para contratação de serviço especializado para sua implementação. O porte da área urbana de Bocaiúva do Sul é um fator facilitador nesse processo.



III. REGISTRO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA FASE 1 - MOBILIZAÇÃO

1. MEMÓRIA DE REUNIÃO DE ASSINATURA DE CONTRATO

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião de Assinatura de Contrato
Data: 15/01/2020 Horário início 10h00m Horário fim 12h00m
Local: Funpar
Pauta(s): Entrega da Ordem de Serviço; apresentação das equipes de coordenação; discussão preliminar do cronograma de trabalho; assuntos de ordem geral.

2. Participantes

Funpar: Mauricio Alexandre Maas; Adair Anholetto; Bruno Kaesemodel; Nathalie Vieira Lucion; Aline Train.
PMBS: Andreia Tagomori; Francine Camargo.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. Funcionários da PMSB entregam a Ordem de Serviço, com data de 14/01/2020, para os técnicos da Funpar.
2. Realiza-se uma rodada de apresentação dos participantes.
3. O coordenador da equipe de consultoria para a Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul – PDBS, Mauricio Alexandre Maas, apresentou um cronograma preliminar do trabalho a ser realizado. Desta discussão ressaltou-se:
 - (i) a importância da divulgação das Audiências Públicas, com disponibilização do material para a população, com no mínimo 15 dias de antecedência;
 - (ii) necessidade de considerar os feriados e as eleições no agendamento dos eventos públicos. Nesse sentido, apontou que, pelo cronograma previsto pelo Termo de Referência (TR), a 3ª Audiência Pública será próxima do dia da eleição (04/10); dificuldade de realizar a Audiência após a eleição por conta da quantidade considerável de trabalho para a consultoria e para a Equipe Técnica Municipal (ETM) e Grupo de Acompanhamento (GA) na última fase do plano.
 - (iii) Importância de se manter a data final da revisão do plano, dia 09/12/2020, pois haverá mudança de gestão municipal.
 - (iv) A ETM já foi nomeada por decreto municipal; não há Conselho da Cidade, está em fase de criação. O Coordenador aponta a possibilidade de utilizar o processo de revisão do PD para instituir o Conselho, utilizando-se a Conferência de Pactuação para eleição dos membros da Sociedade Civil.
4. O coordenador apresenta o calendário preliminar para a fase de Mobilização do Plano. Andreia aponta a necessidade de mudança da data da primeira capacitação e reunião preparatória.
5. Realiza-se um debate sobre as principais questões a serem tratadas na revisão, ressaltando-se:

(i) Gestão municipal: a comunicação interna entre os departamentos da prefeitura poderia ser melhorada; processos e procedimentos atuais foram estabelecidos com base na prática de cada servidor, há necessidade de revisão e sistematização.

(ii) Além das reuniões previstas no TR, há necessidade de reunião com a Sanepar para discussão dos planos futuros de saneamento e de utilização do aquífero Karst; reunião com ITCG sobre a divergência de limite municipal com Rio Branco do Sul.

(iii) Há focos de ocupação irregular se desenvolvendo no município; algumas ocupações estão em áreas de risco e há grande possibilidade de terem de ser relocadas necessidade de criação de ZEIS.

(iv) Falta parâmetros construtivos e normativas de uso do solo para a área rural

(v) Necessidade de atenção especial para o saneamento básico, em especial o tratamento de esgoto e a drenagem urbana.

(vi) Atenção especial para a criação de um Grupo de Acompanhamento que represente os principais grupos de interesse do município, de forma equânime. Aponta-se que não há muitas entidades formais de representação dos setores da sociedade civil em Bocaiuva do Sul.

Encaminhamento(s):

- Funpar enviará calendário da fase 1, confirmando a data da próxima reunião, para PMSB;
- PMSB confirmará o local para a próxima reunião em Bocaiuva do Sul, pré-agendada para dia 28/01/2020.
- PMSB enviará decreto da Equipe Técnica Municipal, arquivos de cartografia, Plano de Ação Integrado do PDM 2008, mapa de estradas rurais para a Funpar.



4. Lista de presença

Funpar							
LISTA DE PARTICIPAÇÃO DE REUNIÃO							
Data:		Hora:		Local:		Escopo:	
15/01/2020		10 h 00 m		FUNPAR - SCS REUNIR			
Nome:	Cargo:	Empresa:	Telefone:	E-mail:			
RAIUNO KNEBELMUNK	CAR. REUNIR	FUNPAR	(41) 3360-7453	casemiro@funpar.org.br			
ALINE PROENÇA TRAJN	CONSULTORIA	FUNPAR	(41) 9131-9858	aline_trajn@gmail.com			
ANDREIA TESI TACOMARI	ARQUITETA	PRAT. BOCAIÚVA DO SUL	(41) 99203-2015	ARQUI.TESITA@BOCAIUVASUL.RJ			
FRANCISCO CAMARGO MATOSOVIC	ENGE. CIVIL	PM Boc. do Sul	(41) 3635-3979	ENGENHARIN@BOCAIUVASUL.RJ			
ADRIEL AVHOLETO	Gestor	FUNPAR	(41) 3360-7444	adriavholetos@funpar.org.br			
MARCILACIO A. MAAS	COORDENADOR	FUNPAR	(41) 98906-1605	marciavici@funpar.org.br			
NATHALIE VIEIRA LUCION	ESTAGIÁRIA	FUNPAR	(41) 99211-3371	NATHALIE@FUNPAR.VERE.RJ			
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				
			()				

5. Fotos



6. Material de apoio

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO 2019 em 14.01.201919, Planos 332.dfm	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	maio/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	maio/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	
PRODUTOS E ATIVIDADES																									
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO (60 dias - até 13/03/2019)																									
Mobilização, Plano de Trabalho, Cronograma e atividades																									
Pesquisas, levantamentos, coleta e sistematização de dados																									
RT1 - Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços.			15/01																						
RT2 - Reunião técnica de capacitação (metodologia e métodos)					30/01																				
RT3 - Reunião técnica preparatória.					30/01																				
RT4 - Reunião técnica com a COMEC							13/2																		
Oficina Leitura Técnica – "Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município".								20/02																	
RT5 - Reunião técnica de capacitação.																							05/3		
RT6 - Reunião técnica de consolidação.																							05/3		
RT7 - Reunião técnica de coordenação.																							05/3		
Realização da 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA																									
RELATÓRIO 01(R1) - PLANO DE TRABALHO, CRONOGRAMA, REL. AÇÕES																									

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - FASE 1 - MOBILIZAÇÃO	jan/20					fev/20				mar/20			
Revisão do Plano Diretor de BOCAIUVA DO SUL - PR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
PRODUTOS E ATIVIDADES													
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO (60 dias - até 13/03/2019)													
Mobilização, Plano de Trabalho, Cronograma e atividades													
Pesquisas, levantamentos, coleta e sistematização de dados													
RT1 - Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços.			15/01										
RT2 - Reunião técnica de capacitação (metodologia e métodos)					30/01								
RT3 - Reunião técnica preparatória.					30/01								
RT4 - Reunião técnica com a COMEC							13/2						
Oficina Leitura Técnica – "Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município".								20/02					
RT5 - Reunião técnica de capacitação.												05/3	
RT6 - Reunião técnica de consolidação.												05/3	
RT7 - Reunião técnica de coordenação.												05/3	
Realização da 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA													
RELATÓRIO 01(R1) - PLANO DE TRABALHO, CRONOGRAMA, REL. AÇÕES													



2020		janeiro				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
30	31	01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15 Reunião Técnica de assinatura de contrato	16	17	18	19
20	21	22	23 Reunião interna de equipe	24	25	26
27	28 - Reunião de capacitação - Reunião preparatória	29	30 - Reunião de capacitação - Reunião preparatória	31	01	02
03	04	Anotações:				

2020		fevereiro				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
27	28	29	30	31	01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13 Reunião com Comec	14	15	16
17 Início de divulgação da 1ª Audiência Pública.	18	19	20 Oficina de leitura técnica	21	22	23
24	25	26	27	28	29	01
02	03	Anotações:				

2020		março				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
24	25	26	27	28	29	01
02	03 1ª Audiência Pública	04	05 - capacitação GA - Reuniões de coordenação e consolidação	06	07	08
09	10	11	12	13 ENTREGA DO PRODUTO 01	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	Anotações:				



2. MEMÓRIA DA 1ª CAPACITAÇÃO

1. Dados Gerais

Atividade: Capacitação da ETM – Metodologia e etapas de revisão do PDBS
Data: 28/01/2020 Horário início 14h20m Horário fim 16h00m
Local: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo – Bocaiúva do Sul
Pauta(s): Capacitação da equipe técnica de trabalho - Metodologia e plano de trabalho

2. Participantes

Funpar: Mauricio Alexandre Maas; Adair Anholeto; Daniele C. Gasparin; Débora Luiza Schumacher Furlan; Fabiane Baran; Guilherme Kircher Fragomeni; Luciano José de Lara; Maria Eduarda Duda; Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners.

PMBS: Andreia Tagomori; Antonio Luiz de Britto; Caio M. Santos de Oliveira; Caroline C. S. Mocelin; Cleiton José Polli; Elvis Pedro S. Souza; Francine Camargo; Luiz Leão Busato; Marcos Nishida Aoki; Tatieli Cristina Milani.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. Realizou-se a apresentação da Equipe Técnica Municipal (ETM) e dos membros da equipe da Funpar. O Prefeito Floresmundo Alberti Junior e a procuradora municipal Veronica de Lima não puderam estar presentes por motivos de força maior.

2. O coordenador da equipe de consultoria para a Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul – PDBS, Mauricio Alexandre Maas, realizou a apresentação referente à capacitação sobre a metodologia de trabalho, conceitos básicos do Plano Diretor, método, etapas de trabalho e Cronograma de trabalho (conforme anexo).

Desta apresentação ressalta-se:

(i) a necessidade de compreender o que é Planejamento Estratégico e que ele faz parte de um processo político, no qual a Revisão do Plano Diretor está incluída;

(ii) foi abordada a legislação que garante a elaboração do Plano Diretor e o que ele contém;

(iii) apresentação de diagramas para ilustrar o processo de conhecimento e análise da realidade do Município para traçar as diretrizes de desenvolvimento municipal;

(iv) apresentação do fluxograma das etapas de elaboração da Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul.

(v) apresentação do conteúdo a ser abordado nas quatro fases de elaboração do trabalho. O Coordenador propôs a modificação na ordem dos conteúdos referentes às partes da Fase 2, incluindo itens das Partes 2 e 3 na Parte 1. A ETM concordou com a proposta.

(vii) na apresentação da Fase 4 foi feita a proposta de capacitação em geoprocessamento dos técnicos da PMBS para auxiliar no sistema de informação municipal. A possibilidade foi bem recebida por parte da ETM.

(viii) com relação aos momentos de participação da sociedade civil, a consultoria propõe que a 4ª Audiência Pública e a Conferência de Pactuação do Plano aconteçam no mesmo momento. Ficou acordado esse formato, mas se houver alguma modificação estrutural na proposta apresentada na 4ª Audiência Pública, será realizada uma Conferência de Pactuação posterior específica, ainda respeitando o tempo de contrato para a finalização da Revisão do Plano Diretor.

(ix) apresentação do cronograma das Fases e do calendário detalhado da Fase 1. Ambos foram impressos e distribuídos para os presentes na reunião. Não houve objeções em relação à proposta apresentada.

3. Foi levantada a questão a respeito da necessidade da aprovação do Plano Diretor pela Câmara Técnica do Karst e, posteriormente, pela Câmara de vereadores. Foi acordado que haverá duas reuniões com a Câmara do Karst, conforme consta no Termo de Referência, e se for necessário poderá ser realizada uma terceira reunião. Os membros da Câmara do Karst serão consultados sobre o melhor momento de se realizar essas reuniões.

4. Por fim, discutiu-se os trâmites para aprovação da legislação revisada pela Câmara dos Vereadores. A consultoria ressalta a importância da participação dos vereadores no processo de revisão, de forma a facilitar a aprovação na Câmara. O presidente da Câmara dos Vereadores declara que fará o possível para que haja participação ampliada dos vereadores. A consultoria se dispôs a fazer apresentação específica sobre o Plano Diretor revisado para a Câmara dos Vereadores, caso haja necessidade.

(x) A consultoria questionou a necessidade da presença de um representante local da consultoria, conforme consta no Termo de Referência. O coordenador explicou que a proximidade entre os Municípios de Curitiba e Bocaiúva do Sul, permite que as atribuições deste representante podem ser exercidas para própria equipe de consultoria, havendo facilidade para eventuais reuniões e debates entre as partes. Neste sentido, não haveria necessidade de um representante local. A ETM concordou com a justificativa.

(xi) apresentação a respeito dos agentes envolvidos no PDBS e suas atribuições – Equipe de Consultoria, Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento. O coordenador apresenta os procedimentos e prazos para aprovação dos produtos, envolvendo a Equipe de Consultoria e a Equipe Técnica municipal. Ainda neste contexto, apresentou-se uma proposta de estrutura (segmentos representativos da sociedade civil) para o Grupo de Acompanhamento (GA). A ETM concordou com a proposta, sugerindo a inclusão de representantes do segmento cultural, do turismo e do legislativo. Ressaltou-se a necessidade da presença de representantes das localidades Macieira e Barra do Capivari.

A ETM e o Presidente da Câmara dos Vereadores ficaram responsáveis por pensar em possíveis representantes, a serem convidados para a participação na 1ª Audiência Pública.



4. Lista de presença



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL - PDBS
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: Capacitação da Equipe Técnica Municipal – Metodologia e plano de trabalho.
DATA: 28/01/2020
LOCAL: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo – Bocaiúva do Sul

HORÁRIO: 14:00

NOME	SECRETARIA/EMPRESA	CONTATO	ASSINATURA
Andréia Típi Tegeoni	Urbanismo	41-3675-3929	
Thomaz C.C. Matosene	URBANISMO	41 3675 - 3979	
Luciano José de Lima	FUNPAR	41 98502 0980	
Wilhelm Edward Meines	FUNPAR	59663 7000	
Guilherme WALTER FRAGOLEM	II	41 38986499	
Marcos Nairida Aoki	PRETUBA- Finanças	41-99247-2903/3675-3964	
Maria Tereza Bude	FUNPAR	41-99119-3570	
Cassiano C.S. medellin	Sec. mun. de Dist. Local	41. 93483-8110	
FABIANE BUREAU	FUNPAR	41 99966-2631	
Danielle C. Gasparin	FUNPAR	99805-5739	
Elvis Pedro S. Souza	AUX. ADM (TRIBUNAL)	43 3675-3981	
Roberto Luiz de BRITO	P.S. TRIBUNAL	41 3675-3981	
Tatelli Cristina Erdam	Ms. Educação (SMC)	41 36581055	
Adair Anholto	Empor	41 33607444	
Luiz Keão Gusato	Secretaria Municipal	41 984224623	
Débora Luiza Raimundo Fialho	Empor	41 93330 9472	
CHIO MORTO SANTOS DE OLIVEIRA	SEC. DE SAÚDE	41 99889 8168	
CELESTON JOSÉ PALLI	SEC. FINANÇAS	41 99550-9124	

5. Fotos



6. Material de apoio





Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

Capacitação - Metodologia e plano de trabalho

Reunião preparatória - Oficina e Audiência Pública

28/01/2020

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

PROGRAMAÇÃO:

1. Capacitação - Metodologia e plano de trabalho

- Apresentação das Equipes;
- Apresentação da metodologia e cronograma de trabalho;
- Atribuições da Equipe de Consultoria e da ETM;
- Diretrizes para criação do Grupo de Acompanhamento - GA.

2. Reunião preparatória - Oficina e Audiência Pública

- Programação da 1ª Oficina de Leitura Técnica;
- Programação da 1ª Audiência Pública;
- Discussão sobre material gráfico para a revisão do PDSB.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL:

Metodologia e etapas de trabalho.

28/01/2020

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Planejamento é pensar no futuro

"Planejamento é a ação traçada antecipadamente" (SAWYER, 1983)

2. Planejamento é controlar o futuro

"Planejamento é o projeto de um futuro desejado e de maneiras efetivas de realizá-lo" (ACKOFF, 1970)

3. Planejamento é tomada de decisão

"A determinação consciente de medidas destinadas a cumprir objetivos. Planejar é, portanto, decidir" (KOONTZ, 1958)

4. Planejamento é tomada de decisão integrada

"Quer dizer combinar atividades contínuas em um todo significativo" (GUNSTEREN, 1976)

Planejamento é um procedimento formal para produzir um resultado articulado, na forma de um sistema integrado de decisões (MINTZBERG, 2004).

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nível estratégico



Nível tático



Nível operacional

Plano Diretor está no nível estratégico

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento urbano tradicional:

Modelar a realidade conforme o ponto de vista do planejador.

Não cabe ao planejamento modelar o futuro, mas **delinear vias ou caminhos para construir o futuro.**

Estatuto da Cidade → planejamento participativo

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento é parte de um processo **político**:



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

PLANO DIRETOR

Constituição Federal (art. 182 e 183)

↓
Estatuto da Cidade

↓
Plano Diretor

↓
Mobilidade

↓
Habitação

↓
Saneamento

↑ ↑ ↑
Planos setoriais = grandes políticas do Ministério do Desenvolvimento Regional

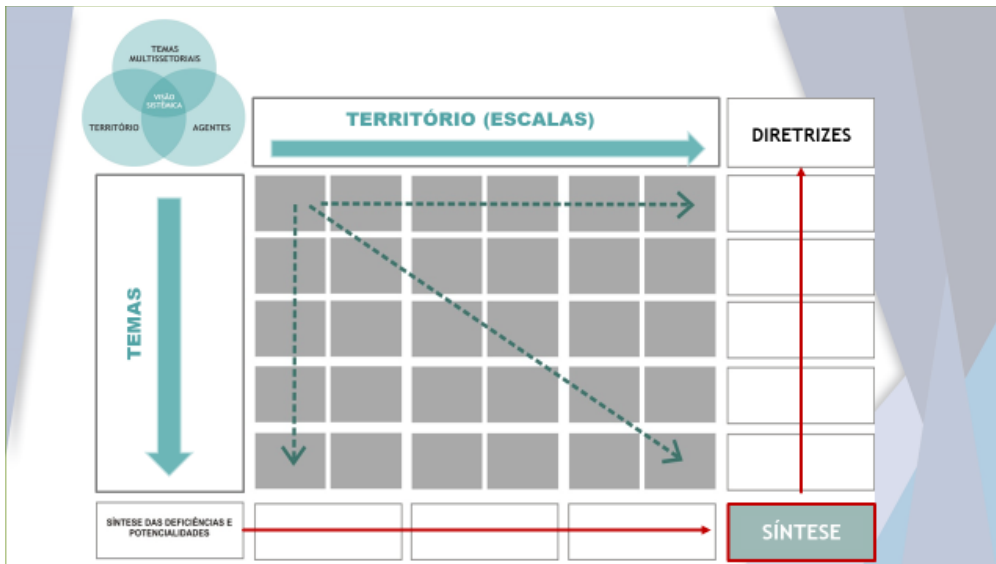
Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

O que contém o Plano Diretor?

- Estudos de **Diagnóstico e de Propostas**
- **Leis:**
 - ✓ Lei do Plano Diretor
 - ✓ Lei de Uso e Ocupação do solo
 - ✓ Lei de Sistema Viário
 - ✓ Lei de Parcelamento do solo
 - ✓ Lei de Perímetro Urbano
 - ✓ Códigos de Obra e Posturas
 - ✓ Leis específicas – instrumentos de desenv. territorial
- **Plano de Ação**
- **Monitoramento e Avaliação**

Metodologia Sistêmica

conhecimento e análise da realidade de Bocaiúva do Sul



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Etapas de elaboração:



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Quatro fases de elaboração:

- ✓ Mobilização
- ✓ Análise Temática Integrada (dividida em 3 etapas)
- ✓ Estratégias e diretrizes
- ✓ Plano de Ação e Institucionalização.

Capacitação dos técnicos municipais e grupo de acompanhamento

Representante local da consultoria: há necessidade, considerando a proximidade?

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 1 - Mobilização:

- Plano de Trabalho: acordo acerca da metodologia, cronograma e produtos;
- Avaliação do PDBS - Planejamento e gestão urbana
 - ✓ Ênfase na proposta de gestão e no Plano de Ação do PDBS vigente.
 - ✓ Realização de Oficina Técnica para Avaliação do PDBS vigente.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 2 - Análise Temática Integrada:

- Parte 1 - área urbana/expansão:
 - ✓ Áreas aptas e inaptas ao uso antrópico (meio físico - atenção para o Karst / meio biótico)
 - ✓ Uso e ocupação do solo
 - ✓ Equipamentos e serviços públicos
 - ✓ Infraestrutura de água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos;
 - ✓ *Não contempla contextualização: dados socioeconômicos do município; contexto socioterritorial.*

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 2 - Análise Temática Integrada:

- Parte 2 - cruzamento de informações:
 - ✓ Avaliação da capacidade de suporte e adequação do uso e ocupação do solo;
 - ✓ Avaliação de áreas de expansão urbana;
 - ✓ Avaliação da legislação vigente;
 - ✓ Condições de moradia.
- Parte 3 - Síntese:
 - ✓ Condições de acessibilidade e mobilidade;
 - ✓ Capacidade de investimento do município;
 - ✓ Estrutura de gestão participativa;
 - ✓ Síntese da ATI

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 2 - Análise Temática Integrada:

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO

- Parte 1 - descrição e a análise setorizada de cada tema:
 - ✓ Contextualização: dados socioeconômicos do município; contexto socioterritorial;
 - ✓ Áreas aptas e inaptas ao uso antrópico (meio físico - atenção para o Karst / meio biótico)
 - ✓ Uso e ocupação do solo;
 - ✓ Condições de moradia.
 - ✓ Equipamentos e serviços públicos;
 - ✓ Infraestrutura de água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos;
 - ✓ Condições de acessibilidade e mobilidade;
 - ✓ Capacidade de investimento do município;
 - ✓ Estrutura de gestão.



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 2 - Análise Temática Integrada:

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO

- Parte 2 - análise da capacidade de suporte territorial:
 - ✓ Avaliação da capacidade de suporte e adequação do uso e ocupação do solo;
 - ✓ Avaliação de áreas de expansão urbana;
 - ✓ Avaliação da legislação vigente;

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 2 - Análise Temática Integrada:

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO

- Parte 3 - Leitura técnica + Leitura comunitária:
 - ✓ Síntese das restrições e potencialidades;
 - ✓ Resultados dos eventos participativos.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 3 - DIRETRIZES E PROPOSTAS

- Cenário desejado - *objetivos de desenvolvimento*
- Eixos estratégicos
- Reordenamento territorial
 - ✓ Macrozoneamento e zoneamento urbano;
 - ✓ Sistema viário básico;
 - ✓ Perímetro urbano e área de expansão.
- Instrumentos urbanísticos
 - ✓ Atenção especial para instrumentos de regularização fundiária.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

FASE 4 - Plano de ação e legislação

- Institucionalização (minutas de leis e decretos);
- Sistema de planejamento e gestão do PDBS
 - ✓ Estrutura organizacional;
 - ✓ Perfil técnico dos servidores e estrutura física;
 - ✓ Sistema de informações municipais → [geoprocessamento](#)
 - ✓ Sistema de monitoramento e avaliação.
- Ajustes na legislação referente à estrutura organizacional, caso haja necessidade.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

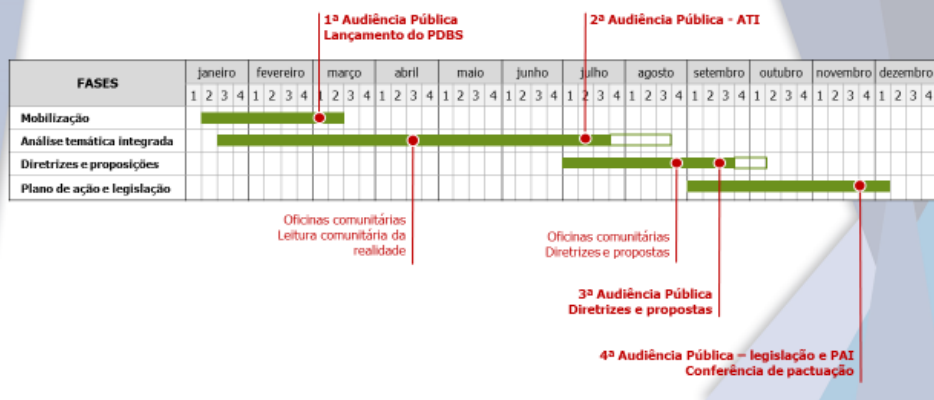
METODOLOGIA E CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE TRABALHO

- Desafios:
 - ✓ Grande número de reuniões;
 - ✓ Pouco tempo para as fases propositivas.
- Oficinas:
 - ✓ Oficinas comunitárias - moradores em distintos territórios do município
 - ✓ Oficinas de leitura técnica - ETM + Grupo de acompanhamento
 - Serão integradas às capacitações, de forma a articular os conceitos à realidade e cotidiano vivido pelos participantes.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA





Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Calendário da 1ª fase:

CALENDRÁRIO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL - 1ª FASE

2020		janeiro				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
30	31	01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15 Reunião Técnica de assinatura de contratos	16	17	18	19
20	21	22	23 Reunião interna de equipe Furpur	24	25	26
27	28 Reunião de capacitação Reunião preparatória	29	30	31	01	02
03	04	Anotações:				

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Calendário da 1ª fase:

2020		fevereiro				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
27	28	29	30	31	01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17 Início de divulgação da 1ª Audiência Pública	18 Oficina de leitura técnica	19	20	21	22	23
24 Carnaval	25 Carnaval	26	27	28	29	01
02	03	Anotações:				

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

Calendário da 1ª fase:

2020		março				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
24	25	26	27	28	29	01
02	03 1ª Audiência Pública	04	05	06	07	08
09	10 espeção GA Revisão do cronograma e consolidação	11	12	13 ENTREGA DO PRODUTO 01	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31	Anotações:				

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

CRONOGRAMA (ODS em 14/01/2020) Prazo 330 dias Revisão do Plano Diretor de BOCAIUVA DO SUL - PR	jan/20					fev/20					mar/20					abr/20				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18		
PRODUTOS E ATIVIDADES																				
FASE 2 - ATUALIZAÇÃO DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA																				
PARTE 1 (125 dias - ATÉ 18/05/2020)																				
descrição e a análise setorizada de cada tema																				
Estratégias de Ação: Reuniões de capacitação																		CP		
Estratégias de Ação: Reuniões técnicas											RP		RCO					RP		
Estratégias de Ação: Oficinas de Leitura Técnica																		OLT		
PRODUTO 2.1 - ANÁLISE TEMÁTICA																		30/04		

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

CRONOGRAMA (ODS em 14/01/2020) Prazo 330 dias Revisão do Plano Diretor de BOCAIUVA DO SUL - PR	abr/20					mai/20					jun/20					jul/20				
	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
PRODUTOS E ATIVIDADES																				
FASE 2 - ATUALIZAÇÃO DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA																				
PARTE 2 (180 dias - 17/07/2020)																				
Avaliação da capacidade de suporte e adequação do uso e ocupação do solo																				
Avaliação de áreas de expansão urbana																				
Avaliação da legislação vigente																				
Estratégias de Ação: Reuniões de capacitação																		CP		
Estratégias de Ação: Reuniões técnicas																		RP/RC		
Estratégias de Ação: Oficinas de Leitura Técnica																		OLT		
PRODUTO 2.2 - ANÁLISE DE CAPACIDADE DE SUPORTE TERRITORIAL																		12/06		
PARTE 3 (220 dias - 21/08/2020)																				
Síntese das restrições e potencialidades																				
Resultados dos eventos participativos																				
Síntese da Análise Temática Integrada																				
Estratégias de Ação: Reuniões de capacitação																				
Estratégias de Ação: Reuniões técnicas																		RTK		
Estratégias de Ação: Oficinas Comunitárias																		RC/RCL		
Realização da 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA (em 15/07/2020)																		2ªAP		
PRODUTO 2.3 - SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA																		22/07		

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

CRONOGRAMA (ODS em 14/01/2020) Prazo 330 dias Revisão do Plano Diretor de BOCAIUVA DO SUL - PR	jul/20					ago/20					set/20				
	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
PRODUTOS E ATIVIDADES															
FASE 3 - DIRETRIZES E PROPOSTAS (265 dias - 05/10/2020)															
Estabelecimento de objetivos, propostas e diretrizes de desenvolvimento															
Reordenamento territorial															
Instrumentos urbanísticos															
Estratégias de Ação: Reuniões de capacitação															CP
Estratégias de Ação: Reuniões técnicas															RP
Estratégias de Ação: Oficinas de Leitura Técnica															RTK
Estratégias de Ação: Oficinas Comunitárias															OLT
Realização da 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA (em 10/09/2020)															OC
PRODUTO 03 - DIRETRIZES E PROPOSTAS (em 20/08/2020)														3ªAP	21/09

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul METODOLOGIA E CRONOGRAMA

CRONOGRAMA (ODS em 14/01/2020) Prazo 330 dias	set/20					out/20					nov/20					dez/20				
Revisão do Plano Diretor de BOCAIÚVA DO SUL - PR	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53		
PRODUTOS E ATIVIDADES																				
FASE 4 - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO (330 dias - 09/12/2020)																				
Elaboração do Plano de Ação Integradas - PAI																				
Institucionalização do PDBS																				
Sistema de planejamento e gestão																				
Estrutura organizacional																				
Estratégias de Ação: Reuniões de capacitação																				
Estratégias de Ação: Reuniões técnicas																				
Estratégias de Ação: Oficinas de Leitura Técnica																				
Estratégias de Ação: Oficinas Comunitárias																				
Realização da 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA (em 25/11/2020)																				
PRODUTO 04 - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO-PAI E LEGISLAÇÃO																				

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul AGENTES DO PDBS E SUAS ATRIBUIÇÕES

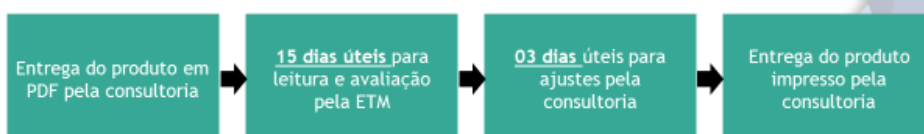
EQUIPE DE CONSULTORIA

- Atribuições:
 - ✓ aportar conhecimentos específicos para a produção e análise das informações necessárias à concepção do plano;
 - ✓ identificar os obstáculos, potencialidades e soluções para o desenvolvimento municipal, em conjunto com os técnicos municipais e os moradores;
 - ✓ Produzir banco de dados sistematizados das informações utilizadas na revisão do PDBS;
 - ✓ Capacitar a ETM e GA, transmitindo um saber-fazer relacionado à gestão municipal.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul AGENTES DO PDBS E SUAS ATRIBUIÇÕES

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM

- Atribuições:
 - ✓ Fornecer informações à consultoria;
 - ✓ Contribuir com o conhecimento extraído de sua prática cotidiana na gestão pública;
 - ✓ Avaliar e validar programação de reuniões eventos participativos
 - ✓ Avaliar os produtos entregues pela consultoria;



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

AGENTES DO PDBS E SUAS ATRIBUIÇÕES

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA

- Atribuições:
 - ✓ Representar seu grupo de interesse;
 - ✓ contribuir com seu ponto de vista da realidade local, atuando como parceiro na análise do cenário atual e na busca das soluções adequadas para o desenvolvimento do seu município;
 - ✓ Auxiliar na mobilizar da sociedade para os eventos participativos.

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

AGENTES DO PDBS E SUAS ATRIBUIÇÕES

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA

- Grupo de acompanhamento → Conselho da Cidade
- Composição - representativo dos principais grupos de interesse do município
- Representação equilibrada e equânime.
- Estrutura:

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

AGENTES DO PDBS E SUAS ATRIBUIÇÕES

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO - GA

1. **Representantes comunitários**
 - ✓ Associações/lideranças de bairros
 - ✓ Associações/lideranças de localidades/comunidades rurais
2. **Representantes de organizações da sociedade civil**
 - ✓ Associação dos segmentos empresarial, comercial, industrial, serviços
 - ✓ Cooperativa/associação do setor rural
 - ✓ Sindicato/associação (trabalhadores da área urbana, categoria profissional)
 - ✓ Professor/pesquisador de interface com o tema
 - ✓ Agentes do setor imobiliário
 - ✓ Outras organizações relevantes no município



3. MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião Preparatória – Oficina de Leitura Técnica e Audiência Pública.
Data: 28/01/2020 Horário início 16h00m Horário fim 17h00m
Local: Secretaria de Cultura, Meio Ambiente e Turismo – Bocaiúva do Sul
Pauta(s): Preparação para Oficina Técnica e Audiência Pública.

2. Participantes

Funpar: Mauricio Alexandre Maas; Adair Anholetto; Daniele C. Gasparin; Débora Luiza Schumacher Furlan; Fabiane Baran; Guilherme Kircher Fragomeni; Luciano José de Lara; Maria Eduarda Duda; Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners. PMBS: Andreia Tagomori; Antonio Luiz de Britto; Caio M. Santos de Oliveira; Caroline C. S. Mocelin; Cleiton José Polli; Elvis Pedro S. Souza; Francine Camargo; Luiz Leão Busato; Marcos Nishida Aoki; Tatieli Cristina Milani.
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<p>Após a capacitação da equipe técnica de trabalho, o coordenador da equipe de consultoria apresentou a programação e conteúdos a serem tratados na Oficina de Leitura Técnica, a ser realizada no dia 18/02 e na primeira Audiência Pública, a ser realizada no dia 03/03. Não houve sugestões de mudanças em relação a essa programação.</p> <p>A consultoria ressalta a importância de realizar a divulgação das Audiências com antecedência mínima de 15 dias. Discutiu-se sobre a adequação dos meios de divulgação para a audiência pública (jornal, cartazes, rádio, carro de som e website), acordando-se o uso de carro de som, cartazes e publicação em jornal. A consultoria ficou responsável pela concepção do material de divulgação, inclusive a gravação de áudio para ser utilizado pelo carro de som e, eventualmente, por rádios.</p> <p>A consultoria sugeriu que ocorra o registro de todo o processo, inclusive fotos e cópias dos jornais e do site da prefeitura onde será feita a divulgação. A consultoria ressalta a necessidade de colocar uma página da revisão do Plano Diretor, na qual serão colocados o material a ser discutido nas Audiências, para acesso a toda população.</p> <p>Ao final da reunião, foi apresentada proposta para o material gráfico, sendo aprovado pela PMBS.</p> <p>Encaminhamento(s):</p> <ul style="list-style-type: none">- Funpar ficará responsável pela elaboração de texto, arte e áudio para a divulgação da Oficina de Audiência Pública;- Funpar enviará a lista de informações necessárias a serem solicitadas pela PMBS para os órgãos estaduais;- PMSB irá criar aba em seu site oficial para a postagem de informações a respeito do Plano Diretor vigente e sobre sua Revisão.

4. Lista de presença





















REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL - PDBS
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: Reunião preparatória – oficina de leitura técnica e audiência pública da fase de mobilização.
DATA: 28/01/2020
LOCAL: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo – Bocaiúva do Sul

HORÁRIO: 16:00

NOME	SECRETARIA/EMPRESA	CONTATO	ASSINATURA
Andréa Terri Tegomeni	Urbanismo	41-3625-3529	
Stomene J. C. Malacorene	FUNPAR	41 3625 - 3979	
Luciano José de Azevedo	FUNPAR	41 988020980	
Wilhelm Edward Meiners	FUNPAR	99663-7000	
GUILHERME MICHELE FIDALGONI	II	41 3373 6499	
Marcos NISHIDA AOKI	PREVENIR - Fumicor	41 - 99247-2903 / 3695-3964	
Maria Tereza de Azevedo	FUNPAR	41 - 99119 - 3570	
Caroline C. S. Maciel m	Sec. munic. de Azevedo José	41- 98483-8110	
FABIANE BOZAVI	FUNPAR	41 9966-8631	
DANIELE C. CASPERINI	FUNPAR	41 - 98805-5739	
ELVIS REPO S SOUZA	AV. Abm (Gairesburg)	41 - 3675 - 3981	
ANTONIO LUIZ DE BEZERRA	EST. ENFEREIRO	111. 3625-3381	
Satelli Cristina Muller	M. Bolognolotto	41 36 58 1055	
Adair Anselato	Fumcor	41- 3360 - 7444	
Luiz Feio Busato	Camandely Wilschke	41 98422 4623	
Débora Luiza Spachner Furlan	FUNPAR	41 99370-9473	
CASO MORTO SANTOS DE OLIVEIRA	Sec. de Saúde	41 99887-8168	
CLEITON JOSÉ POLLI	SEC. FINANÇAS	41 99550-9124	

5. Fotos



6. Material de apoio

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

REUNIÃO PREPARATÓRIA:
Oficina de Leitura Técnica;
1ª Audiência Pública.
28/01/2020

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

PROGRAMAÇÃO DA 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

- Avaliação das diretrizes de planejamento e gestão do PDBS vigente e do Plano de Ação:
 - ✓ 1. Apresentação sucinta do PDBS vigente;
 - ✓ 2. Avaliação do Plano de Ação vs. estrutura organizacional atual.
 - ✓ 3. Avaliação dos processos de planejamento e gestão e dificuldades encontradas pelos gestores públicos.
 - Comunicação interna e integração da gestão;
 - Sistema de informações;
 - Processos de licenciamento ambiental e urbanístico - dificuldades encontradas;
 - Atribuições de cada secretaria vs. qualificação do quadro de servidores.
 - Participação pública e transparência
- Informações serão detalhadas e complementadas por meio de entrevistas individuais

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

PROGRAMAÇÃO DA 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

EIXO 1: Conservação dos bens socioambientais e promoção do equilíbrio ambiental, observando-se a viabilidade econômica e a geração de trabalho nas atividades produtivas				
PROGRAMAS	AÇÕES	METAS E RESULTADOS ESPERADOS	META ATINGIDA? IMPACTOS POSITIVOS / NEGATIVOS ?	O PROGRAMA É EFETIVO? COMPATÍVEL COM AS POLÍTICAS FEDERAIS, ESTADUAL? A PREFEITURA TEM CAPACIDADE DE GESTÃO E DE IMPLEMENTAÇÃO?
	1.2.1. Elaborar o Plano de Gestão Ambiental integrando as ações dos programas do Eixo 1	até março de 2006		
	1.2.2. Elaborar o banco de dados ambientais do município /1.2.3. Alimentar e atualizar de forma continuada o banco de dados ambientais do município	até julho de 2006 /25% dos dados sistematizados a cada ano		
	1.2.4. Articular com municípios do entorno programas relacionados à conservação e recuperação dos bens socioambientais (quilombos, parque dos Campos Gerais, biocorredores, APA da Escarpa Devoniana, entre outros)	02 programas de cunho ambiental e 01 programa de cunho socio-cultural, elaborados até janeiro de 2007		
	1.2.5. Incentivar a conservação do ambiente natural (vegetação nativa) por meio de mecanismos de compensação (fixação de CO ₂)	Mínimo de 02 programas implantados até janeiro de 2007		
	1.2.6. Articular as entidades que atuam com a questão ambiental no Município para fomentar a organização de um fórum de discussão para elaboração do Código Municipal de Meio Ambiente	Criação do Fórum até dezembro de 2005		

- Participação pública e transparência
- Informações serão detalhadas e complementadas por meio de entrevistas individuais

Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

PROGRAMAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Lançamento do trabalho e apresentação das etapas do processo de revisão do PDBS:
 - ✓ Comunicação sobre Função Social da Cidade e da Propriedade;
 - ✓ Explicação sucinta sobre conceitos básicos do Plano Diretor;
 - ✓ Exposição do processo de revisão do PD e momentos e mecanismos de participação.
 - ✓ Apresentação da Equipe de Consultoria e ETM;
 - ✓ Definição do Grupo de Acompanhamento.



Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

MATERIAL GRÁFICO:



4. MEMÓRIA DE REUNIÃO DA 1ª OFICINA TÉCNICA

1. Dados Gerais

Atividade: 1ª Oficina Técnica – Avaliação do PDM vigente
Data: 18/02/2020 Horário início 13h30m Horário fim 17h00m
Local: Câmara Municipal – Bocaiúva do Sul
Pauta(s): Oficina de Leitura Técnica para avaliação das propostas do PDBS e avaliação dos processos de planejamento e gestão

2. Participantes

Funpar: Mauricio Alexandre Maas; Débora L. Schumacher Furlan; Guilherme Fragomeni; Daniele Costacurta Gasparin; Maria Eduarda Duda.

PMBS: Andreia Tagomori; Francine Camargo; Maiara C. K. Bernardi; Cleiton José Polli; Verônica de Lima; Pedro R. Chaves; Artur Brito; Ari Bernardi; Luiz Leão Busato; Joacir Carlos de Lima; João Élcio C.; Luiz C. Bassetti Júnior; Silmara de F. Santos Bassetti; Lucy Bassetti; João Luiz F. Souza; Claudinéia J. Scremim Pokote; Marcos Nishida Aoki.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. Coordenador da equipe da Funpar, Maurício Maas, fez uma breve introdução sobre a programação da Oficina de Leitura Técnica para a avaliação do Plano Diretor vigente e apresentou aos representantes da ETM e representantes das secretarias, as etapas de elaboração da Revisão do Plano Diretor.

2. O cronograma com as fases que farão parte do processo de Revisão do Plano Diretor também foi apresentado aos presentes, com destaque para as audiências públicas e oficinas comunitárias.

3. O coordenador da equipe de consultoria também abordou na apresentação uma síntese do PDBS vigente, destacando como se dará o processo de revisão do mesmo. Dessa apresentação, pode-se destacar:

(i) o PDBS considerou as condicionantes físico-legais apresentadas pelo Município.

(ii) as condicionantes socioespaciais com tendências de ocupação e área de indução ao crescimento também foram consideradas.

(iii) a questão do Perímetro Urbano, o qual foi ampliado em áreas de reversão urbana, diverge da proposta inicial do PDM.

(iv) os Planos Estratégicos, observados na parte de Diretrizes e propostas, também foram analisados. Notou-se que o Plano Estratégico Ambiental foi incorporado à lei como Plano Ambiental Municipal e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico foi abordado, na verdade, como Plano de Turismo. Os Planos Estratégicos de Infraestrutura e de Desenvolvimento Rural não foram abordados no PDM vigente.

(v) os Planos propostos pela Lei do Plano Diretor vigente foram listados, assim como os Planos Previstos, junto de seus prazos de elaboração e implantação. Assim, foi observado pelo coordenador da Funpar que a maior parte dos planos tinham previsão para serem elaborados em um prazo de 2 anos, tempo considerado curto.

.....



4. A segunda parte da Oficina de Leitura Técnica contou com a formação de três grupos de discussão, divididos por temas: Eixo Socioeconômico, Eixo Infraestrutura e Habitação e Eixo Ambiental.

5. Sobre o Eixo Socioeconômico, foram discutidos: Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico, Política de Turismo, Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural e Plano Estratégico de Infraestrutura.

- Sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e a Política de Turismo, nenhuma das ações previstas foram realizadas, com exceção da realização de eventos para promoção do artesanato. Foram consideradas de alta prioridade as ações relacionadas ao turismo (1.8 e 1.9). Concluiu-se que com a estrutura atual, a prefeitura não tem capacidade de gestão para implantação deste plano. Foram feitas as seguintes considerações:

(i) Bocaiúva possui grande potencial turístico, na área do ecoturismo e rural, mas não há ações para sua exploração. Sem estas ações, não há incentivo para que empresários do setor invistam no município. Citam-se alguns eventos que já acontecem, como Ralis, caminhadas, Corrida das águas.

(ii) há uma estrada com potencial turístico, Santana do Bom Jardim, que poderia se tornar um roteiro turístico.

(iii) há algumas iniciativas ligadas ao artesanato, em especial cursos geridos pela Assistência Social e ministrados pelo Senar, também há iniciativas da Emater. A produção é comercializada em feira de artesanato e produtos locais, que acontece no centro de Bocaiúva.

(iv) Fala-se da necessidade de se regulamentar a atividade florestal, para minimizar os danos na infraestrutura municipal causada pelo transporte da madeira;

(v) aponta-se a necessidade de ações para o aumento da arrecadação, inclusive com a conscientização da população e vereadores sobre a importância. Sem o aumento da receita municipal, não há condições de estruturar a prefeitura para implantar um plano de desenvolvimento econômico e captar recursos.

(vi) há outras ações que poderiam ser realizadas para aumento da receita municipal, como pleitear os royalties da Usina Novo Horizonte, que hoje contribui apenas para Campina Grande do Sul.

- Com relação ao plano de desenvolvimento rural, considerou-se como alta prioridade as ações de apoio à agricultura familiar (3.3 e 3.4) e de agroecologia (3.9). A maioria das ações não foram implantadas, com exceção da ação relacionada ao aproveitamento do potencial gerado pelo PRONAF; há ações para facilitar o licenciamento de produtos locais. Ainda foram feitas as seguintes considerações:

(i) A abertura da Cresol em Bocaiúva fortaleceu a atividade dos produtores locais;

(ii) está em processo a criação do SISB, sistema regional para licenciamento de comercialização dos produtos agropecuários, realizado em consórcio com os municípios do Vale do Ribeira;

(iii) aponta-se como deficiência a falta de organização dos produtores em cooperativas, em grande parte por uma questão cultural.

- Com relação ao Plano Estratégico de Infraestrutura, realizou-se parcialmente a ação de implantação de novos equipamentos. Esta ação e a de ampliação do atendimento em serviços públicos e contratação de profissionais especializados foram consideradas de alta prioridade (4.1 e 4.2). Foram realizadas as seguintes considerações:

(i) O ponto fraco da capacidade de gestão é a dificuldade para contratação de pessoal. Entretanto, na área de educação, há possibilidade de remanejamento de profissionais, como nas escolas-polo das áreas rurais, onde os professores são relocados e concentrados para o novo sistema.

(ii) A falta de creches e de pessoal para seu funcionamento são considerados o ponto crítico na área de educação. Em 2012 previu-se a necessidade de mais 2 creches em Bocaiúva para a demanda em 2020. Há uma creche implantada, mas sem pessoal para colocá-la em funcionamento.

(iii) Cerca de 80% do Fundeb é gasto com pessoal;

(iv) deveriam ser estruturadas 3 escolas-polo na área rural, duas não foram implantadas: Morro do Cowboy, Ribeirãozinho. Esta última fica na área onde houve mudança do limite municipal, e ficaria no município de Rio Branco do Sul. Atualmente o município atende comunidades de Rio Branco do Sul, mas não recebe o recurso correspondente.

(v) aventa-se a possibilidade de implantação de um CREAS, por haver uma comunidade quilombola no município, mas há o problema de contratação de pessoal;

(vi) com relação a ação de implantação de áreas de lazer, considera-se que o município é deficiente nessa área. Citam um terreno de propriedade pública que poderia ser utilizado para a criação de um parque de lazer, localizado a 3Km da madeireira Eldorado. Atualmente os moradores utilizam a rodovia para caminhadas, gerando altos riscos de acidente.

6. No grupo do Eixo Infraestrutura e Habitação, foi discutido a respeito dos seguintes temas: Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade; Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural; Política Habitacional e Política Municipal de Defesa Civil.

- A respeito do Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade, nenhuma das ações estabelecidas pelo PDM foi realizada, sendo todas consideradas de alta prioridade, com gestão do Urbanismo para a 5.1 e da área de Obras/viação as ações 5.2 e 5.3. Além disso, foram feitas as seguintes considerações:

(i) foi observado que a abertura de novas vias é aprovada pelo legislativo, na Câmara Municipal, sem passar pela consulta do Urbanismo. Apesar de haver lei que regulamenta larguras mínimas, ela não costuma ser consultada nesse processo;

(ii) há 1.000 km de vias ensaiadas no Município;

(iii) operam no município um sistema de transporte escolar, gerido pela Educação; o transporte metropolitano da COMEC, que não atende a área rural; e um transporte informal que atende a área rural que conta com apoio da Prefeitura para pagamento de motoristas e gasolina. Os ônibus para esse serviço são emprestados da empresa Paraná Sul;

(iv) operou entre 2004 e 2013 uma concessão para transporte público no município. A concessão foi interrompida em 2013 e desde então, não voltou a ser continuada;

(v) não há rotas definidas para o transporte de carga, o que prejudica a pavimentação. É necessária a indicação de rotas alternativas, e de locais para o estacionamento de transportes de carga;

(vi) há necessidade de contratação de profissional que fiscalize estacionamentos irregulares e uso irregular dos recuos, e a abertura de novas vias em concordância com os projetos;

(vii) há necessidade de separação entre as funções de urbanismo/habitação de obras/viação/serviços públicos. Atualmente, a maioria das atividades desempenhadas pelas técnicas da secretaria de obras diz respeito a licitações ou documentações, e não sobra tempo para atividades de planejamento/inteligência;

(viii) há necessidade de implementar um conselho gestor complementar ao urbanismo, consultivo e deliberativo, para apoiar as técnicas do urbanismo.

- Sobre o Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural, também foi comentado que nenhuma das ações foi realizada, no entanto, nenhuma delas foi considerada como prioritária, embora reconhecida a importância de todas elas. Com capacidade de gestão: Educação/cultura (departamento de cultura) / Meio Ambiente / Urbanismo / Setor de patrimônio da prefeitura para as três ações citadas (6.1, 6.2 e 6.3).

(ix) foram apontados como bens patrimoniais culturais do município, a serem confirmados: Árvore próxima à Câmara; Torre da igreja; a própria Câmara; Pilares;



- (x) foram apontados como possíveis bens patrimoniais naturais: lagoa e usina;
- (xi) foi informado que na época de elaboração do PDM vigente, havia outros bens de interesse de preservação no município, mas que hoje muito desses já foram demolidos (patrimônio em madeira, áreas particulares, igrejas rurais em madeira, escolas);
- (xii) apesar dos participantes terem elencado essas como ações não prioritárias frente às demais, destacaram como prioritário localizar e identificar/sinalizar os bens patrimoniais ou com interesse de preservação, para ajudar a preservá-los;
- (xiii) foi solicitada a regulamentação do instrumento transferência do direito de construir, para a preservação dos bens culturais/ambientais no município;
- A discussão sobre a Política Habitacional indicou que as duas ações (7.1 e 7.2) estabelecidas na área possuem prioridade alta, sendo que uma delas nunca foi realizada e outra foi iniciada em 2011, porém interrompida após dois anos. Ambas com capacidade de gestão na área do Urbanismo.
- (xiv) os presentes alegaram que não há fundos, conselho ou plano habitacional em vigor. O conselho foi alvo de projeto de lei, mas não teve desfecho. O plano foi iniciado, em 2011, mas não foi continuado. Segundo os participantes, nos dois anos de elaboração do plano houve uma alta adesão da população aos eventos participativos, e os relatórios do plano estão disponíveis para a FUNPAR;
- (xv) em 2012, a Secretaria de Assistência Social encabeçou um projeto de provisão habitacional, mas como o município não possuía área para doar à COHAPAR para a implantação do empreendimento, o projeto não foi contemplado pela Companhia estadual e não foi implantado;
- (xvi) os presentes reforçaram a necessidade de separação administrativa das funções de Urbanismo/habitação de obras/viação/serviços públicos, para viabilizar a continuidade dos planos de habitação e regularização fundiária, entre outros;
- (xvii) também, solicitaram que o Plano Diretor revisto preveja áreas para a implantação de habitação popular. Foi solicitada a demarcação de ZEIS e a regulamentação de instrumentos de regularização fundiária;
- (xviii) houve um projeto de regularização fundiária lançado pelo ITCG no município, mas segundo os participantes da oficina, não vingou. Não souberam informar os motivos.
- Já sobre a Política Municipal de Defesa Civil, foi comentado que a ação estabelecida (8.1) não foi realizada e que ela possui prioridade média. A capacidade de gestão corresponde à Defesa civil reestruturada em conjunto com a Assistência Social e o Urbanismo.
- (xix) há áreas de risco de desmoronamento, falta fiscalização e orientação sobre a ocupação dessas áreas;
- (xx) a defesa civil possui número insuficiente de profissionais para atender o município. Os presentes relataram que quando houve a explosão na Vila Angélica, a defesa civil mal deu conta de atender a população. Defenderam que o setor seja reestruturado, com mais funcionários.
- Outros pontos levantados no grupo:
- (i) A lista de usos permitidos na lei de zoneamento é muito restritiva e carece de revisão. A Francine e sua estagiária já estão organizando um documento com pontos a serem revistos na lei.
- (ii) em relação à estrutura do organograma para o urbanismo, é necessário que ele seja repensado. Atualmente, há a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, e o Departamento de Obras vinculado a ela. Se encerra aí. As divisões de Serviços Urbanos, de Serviço Rodoviário Municipal e de Obras não foram implantadas.
- (iii) A Secretaria de Urbanismo proposta não foi implantada, e nem os departamentos previstos no organograma. Não há fiscal de obras - há um fiscal fazendário designado para obras.

(iv) as técnicas avaliaram que atualmente, o Município não consegue criar a estrutura proposta pelo PDBS para a Secretaria de Urbanismo, pois não há apoio da Administração para isso.

(v) as técnicas solicitaram uma Secretaria de Urbanismo, "bem implantada em 10 anos", ou no lugar de uma secretaria, "2 ou 3 pessoas com função designada" para executar atividades relacionadas ao planejamento urbano e habitação.

7. Sobre o Eixo Ambiental, foram levantadas questões sobre os seguintes Planos: Outras Ações da Política Ambiental Municipal; Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental e Plano ambiental Municipal.

- Outras Ações da Política Ambiental Municipal tratou a ação 9.5 Regularizar a Lei de Saneamento Ambiental como a única prioritária, e indicaram o município como gestor para realizar essa ação.

(i) os participantes apontaram que o Rio Tapera, principal curso d'água da sede urbana, possui alguns trechos já canalizados, sem a presença da mata ciliar, apontaram problemas relacionados ao despejo irregular de esgoto doméstico em alguns trechos do rio, mesmo boa parte da sede urbana apresentar rede coletora de esgoto (cerca de 70%).

- Sobre o tema Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental:

(ii) os presentes alegaram que a Secretaria de Obras faz a gestão da rede de drenagem. Há alguns pontos com obstrução de manilhas, e relataram apresentar poucos problemas com alagamentos, uma vez que os eventos que ocorrem já foram solucionados. No entanto afirmaram ser ação prioritária do município;

(iii) rede de esgotamento sanitário: a sede urbana apresenta rede coletora e tratamento do esgoto, a ETE da Sanepar fica localizada no loteamento São Marcos, nos fundos do parque. A Sanepar faz a gestão. Mencionaram algumas localidades que não estão servidas de rede coletora de esgoto: Vila Boqueirão, Vila Angélica, Vila Luci, Vila Eldorado, Jd. Olimpia, Vila Laranjeira, Vila Costa. Essas localidades apresentam prioridade alta para implantação da rede;

(iv) sobre a Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos: Secretaria de Obras faz a gestão da coleta. Todo resíduo coletado é levado para um barracão de uma empresa terceirizada (Valdecir Briche Reciclagem ME) localizado na Estrada do Palmital, s.n., localidade da Estiva, possui Licenciamento Ambiental. Neste local é feita a triagem dos resíduos que possuem potencial para reciclagem e o restante é destinado para o Aterro Sanitário da Estre em Fazenda Rio Grande. O município apresenta fortes restrições para a implantação de um aterro sanitário municipal;

(v) o município não realiza a Coleta Seletiva porta a porta, existem catadores informais que realizam esse trabalho, no entanto, não estão organizados em uma associação, apesar de já ter havido tentativas anteriores. Foi considerada prioridade alta a realização de Campanha educativa para separação dos resíduos e a implantação de uma unidade de triagem, bem como realizar a Coleta Seletiva porta a porta. Destacaram o projeto de Compostagem nas comunidades rurais com apoio da Emater e da Prefeitura.

- Sobre o Plano ambiental Municipal, foi discutido que:

(vi) a respeito dos Projetos de controle ambiental: o cemitério municipal localizado na sede possui licença ambiental e foi regularizado, os sepultamentos não são mais feitos diretamente no solo;

(vii) sobre a Fiscalização Ambiental: município não executa o poder de polícia administrativa. O controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras é feita pelo IAT;

(viii) no município é feito o recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos (Logística Reversa).

(ix) sobre as áreas mineradas: há extração de saibro (lavra ativa) na localidade do Palmital, município já explorou saibro desta pedreira. Há extração de mármore na localidade de Campestre, empresa da família Mottin;



(x) o manejo da Bracatinga é importante para a geração de renda no município, no entanto relataram a dificuldade de conseguir autorização ambiental para realizar o manejo. Aos poucos vem sendo substituída pelo plantio de pinus e eucalipto, que não traz nenhuma riqueza para o município e danificam as estradas pela circulação de caminhões pesados.

.....

8. A última etapa da Oficina Técnica tratou da discussão e avaliação do sistema de Planejamento e Gestão. O coordenador Maurício Maas apresentou a proposta do PDBS vigente de organograma de uma nova Secretaria de Urbanismo, bem como a composição mínima de profissionais necessários para o funcionamento da Secretaria de Urbanismo e da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo. Também foi apresentado a proposta de criação e composição do Conselho de Desenvolvimento. Por fim, foram apresentadas mais algumas questões para discussão, apontadas pelo coordenador da equipe da Funpar. Foram elas:

- (i) Atribuições de cada secretaria vs. qualificação do quadro de servidores;
- (ii) Comunicação interna e integração da gestão;
- (iii) Sistema de informações;
- (iv) Processos de licenciamento ambiental e urbanístico – dificuldades encontradas;
- (v) Participação pública e transparência.

A partir destas questões foi realizado um debate, do qual se destaca:

9. A contratação proposta pelo PDBS vigente não se viabiliza atualmente pela falta de recursos, como consequência da baixa arrecadação do Município, fato que traz desequilíbrio nas contas municipais e dificuldades para cumprir a legislação de responsabilidade fiscal.

10. A gestão municipal é onerada pela falta de planejamento. Não há um órgão responsável por essa função, que faria a integração entre as secretarias, e planejaria de forma sistêmica a aplicação de recursos. Os participantes relatam episódios em que o município obtém recursos para implantação de equipamentos e infraestrutura, são realizados projetos e obras, mas, por falta de planejamento, os equipamentos não são implantados, ou quando são implantados, ficam inoperantes, por não haver condições para contratação de pessoal para sua gestão. Muitas vezes a secretaria de obras aplica tempo e recursos para elaboração de projetos que não são implantados, causando ineficiência da gestão.

11. Com a análise da estrutura apresentada pelo Documento do Plano de Ação, verificou-se a necessidade de alterações no organograma da Secretaria de Obras, em especial o departamento de Urbanismo, que atualmente absorve todos os trabalhos administrativos, de projetos e de execução de obras, tendo sido apontado como um problema pelas técnicas da PMBS que atuam na área.

12. As técnicas do setor de urbanismo da PMBS se mostram sobrecarregadas com o volume de trabalho e com a falta de planejamento, já que a inexistência de uma secretaria específica para a área inviabiliza a implantação e execução de vários projetos elaborados por elas.

13. Os membros da ETM e secretarias apontaram todas as questões como problemas atuais enfrentados pela PMBS, uma vez que há falta de funcionários e de verba para a contratação dos mesmos; conclui-se que a prioridade máxima para a revisão do PDBS são as ações de aumento de arrecadação. Nesse sentido, foi apontada a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas à conscientização da população sobre o porquê se cobram tributos;

14. Ainda sobre a questão da arrecadação, o Município não arrecada ISS sobre obras. Construções irregulares não pagam IPTU. A arrecadação do IPTU está defasada - foi citado um caso de imóvel localizado no Centro onde se cobra R\$60,00/ano. O Município não arrecada com a retirada de madeira, mas arca com o ônus da

infraestrutura viária que é danificada pelo seu transporte para os municípios de Colombo e Campina Grande do Sul;

15. Não há organização e planejamento suficientes para uma boa comunicação interna e integração da gestão; o sistema de informações ainda é muito precário; os processos de licenciamento ambiental e urbanístico necessitam de uma área de planejamento específica;

16. É necessária a qualificação dos técnicos. São realizadas solicitações para a realização de cursos e capacitações, mas essas solicitações não são aprovadas. Segundo o Maurício, é necessário que o PDM levante quais cursos de capacitação são necessários e prioritários;

17. A participação pública nos eventos municipais ainda é muito baixa por conta da divulgação ineficaz de tais eventos e a transparência pública; quanto ao que está acontecendo ainda é dificultada pelo fato do site ser alimentado apenas por um profissional específico. Além disso, também foi falado a respeito da baixa participação dos vereadores municipais nas discussões durante o processo de desenvolvimento do PMBS vigente e das atuais discussões para a revisão do mesmo.



EVENTO: 1ª Oficina Técnica – Avaliação do PDBS vigente.
LOCAL: Câmara Municipal – Bocaiúva do Sul

DATA: 18/02/2020
HORÁRIO: 13:30

4. Lista de presença

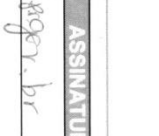
NOME	SECRETARIA / ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
Dezora L. Sauerwolk Furber	FUNPAR	deborafurber@funpar.ufpr.br	
Francine J. C. Matosencione	P.M. Bcr. do Sul	francine.jc@bocaiuvadotrs.gov.br	
maiconde C.K. Assmannski	P.M. Bcr. do Sul	maiconde@bocaiuvadotrs.gov.br	
Guilherme Fagomeni	FUNPAR	guilherme.fagomeni@funpar.ufpr.br	
Danielle Cosmacura Gasparin	FUNPAR	daniellegasparin@funpar.ufpr.br	
Cleiton José Polli	Sec. FINANÇAS	cleitonpolli@bocaiuvadotrs.gov.br	
Danielle de Lima	Fcm	daniedelima@bocaiuvadotrs.gov.br	
Patric R. Lima	Sec. Saúde	patric@bocaiuvadotrs.gov.br	
Roberto B. Berto	Sec. ADM.	roberto@bocaiuvadotrs.gov.br	
Priscila B. Berto	Den. Tur. Bcr.	priscila@bocaiuvadotrs.gov.br	
Luiz Leão Busato	Vereador	984224623	
Francin Carlos de Lima	Vereador	4-960441-9	
Profs. Elton e Anderson	De. Oper. Educ.	elton@bocaiuvadotrs.gov.br	
Luiz L. Bassetti, Luíson	Vereador	luizlbas@bocaiuvadotrs.gov.br	
Simone de S. Santos Spavola	Adv. Adv.	simone@bocaiuvadotrs.gov.br	
LUÍZ BASSETTI	ARQUITETA AUTÔNOMA	LUIZBASSETTI@HOTMAIL.COM	
Teófilo Luiz F. Souza	ADMINISTRADOR DE SERVIÇOS	teofilosouza@bocaiuvadotrs.gov.br	
Cláudia Maria de Perceval Petist	Assistente Social	claudia@bocaiuvadotrs.gov.br	
Marcos Vinícius Rossi	Contratador - Pedagogia	marcosrossi@bocaiuvadotrs.gov.br	
Marcos Vinícius Rossi	FUNPAR	marcosrossi@bocaiuvadotrs.gov.br	

Funpar



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIUVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



NOME	SECRETARIA / ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
André T. Tognoni	Pf. Mun. Boc. Sul	arquitecta@bocauvadosul.org.br	



5. Fotos



6. Material de apoio



AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR VIGENTE

PROGRAMAÇÃO:

1. Avaliação das propostas do PDBS

- 13:30 – Apresentação da síntese das principais diretrizes do Plano Diretor vigente;
- 14:00 – Grupos de trabalho;
- 14:45 – Síntese da avaliação (plenária);

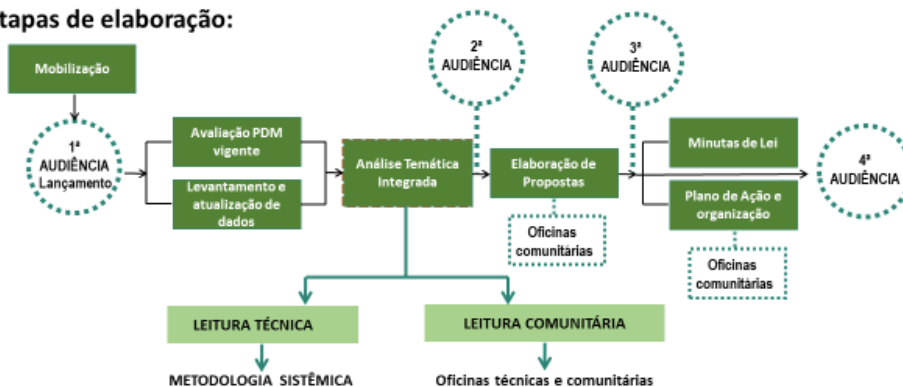
2. Avaliação dos processos de planejamento e gestão

- 15:45 – Apresentação do sistema de planejamento e gestão proposto pelo PD vigente;
- 16:00 – Discussão sobre processos de planejamento em gestão;
- 17:00 – Encerramento



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

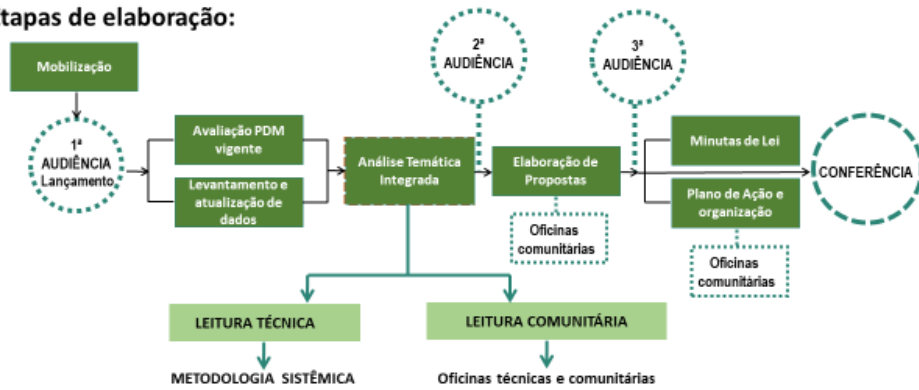
Etapas de elaboração:



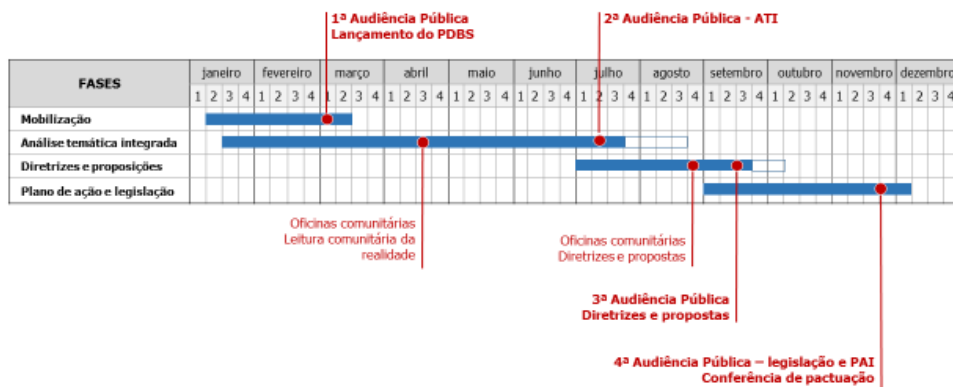


SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

Etapas de elaboração:



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE



SÍNTESE DO PDBS VIGENTE



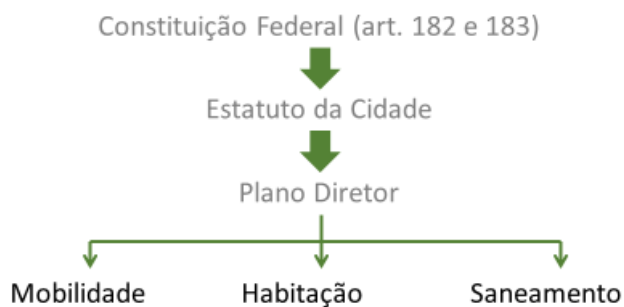
AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

POLÍTICA TERRITORIAL MUNICIPAL

- Racionalização do uso do solo municipal, rural e urbano;
- A proteção do patrimônio histórico, ambiental e cultural;
- Promoção do saneamento ambiental

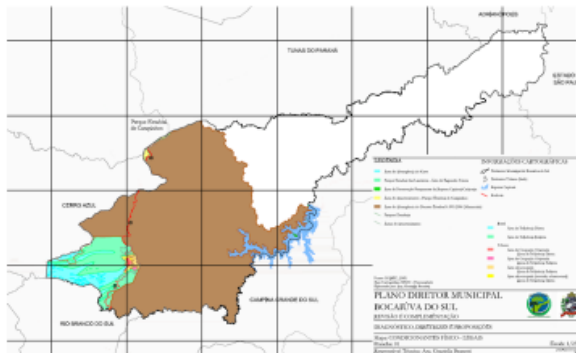


SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

CONDICIONANTES FÍSICO LEGAIS

- Represa Capivari-Cachoeira – alagamento de parte do território e faixa de proteção (100 metros);
- Área de amortecimento do Parque Estadual de Campinhos;
- Karst – incompatibilidade com adensamento urbano
- Área de manancial futuro da RMC
- Parque Estadual das Lauráceas

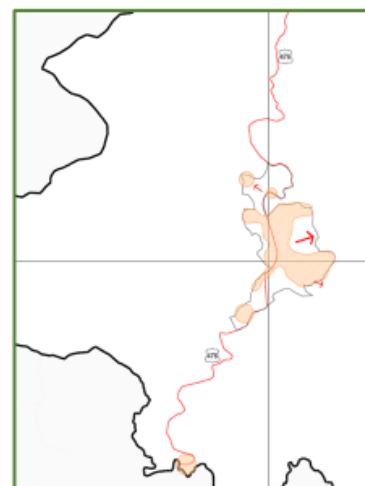


SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

- Tendências de ocupação:
 - Sede municipal
 - cresce de forma lenta e gradual
 - Região mais plana → Karst
 - Loteamentos implantados, mas pouco ocupados
 - Muitos pontos de ocupação irregular
 - Barra do Capivari – ocupação a ser regularizada
- Indução ao crescimento: BR 476



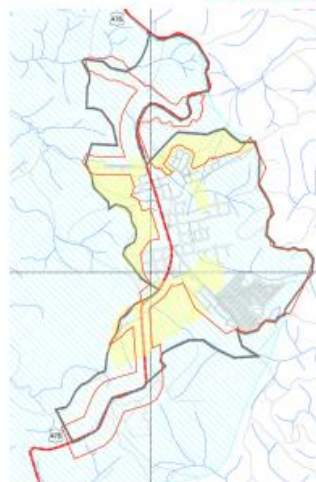
SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

PERÍMETRO URBANO (proposta inicial)

- Retirada de áreas atingidas por zonas de reversão urbana do Karst
- Inclusão de áreas passíveis de urbanização

Resultado final: ampliação do perímetro urbano, em áreas de reversão urbana





SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

PERÍMETRO URBANO (proposta inicial)

- Retirada de áreas atingidas por zonas de reversão urbana do Karst
- Inclusão de áreas passíveis de urbanização

Resultado final: ampliação do perímetro urbano, em áreas de reversão urbana



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

PLANOS ESTRATÉGICOS (Diretrizes e propostas)

- Plano Estratégico Ambiental;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico
- Plano Estratégico de Infraestrutura
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

PLANOS ESTRATÉGICOS (Diretrizes e propostas)

- Plano Estratégico Ambiental; → **Incorporado à lei como Plano Ambiental Municipal**
- Plano Estratégico de ~~Desenvolvimento Econômico~~ → **Plano de turismo**
- ~~Plano Estratégico de Infraestrutura~~
- ~~Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural~~

**SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE****SÍNTESE DAS PROPOSTAS****PLANOS PROPOSTOS PELA LEI DO PDBS**

- Plano municipal de saneamento ambiental;
- Plano municipal de mobilidade e acessibilidade
- Plano municipal de regularização fundiária sustentável
- Plano municipal de habitação
- Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural
- Plano municipal de desenvolvimento do turismo sustentável
- Plano Diretor Municipal de Defesa Civil

**SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE****SÍNTESE DAS PROPOSTAS****PLANOS PREVISTOS NA LEI DO PDBS**

Plano	Elaboração	Implantação
Plano Municipal de Saneamento Ambiental	2 anos	de 2 a 5 anos
Plano de Recuperação Ambiental da Área Rural	2 anos	
Plano de Bacias Hidrográficas Municipal	2 anos	
Plano de Recuperação de Matas Ciliares	2 anos	
Plano de Arborização e Paisagismo Municipal	2 anos	
Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável	2 anos	10 anos
Plano Municipal de Habitação	2 anos	
Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	2 anos	
Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	2 anos 10 anos (transporte)	

De 12 planos, 9 estão previstos para os primeiros 2 anos.

**SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE****SÍNTESE DAS PROPOSTAS****PLANOS PREVISTOS NA LEI DO PDBS**

Plano	Elaboração	Implantação
Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural	5 anos	10 anos
Plano Ambiental Municipal	5 anos	5 anos
Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável	5 anos	5 anos



AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

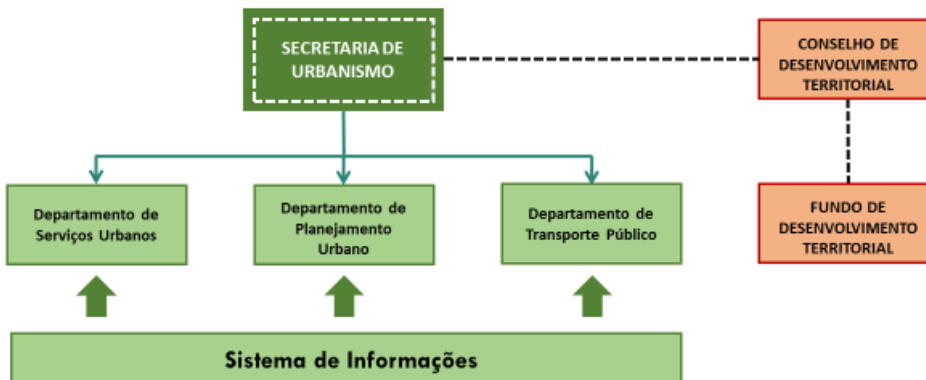
ALTERAÇÕES DE ORGANOGRAMA



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

ALTERAÇÕES DE ORGANOGRAMA





SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Composição:

Poder Público:

- Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;
- Sec. de Indústria e Comércio;
- Assessoria jurídica da PMBS;
- Poder Legislativo.

Sociedade civil:

- associações de industriais;
- associações de comerciantes;
- incorporadores imobiliários;
- associações de bairros;
- movimentos de moradias;
- ONGs;
- entidades ambientalistas.



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Composição:

Poder Público:

- Sec. de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;
- Sec. de Indústria e Comércio;
- Assessoria jurídica da PMBS;
- Poder Legislativo.

Sociedade civil:

- Associações de Bairro;
- Associação de Trabalhadores Rurais;
- Sociedade Civil.



SÍNTESE DO PLANO DIRETOR VIGENTE

SÍNTESE DO PDBS

INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO TERRITORIAL (diretrizes não incluídas na lei do PDBS)

- Presidido pela Secretaria de urbanismo;
- Membros são indicados em Conferências da Cidade;
- Gestão do Fundo de Desenvolvimento Territorial

**QUESTÕES PARA DISCUSSÃO:**

- Atribuições de cada secretaria vs. qualificação do quadro de servidores;
- Comunicação interna e integração da gestão;
- Sistema de informações;
- Processos de licenciamento ambiental e urbanístico – dificuldades encontradas;
- Participação pública e transparência.



EIXO SOCIOECONÔMICO

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS
1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico	1.1 Elaborar o plano de desenvolvimento econômico municipal observando os princípios da inclusão social, da promoção do turismo, da sustentabilidade ambiental e das atividades causadoras de impactos ambientais;	
	1.2 Estímulo à produção local com instalação e operação adequadas do ponto de vista ambiental;	
	1.3 Promoção de apoio técnico às áreas produtivas do município;	
	1.4 Realização de eventos que promovam a divulgação e comercialização de produtos produzidos no município;	
	1.5 Formulação de projetos de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;	
	1.6 Constituição de parcerias com os diversos setores da sociedade e entidades associativas para assessorar as micros, pequenas e médias atividades produtivas e qualificar a mão de obra local;	
	1.7 Efetivação de maior controle e fiscalização das atividades desenvolvidas no município e causadoras de impactos ambientais;	
	1.8 Desenvolvimento de estudos da atividade turística no município;	
	1.9 Estabelecimento de consórcios e associações enfocando o turismo com os municípios vizinhos;	
	1.10 Promoção do turismo ecológico e apoio ao desenvolvimento do artesanato local como atrativo turístico;	
	1.11 Realização de eventos para a promoção do turismo e artesanato local;	
	1.12 Incentivar a implantação de equipamentos destinados à recepção de turistas, como por exemplo, hotéis, restaurantes, parques e etc.	
2. Política Municipal de Turismo	2.1 Implantar um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável;	Elaborado e implementado em médio prazo (até cinco anos)
	2.2 Implantar o Licenciamento Turístico Ambiental;	
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	3.1 Elaborar o plano de desenvolvimento rural municipal observando as propostas de desenvolvimento socioeconômico do município visando à sustentabilidade ambiental;	
	3.2 Elaborar plano de ações e investimentos para o plano de desenvolvimento rural;	
	3.3 Aproveitar o potencial existente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas várias vertentes;	
	3.4 Implementar o monitoramento rural, através de contratação de pessoal específico, facilitando a liberação de licenças para agricultores;	
	3.5 Apoio à implantação de parceria com órgãos das esferas estaduais e federais, e entidades não governamentais para a compra de equipamentos para o desenvolvimento das atividades rurais;	
	3.6 Instalação gradual de infra-estrutura para a melhoria dos serviços;	
	3.7 Apoio a estruturação dos arranjos produtivos locais, incentivando a permanência da população no campo;	
	3.8 Apoio a estruturação da associação de moradores para o desenvolvimento dos arranjos produtivos;	
	3.9 Desenvolver a agricultura agroecológica e a certificação dos produtos, agregando qualidade e maior valor ao produto;	
	3.10 Priorizar a produção local nas aquisições realizadas pelo poder público local.	
4. Plano Estratégico de Infraestrutura	4.1 Implantação de serviços e equipamentos públicos em consonância com as diretrizes de ocupação da cidade e considerando-se a capacidade orçamentária do município;	
	4.2 Ampliar o acesso aos atendimentos públicos através da ampliação dos equipamentos e da contratação de profissionais especializados;	
	4.3 Desenvolver programa para a implantação de unidades de ensino superior no município;	
	4.4 Implementar as áreas de parque, praças e áreas de lazer; (Incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental).	

EIXO SOCIOECONÔMICO

PLANO/ PROGRAMA	Cód. da ação	Foi realizado?	Prioridade alta?	Capacidade de gestão	Observações
1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico	1.1				
	1.2				
	1.3				
	1.4				
	1.5				
	1.6				
	1.7				
	1.8				
	1.9				
	1.10				
	1.11				
	1.12				
2. Política Municipal de Turismo	2.1				
	2.2				
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	3.1				
	3.2				
	3.3				
	3.4				
	3.5				
	3.6				
	3.7				
	3.8				
	3.9				
	3.10				
4. Plano Estratégico de Infraestrutura	4.1				
	4.2				
	4.3				
	4.4				

EIXO INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS
5. Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	5.1 Implementar o planejamento do sistema viário;	Implementado em curto prazo (até dois anos)
	5.2 Implementar o sistema de transporte coletivo;	Implementado em longo prazo (até dez anos)
	5.3 Implementar a regulamentação do transporte de carga.	Implementado em curto prazo (até dois anos)
6. Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural	6.1 Implantar a orientação normativa, (regulamentação das ações e intervenções a serem realizadas, ou passíveis de realização, na área focalizada);	Elaborado em médio prazo (até cinco anos) e implantado em 10 anos
	6.2 Implantar o Programa de Atuação para o Sítio Histórico Urbano, que deverá conter propostas de intervenção;	
	6.3 Implantar o Sistema de Avaliação do Plano de Preservação.	
7. Política habitacional	7.1 Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável	(até dois anos) e executado em 10 anos
	7.2 Elaborar o Plano Municipal de Habitação	Elaborado em curto prazo (até dois anos)
8. Política Municipal de Defesa Civil	8.1 Elaborar o Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	Elaborado em curto prazo (até dois anos)



EIXO INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO					Observações
PLANO/ PROGRAMA	Cód. da ação	Foi realizado?	Prioridade alta?	Capacidade de gestão	
5. Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	5.1				
	5.2				
	5.3				
6. Plano Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural	6.1				
	6.2				
	6.3				
7. Política habitacional	7.1				
	7.2				
8. Política Municipal de Defesa Civil	8.1				

EIXO AMBIENTAL		
PLANO/ PROGRAMA	AÇÃO	METAS/RESULTADOS E PRAZOS
9. Outras ações da Política Ambiental Municipal	9.1 Elaborar Plano de Recuperação Ambiental da Área Rural;	Elaborado em curto prazo (dois anos)
	9.2 Elaborar Plano de Bacias Hidrográficas Municipal;	
	9.3 Elaborar Plano de Recuperação de Matas Ciliares;	
	9.4 Elaborar Plano de Arborização e Paisagismo Municipal;	
	9.5 Regulamentar a Lei de Saneamento Ambiental;	180 dias a partir da publicação do PDBS
10. Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental	10.1 a implantação da rede de drenagem nos perímetros urbanos	Implantado em 5 anos
	10.2 a implantação da rede de coleta e do sistema de tratamento de esgoto sanitário em todas as áreas urbanizadas, priorizando o perímetro urbano da Sede	Implantado em 5 anos
	10.3 a realização de campanha de educação a respeito de higiene básica e utilização de sistemas alternativos de esgotamento sanitário	Implantado em 2 anos
	10.4 a realização de projeto específico para coleta seletiva dos resíduos sólidos, com posterior triagem e reutilização do material	Implantado em 2 anos
	10.5 a implantação do aterro sanitário adequado às condições do solo municipais;	Implantado em 2 anos
	10.6 a realização de campanha educativa sobre separação dos resíduos sólidos e sua importância	Implantado em 2 anos
	10.7 Estabelecer mecanismos para a organização de associações de catadores de material reciclado; (incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental)	
	10.8 Viabilizar parcerias para a criação de usina de reciclagem; (incluído a partir do Plano Estratégico Ambiental)	
	10.9 o desenvolvimento, junto às comunidades rurais, de metodologias de compostagem	Implantado em 2 anos
11. Plano Ambiental Municipal	11.1 Implantar projetos de controle ambiental: (i) a limitação das espécies florísticas exóticas à área pré-determinada; (ii) o cadastramento das propriedades onde ocorre a silvicultura; (iii) a redução das áreas de pastagens inadequadas; (iv) a contenção dos escorregamentos de terra em taludes junto às vias; (v) a recuperação das áreas de preservação permanente referentes às mata ciliares; (vi) o planejamento das áreas de remanescentes florestais e áreas de preservação permanentes de modo que, juntos, formem corredores biológicos; (vii) os estudos técnicos sobre as condições físico-ambientais dos cemitérios em uso no município, contemplando regularização e ampliação;	Implementado em 5 anos
	11.2 Implantar projetos de monitoramento e fiscalização ambiental (avaliação periódica das variáveis ambientais do município, suprindo o Sistema de Informações Municipal)	
	11.3 Implantar projetos de manejo ambiental: (i) a preservação da cultura de subsistência em pequenas propriedades; (ii) a diversificação da produção agrícola municipal; (iii) o incentivo à criação de cooperativas agrícolas para o beneficiamento e comercialização da produção; (iv) os convênios entre o Poder Público municipal e os pequenos produtores para compra da produção para atendimento das necessidades escolares de merenda; (v) a diminuição do uso de agrotóxicos em geral	
	11.4 Implantar programa de educação ambiental integrada, estabelecer parcerias entre o setor de meio ambiente da PMBS, instituições de educação e ONGs para o desenvolvimento de Programas e Projetos voltados à efetiva proteção das condições sócio-ambientais em áreas naturais, bem como do ambiente construído, evidenciando: (i) a utilização de sistemas agroflorestais (SAFs); (ii) a assistência técnica aos produtores familiares; (iii) o monitoramento do destino final das embalagens de agrotóxicos.	



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO | PLANO DE TRABALHO



EIXO AMBIENTAL					
PLANO/ PROGRAMA	Cód. da ação	Foi realizado?	Prioridade alta?	Capacidade de gestão	Observações
9. Outras ações da Política Ambiental Municipal	9.1				
	9.2				
	9.3				
	9.4				
	9.5				
10. Elaborar Plano Municipal de Saneamento Ambiental	10.1				
	10.2				
	10.3				
	10.4				
	10.5				
	10.6				
	10.7				
	10.8				
	10.9				
11. Plano Ambiental Municipal	11.1				
	11.2				
	11.3				
	11.4				

5. MEMÓRIA DE REUNIÃO COM A COMEC

1. Dados Gerais

Atividade: 1ª Reunião com a COMEC
Data: 04/03/2020 Horário início: 14h10m Horário fim 16h40m
Local: COMEC – Palácio das Araucárias
Pauta(s): Orientação em relação a questões metropolitanas e geotécnicas

2. Participantes

Funpar: Mauricio Alexandre Maas; Débora L. Schumacher Furlan; Daniele Costacurta Gasparin; Luciano Jose de Lara; Márcia M. Machado; Maria Eduarda Duda.

PMBS: Andreia Tagomori; Francine Camargo.

COMEC: Diclecio Falcade (GEBT/ITCG); Eloir Alberti Jr. (DPLAN); Fernanda Cogo (DPLAN); Maria Luiza Malucelli Araujo (DPLAN); Milena Ribeiro dos Reis (DPLAN); Milton Luiz Brero de Campos (DPLAN).

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. O coordenador do Departamento de Planejamento (DPLAN), Eloir Alberti Jr., apresentou os membros da COMEC e do ITCG e o coordenador da equipe da Funpar, Maurício Maas, apresentou os membros da equipe técnica da Funpar e as fiscais da revisão do PDM, representantes da prefeitura de Bocaiúva do Sul, Andreia e Francine.
2. A reunião foi iniciada pela tratativa de temas do meio físico, conduzida pelo geólogo Diclecio. Os aspectos tratados foram:
 - a. O geólogo reforçou a necessidade de atenção do PDM ao meio ambiente físico e indicou que o Município está sobre uma área delicada da formação Karst.
 - b. Foi mencionado que falta conhecimento da população e da Prefeitura sobre o Karst e reforçada a importância da necessidade da Prefeitura fiscalizar a ocupação.
 - c. O geólogo Diclecio indicou pontos de fragilidade na área urbana: (i) Pesque-pague – terraças com desprendimento de sedimentos; (ii) Rua que está sendo asfaltada (visitada na visita técnica) não poderia estar sendo asfaltada; (iii) Boqueirão – população está em área de risco geotécnico e precisa ser relocada; (iv) Afundamentos cársticos na praça da escola. Também ressalta que a segunda fase do loteamento Fazenda São Marcos está prevista para ocupar terrenos inadequados para habitação.
 - d. Foi solicitado que o PDM identifique os pontos de altíssimo risco à ocupação.
 - e. Foi solicitado que a Funpar utilize o zoneamento de uso e ocupação do solo do Karst (COMEC, 2002) (*Figuras no final do relatório*) e a Lei 12.608 de geologia/defesa civil. Segundo a COMEC, essa lei proíbe a exposição da população a riscos.
 - f. Apesar de haver uma polêmica sobre as nascentes que são consideradas APPs, a decisão judicial em última instância define que as mesas incluem nascentes e rios intermitentes e talvegues.
 - g. Em relação aos parâmetros de uso e ocupação do solo: (i) Foi solicitado que o PD indique a necessidade de laudo geológico-geotécnico para as ocupações urbanas na Sede; (ii) Sobre a Área de Influência Direta do Karst (AID) foi reforçada a proibição de verticalização. Sobre a Área de Influência indireta (AII), o limite de até 4 pavimentos; (iii) Em áreas de risco, os lotes para HIS devem ter área mínima de 180m² para novas



edificações, e de 125 m² para regularizações; (iv) Nas áreas de mananciais, a implantação de novos loteamentos deve exigir a instalação de rede de esgoto.

h. A COMEC solicitou que a Funpar realize o levantamento de curvas de recorrência de cheias na área urbana de Bocaiúva do Sul. No entanto, a Funpar explicou que o custo e tempo de duração do levantamento é incompatível com o tempo de revisão do PDM. A COMEC não possui o estudo de curvas de recorrência para o Município. A equipe da Funpar irá indicar a realização desse levantamento no Plano de Ação e Investimentos do plano diretor.

i. A COMEC recomendou que a Funpar utilize as cartas georreferenciadas do ITCG, projeto pró-atlântica, para extrair curvas de nível. Estão disponíveis para *download* na biblioteca virtual da MINEROPAR.

3. Em relação à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC):

a. A COMEC informou que os recursos para a execução do Plano foram empenhados e que o termo de referência para sua licitação está em fase de elaboração. O prazo total previsto para a elaboração do PDU é de em torno de dois anos.

b. Em relação às Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) que deverão ser tratadas no PDU, a COMEC informou que realiza a gestão integrada da mobilidade e do meio ambiente na região metropolitana, em câmaras técnicas próprias. Por enquanto, não desenvolve políticas metropolitanas de uso e ocupação do solo, de habitação e de saneamento.

c. A elaboração do PDU irá revisar a organização institucional do órgão de gestão metropolitana.

d. Também foi adiantado que conforme os estudos preliminares e a percepção da COMEC, Bocaiúva do Sul pode ser excluída da RMC a partir do estudo do PDU, e que as áreas de mananciais superficiais poderão ser reduzidas, acompanhando a redução da RMC. Entretanto, como a revisão da lei não foi concluída, informações mais precisas ainda não podem ser repassadas. A possibilidade de exclusão de Bocaiúva do Sul da RMC tem como base um estudo realizado por Clóvis Ultramarini (SEDU), mas que está sendo revisado com dados do transporte metropolitana.

4. Em relação a sistema viário:

a. Há entendimento da COMEC que a Lei Federal 6766, que reduz a faixa não edificável em rodovias para 5 metros não se aplica para os municípios da RMC.

b. Novos parcelamentos e empreendimentos em área urbana não poderão ter acesso direto pela Estrada da Ribeira e caberá ao Município prever um dispositivo viário para a intermediação/desaceleração para o acesso.

c. A COMEC solicitou que a Funpar levante o número de mortes de pedestres na Estrada da Ribeira.

d. Há necessidade de regularizar o trecho da BR-476 que atravessa a área urbana.

5. Em relação aos aspectos socioespaciais:

a. Foi informado que o volume de deslocamentos pendulares envolvendo o Município são pequenos, e que a expectativa de projeção demográfica para Bocaiúva do Sul não é muito alta. Espera-se um incremento de cerca de 5 mil pessoas até o ano 2040, conforme projeção realizada pela COMEC.

b. Foi informado que existe uma dinâmica de ocupações irregulares na área rural, em chácaras ou não.

c. Os fluxogramas de aprovação de parcelamentos e de condomínios em área de manancial estão disponíveis no *site* da COMEC.

d. A COMEC fornece apoio ao Município para início de processo para formação de cadastro técnico multifinalitário.

6. Quanto à última alteração do perímetro municipal:

a. A COMEC não tem conhecimento da alteração de perímetro municipal realizada pelo ITCG, ou da situação de divisão administrativa da comunidade Macieira/Vila Pedrozo entre Bocaiúva do Sul e Rio Branco do Sul.

b. Recomendou-se que a equipe da Funpar busque esclarecimentos junto ao departamento de limites municipais do ITCG, já que a alteração inviabilizou a gestão do distrito.

c. Orientou-se que por enquanto a Funpar utilize o limite municipal anterior, que engloba o distrito por inteiro, já que de fato o Município administra aquela região.

d. Caso não haja resoluções com o ITCG, a COMEC recomendou que o Município oficie a COMEC e o ITCG, solicitando a revisão e ajuste do perímetro municipal.

7. Em relação ao Pró-Metrópole:

a. A COMEC explicou que o Pró-Metrópole é um programa de fomento econômico que beneficiou municípios como Bocaiuva do Sul, que tem vocação agrícola. Entretanto, por problemas na sua estruturação e forma de gestão, a COMEC se afastou do programa. Ele será reenquadrado como agente de gestão metropolitana na revisão do PDUI, na condição de parceria-público-privada.

8. Por fim, em relação a pontos específicos para a revisão do PDM, a COMEC apontou que os nomes das zonas urbanas vigentes não se refletem na sua espacialização. Também, que o município vizinho de Colombo ainda não entregou os documentos da revisão do plano diretor (finalizada em 2019) para a COMEC.

...

A COMEC se responsabilizou por fornecer os seguintes dados à Funpar:

- Norma que regulamenta às formas de acesso viário às rodovias, em área urbana;
- Material cartográfico complementar; foi marcada uma reunião no dia 12/03 para realização desse repasse.
- Traçado do Contorno Norte;
- Traçado do anel viário externo.

O Diclecio (ITCG) se responsabilizou por fornecer os seguintes dados à Funpar:

- Áreas de risco mapeadas



4. Lista de presença



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: Reunião com a COMEC
LOCAL: Palácio das Araucárias

DATA: 03/03/2020
HORÁRIO: 14:00

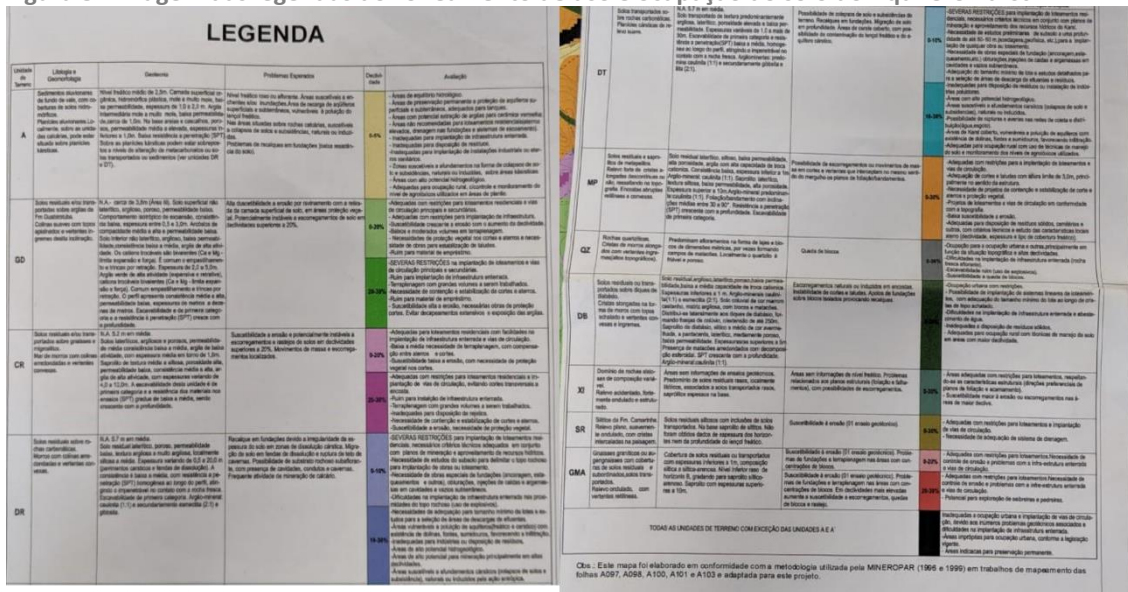
NOME	SECRETARIA/ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
MAREIA LUIZA PAULSEMI ARAUJO	comec	marluce@comec.pa.gov.br	
Maria Estelinda Suda	FUNPAR	maria_estelinda@funpar.ufpa.br	
MARCIA MARCIA MILHA MACHADO	FUNPAR	marcia_machado@funpar.ufpa.br	
DANIELE COSTA VENTURA GASPARI	FUNPAR	dan_sassano@funpar.ufpa.br	
TÉRCIO LACONTE GONCALVES	FUNPAR	tercio_f@funpar.ufpa.br	
LIVIANO JOSÉ DE LIMA	FUNPAR	liviano@comec.pa.gov.br	
Elvira Alberti Fr	COMEC	elvira.alberti@comec.pa.gov.br	
Edemir G. C. Motocorrente	PM Bocaiúva do Sul	edemirg@bocaiuvadotul.pa.gov.br	
Diclecio FALCÃO	I.G.T.	diclecio_dia_t@igp.pa.gov.br	
Andrya Tiemi Tagomeni	PM Bocaiúva do Sul	andrya@comec.pa.gov.br	
MILTON JOSÉ DE CARVALHO	COMEC	milton@comec.pa.gov.br	
Fernanda Costa	COMEC	fernandac@comec.pa.gov.br	
Milena Rosa dos Reis	COMEC	milena@comec.pa.gov.br	
Maurício A. Moraes	FUNPAR	mauricio@funpar.ufpa.br	



5. Fotos



Figura 8 - Imagem das legendas do zoneamento de uso e ocupação do solo do Aquífero Karst



Fonte: Funpar (2020).

6. MEMÓRIA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Dados Gerais

Atividade: 1ª Audiência Pública
Data: 03/03/2020 Horário início 19h00m Horário fim 21h00m
Local: Câmara Municipal - Bocaiúva do Sul
Pauta(s): 1ª Audiência Pública para mobilização e lançamento da Revisão do Plano Diretor Vigente

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal e membros representantes da comunidade, conforme lista em anexo.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. Foram distribuídos para os presentes o cronograma de Revisão do Plano Diretor Municipal e um organograma explicando as fases envolvidas.
2. A arquiteta e urbanista da PMBS deu abertura ao evento, expondo brevemente o intuito da Audiência, apresentou o coordenador da equipe da Funpar e passou a palavra para o vice-prefeito Adriano Polli Taverna, que ressaltou as dificuldades enfrentadas com o Plano Diretor vigente, indicando a necessidade de revisão.
4. Após a introdução, o coordenador da equipe de consultoria para a Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul – PDBS, Mauricio Alexandre Maas, tomou a palavra, apresentando à população presente os outros membros da equipe de consultoria e deu início à apresentação de conceitos básicos de planejamento e Plano de Trabalho.



5. Foi explicado a importância do Planejamento e, principalmente de um planejamento que tenha envolvimento da população para a garantia de um município eficiente e justo. Tudo isso regido pelo que está presente na Constituição Federal.

6. Foram apresentados os princípios básicos e diretrizes constitucionais para a Política Urbana e elaboração de planos diretores, dando-se destaque para o princípio da função da cidade e da propriedade. Este princípio preconiza que no planejamento territorial o interesse coletivo deve prevalecer sobre o individual.

7. A partir disso, foram expostas as fases envolvidas na Revisão do Plano Diretor, indicando os momentos de participação direta da população.

8. Para a garantia de representatividade dos cidadãos, foi apontada a necessidade de composição de um Grupo de Acompanhamento (GA) com representantes comunitários e de organizações da sociedade civil. O espaço foi, então, aberto para o voluntariado de quem tivesse interesse na participação do GA. Se voluntariaram dois representantes do setor imobiliário os quais irão decidir o titular e o suplente na reunião de capacitação do GA (dia 10/03); também se voluntariou o tabelião do município; um professor e pesquisador; um membro representante de associação; um membro da área do turismo e cultura; um membro da construção civil e um membro da área de agricultura. Segue o nome dos componentes eleitos durante a Audiência:

Izaías L. G. Oliveira

Arildo Dirceu Cordeiro

Silmara de Fátima Santos Bassetti

Renato Paulo Carvalho Silva

Celso Augusto Maciel Ribas (candidato do setor imobiliário, a ser consolidado em reunião dia 10/03)

Débora Schindler (candidato do setor imobiliário, a ser consolidado em reunião dia 10/03)

Lucy Bassetti

Felipe Bisinella dos Santos

9. Após a composição do Grupo de Acompanhamento, foi aberto espaço para debate com os participantes. Após o debate, encerrou-se a 1ª Audiência Pública expondo os canais de comunicação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Bocaiúva do Sul.

4. Lista de presença























REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: 1ª Audiência Pública – Avaliação do PDDB vigente.
LOCAL: Câmara Municipal – Bocaiúva do Sul

DATA: 03/03/2020
HORÁRIO: 19:00

NOME	SECRETARIA/ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
MAKKA MAI DA MELO MOURÃO	FUNPAR	mtz@maizdosul.org.br	
DANIELE COSMEZEM GASPARIAN	FUNPAR	Daniela.kosmezi@funpar.org.br	
JOÃO LUIZ F. SEVERA	CÉLSO BISSI, CITA UETA PORTUG	joao@celso.com.br	
CÉLSO A. M. KIBIAS	Portug	celso.kosmezi@gmail.com	
Adriana de F. Santos Bauriti.	Portug	adriana@maizdosul.org.br	
Suprema de Lima Pires	FUNPAR	tes@maizdosul.org.br	
Franc. F. Póster Davim	Tabelaonata	Tabelaonata@maizdosul.org.br	
Dr.º Roberto Varsi	VERIADNE	roberto@maizdosul.org.br	
Steliano Ameliny	Veriade	steliano@maizdosul.org.br	
paest caelo de Lima	Veriade	paest@maizdosul.org.br	
Fontene Eug. Bagnato			
FELIPE DOS SANTOS			
Dr.ºs Paulo A. P. D. M.			
Aurônio T. S. Almeida	AMPLAIA	auronio@maizdosul.org.br	
Geism. Paulo Airport Cassio	POVOAOS	geism@maizdosul.org.br	
Almeida SCS SUCREIRA	LABORATORIO DE INICIATIVAS	almeida@maizdosul.org.br	
LUCY BASSETT	ARQUITETA URBANISTA SINEC	lucy@maizdosul.org.br	
Mt.º Caetano J. S. Trindade	Reservista - Funpar	caetano@maizdosul.org.br	
Marcos Assis de Azeite	Reservista - Funpar	marcos@maizdosul.org.br	
Cleiton José Polli	Reservista - Funpar	cleiton@maizdosul.org.br	



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO | PLANO DE TRABALHO



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: 1ª Audiência Pública - Avaliação do POBS vigente.
LOCAL: Câmara Municipal - Bocaiúva do Sul

DATA: 03/03/2020
HORÁRIO: 19:00

NOME	SECRETARIA/ ENTIDADE	CONTATO	BOCAIÚVA
LUIZ CARLOS S. ALVARO	COMERCANTE	99511555	
Maria Thais de Souza	FUNPAR	maria_thais@funpar.org.br	
Felício Wolff	VIA AERÉO	(41) 991039319	
Juliana Lima	RAM	(41) 99147-8152	
João Alves dos Santos	Comércio	91-98933-0373	
Luiz Gustavo Moraes	Func. Públicos	41-985033806	
Roberto de Souza	Comércio	41-997596353	
Robt Hamilton Perry	Vereador	41 996692603	
Rafael S. Lima	Comunidade	42 9966284418	
Miguel Schindler de Lima	Cooper de Imoveis	41 982573920	
Felipe Schindler	ANDRAD	41-99825-9858	
Robson C. de Oliveira	Comunidade	41 998244864	
Ilma Tereza Cavalcante Brito	SEMAS	41 998059944	
Roberto Rodrigues (Creu)	Instituto Teosofia Cultural	41 999093996	
Luizini de Oliveira	Instituto Teosofia Cultural	41 999003683	
Adair Anacleto	Funpar	41-3360-3444	
Nelson Oliveira	URBIST/1	(11) 981222233	
Paulo Roberto	Voluntário	41 3222 0036	
João H. Kubicki	Enfermeiro	3658 4488	
Marcos José Balsevicius	Medico de plantão	995517961	





REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIUVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO



EVENTO: 1ª Audiência Pública – Avaliação do PDDB vigente.
LOCAL: Câmara Municipal – Bocaiuva do Sul

DATA: 03/03/2020
HORÁRIO: 19:00

NOME	SECTOR/ORGANIZAÇÃO	CONTATO	ASSINATURA
Mariana Kossick	Urbanismo	(41) 9695-2680	
CRISTIANE LEONARDO DIAS		(41) 99608-5070	
GEORGINA LUIZ DE SOUZA		99148-7707	
LUIZ RISTEFLO DE SOUZA		584236677	
ALINE BRANDEN MACIELIN		(41) 99729-2556	
ARILDO DIRECU COPPERER	Prof. Sergio Rog. Simões	41 999913958	
Amir Soares		954609327	
Carlos Wellington K. Reis	EDUCAÇÃO		
Seviana Ope de Deus	Educação		
Diana L. Tronassio Trissati	FUNPAR		
Luiz de S. Busato	Municipal	debores@tribunaofuncionarios.br	
Jeanete Madecorense	IM Br. do Sul	3635-3535	
Andressa Tieni Tegomeni	PM Br. do Sul	3675-3979	
Maurício A. Mars	FUNPAR	31966-1605	

5. Fotos



6. Material de apoio



LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

PROGRAMAÇÃO:

- 19:00 – Abertura;
- 19:15 – Conceitos gerais sobre planejamento estratégico e territorial;
- 19:40 – Apresentação do Plano de Trabalho;
- 20:00 – Instituição do Grupo de Acompanhamento;
- 20:30 – Debate





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento urbano tradicional:
Modelar a realidade conforme o ponto de vista do técnico.

Então, do ponto de vista de quem?

Estatuto da Cidade → planejamento participativo

**Não cabe ao planejamento modelar o futuro, mas
delinear vias ou caminhos para construir o futuro.**



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**O planejamento estratégico tem como objetivo configurar um
“mapa de navegação”**



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**O planejamento estratégico tem como objetivo configurar um
“mapa de navegação”**

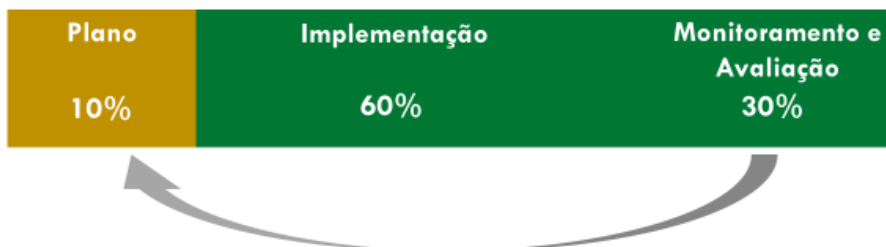


Rumo para o desenvolvimento de Bocaiúva do Sul



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano é apenas o início do processo



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento para quê?

Município/cidade Eficientes e Justos

Quem planeja?

Cidadão e Servidor Público

*Para que o Plano se viabilize, é essencial que **cada grupo na sua função, técnica e/ou política, se aproprie do seu conteúdo, conferindo legitimidade ao Plano.***



POLÍTICA URBANA NACIONAL

Constituição Federal (art. 182 e 183)



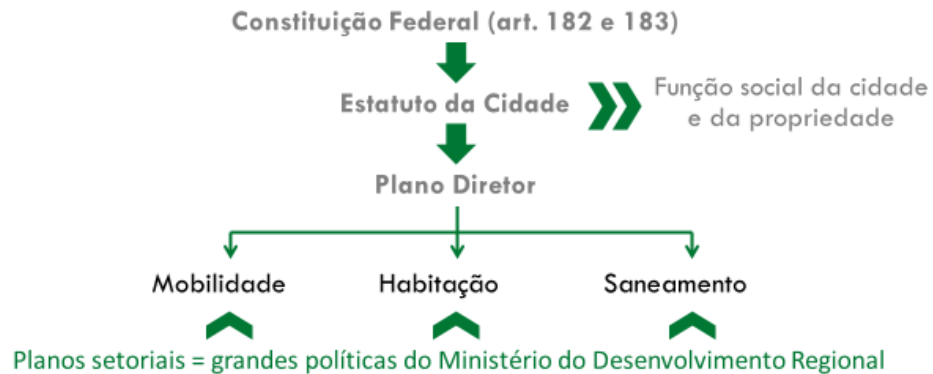
Estatuto da Cidade



Plano Diretor



POLÍTICA URBANA NACIONAL



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Constituição Federal (1988)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano(...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade e garantir o bem - estar de seus habitantes.**

§ 2º. A **propriedade urbana cumpre sua função social** quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no **plano diretor.**



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

O interesse coletivo prevalece sobre o direito individual



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Por que a cidade tem uma função social?



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

O interesse coletivo prevalece sobre o direito individual

Por que a cidade tem uma função social?



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Historicamente → concentração de serviços e necessidade de trocas (mercado)

Concomitantemente, há concentração de pessoas

Regras de convívio (coletivo prevalece sobre o individual)

Necessidade de infraestrutura urbana:

- Água, esgoto, coleta de lixo, etc.
- Vias, guardas de trânsito, transporte, etc.
- Rateio entre os cidadãos (taxas e impostos)

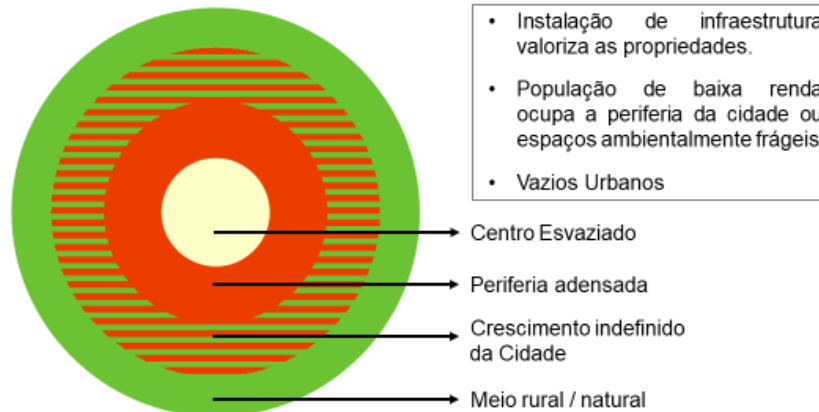


O valor depende da forma como a cidade é planejada e gerida.



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Equilíbrio entre direito de propriedade e interesse maior da coletividade.



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Bens socioambientais incidem sobre a propriedade.



Função social relacionada à sustentabilidade [ambiental]...



... ou sustentabilidade cultural



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

... e a sustentabilidade urbana:

- O direito de construir (e de não construir);



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

... e a sustentabilidade urbana:

- O direito de construir (e de não construir);
- O direito de parcelar o solo;





POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

... e a sustentabilidade urbana:

- O direito de construir (e de não construir);
- O direito de parcelar o solo;
- O direito de exploração econômica (instalação de atividades);



POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)

DIRETRIZES:

- Função Social da cidade e da propriedade;
- Cidades Sustentáveis;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- Gestão democrática.



POLÍTICA URBANA NACIONAL

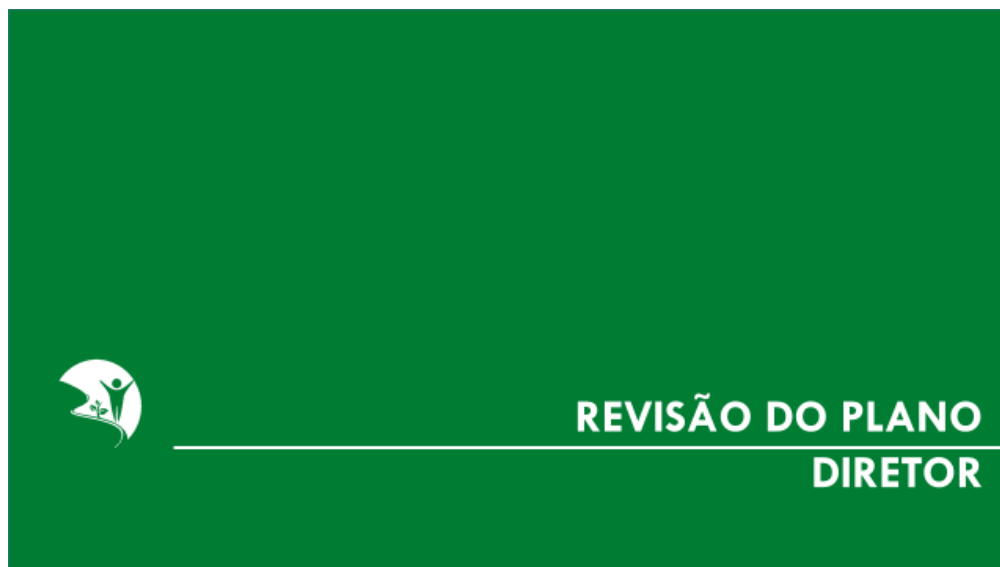
FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- Transferência de Potencial Construtivo





REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

**O Plano Diretor vigente foi aprovado em 2008
Leis complementares aprovadas em 2012**

**O plano diretor deve ser revisado minimamente
a cada 10 anos. Lei 10.257.**



REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- Cenários: **Atual - Diagnóstico - Desejável - Propostas**
- Leis:
 - ✓ Lei do Plano Diretor
 - ✓ Lei de Uso e Ocupação do solo
 - ✓ Lei de Sistema Viário
 - ✓ Lei de Parcelamento do solo
 - ✓ Lei de Perímetro Urbano
 - ✓ Códigos de Obra e Posturas
 - ✓ Leis específicas – instrumentos de desenvolvimento territorial
- Plano de Ação
- Monitoramento e Avaliação



REVISÃO DO PLANO DIRETOR

1. Revisão do Diagnóstico (Análise Temática Integrada)
2. Revisão do cenário desejado
3. Revisão dos eixos estratégicos
4. Revisão da legislação
5. Revisão do Plano de Ação
6. Proposta de estrutura organizacional para implantação do PDBS

Plano Diretor condizente com a capacidade institucional do município para sua implantação



REVISÃO DO PLANO DIRETOR

E como esse trabalho será realizado?

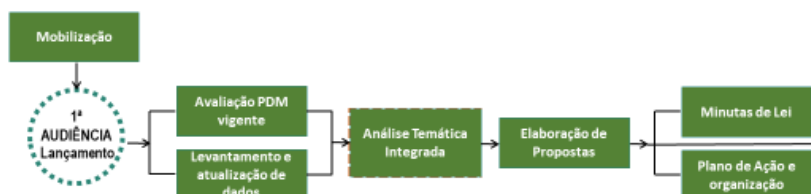
Como eu posso participar?



PLANO DE TRABALHO

METODOLOGIA

Fases do processo de revisão do PDBS:

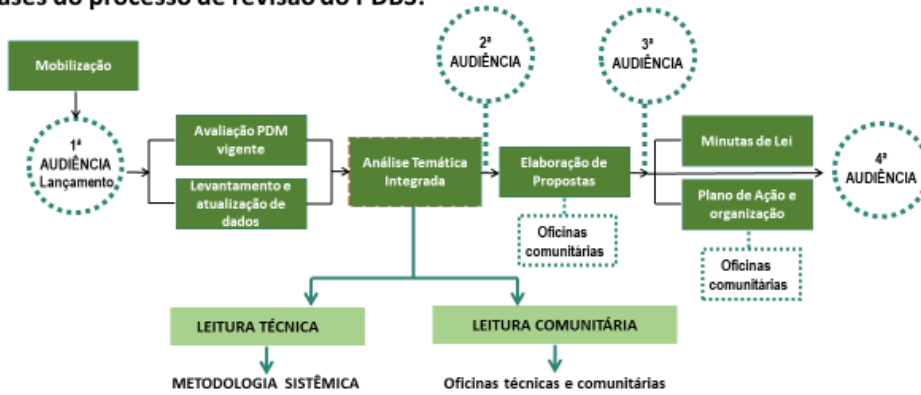




PLANO DE TRABALHO

METODOLOGIA

Fases do processo de revisão do PDBS:



PLANO DE TRABALHO

METODOLOGIA

Fases do processo de revisão do PDBS:



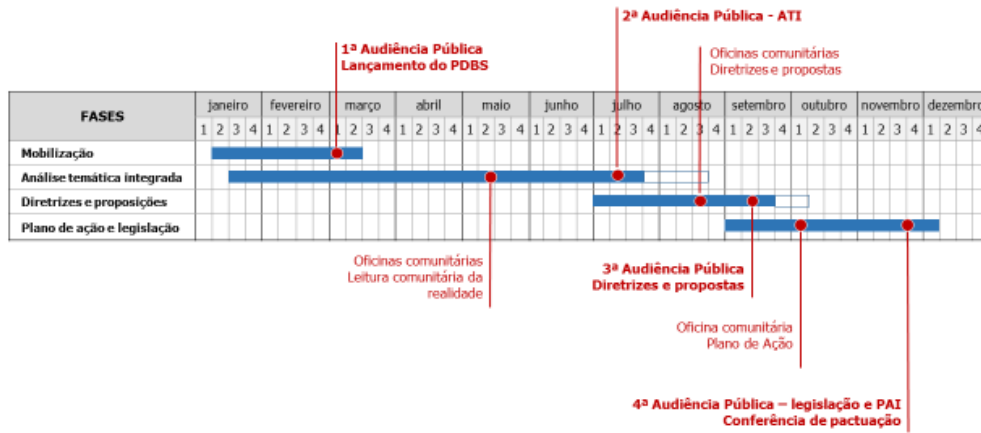
PLANO DE TRABALHO

METODOLOGIA





CRONOGRAMA E PARTICIPAÇÃO

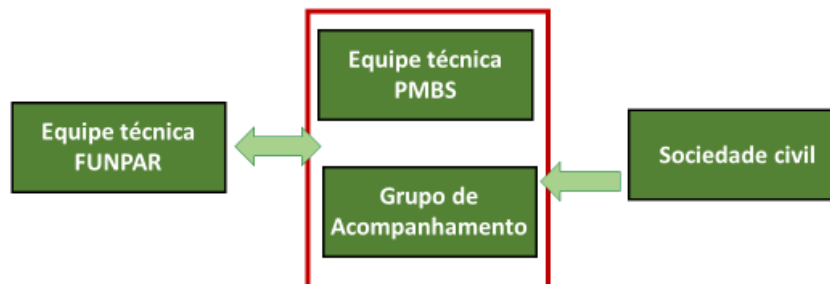


GRUPO DE ACOMPANHAMENTO



ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDBS

AGENTES ENVOLVIDOS





GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

ATRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO – GA

- Representar seu grupo de interesse nas discussões do PDBS;
- contribuir com seu ponto de vista da realidade local, atuando como parceiro na análise do cenário atual e na busca das soluções adequadas para o desenvolvimento do seu município;
- Auxiliar na mobilizar da sociedade para os eventos participativos.



GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

COMPOSIÇÃO → Representatividade e equanimidade

1. Representantes comunitários

- ✓ Associações/lideranças de bairros
- ✓ Associações/lideranças de localidades/comunidades rurais

2. Representantes de organizações da sociedade civil

- ✓ Associação dos segmentos empresarial, comercial, industrial, serviços
- ✓ Cooperativa/associação do setor rural
- ✓ Sindicato/associação (trabalhadores da área urbana, categoria profissional)
- ✓ Professor/pesquisador de interface com o tema
- ✓ Setor imobiliário
- ✓ Turismo / cultura



GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO PLANO DIRETOR:

Endereço: <http://www.bocaiuvadosul.pr.gov.br>

E-mail: planodiretorbocaiuva@gmail.com



7. MEMÓRIA 1ª CAPACITAÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião de capacitação do Grupo de Acompanhamento
Data: 10/03/2020 Horário início 14h00m Horário fim 16h00m
Local: Rotary - Bocaiúva do Sul
Pauta(s): Capacitação do Grupo de Acompanhamento – conceitos básicos do planejamento territorial

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal e representantes do Grupo de Acompanhamento, conforme lista em anexo.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. Foi iniciada pelo coordenador da equipe da Funpar a apresentação de slides referentes aos conceitos básicos de planejamento e política pública. Os presentes foram questionados sobre o entendimento de cada um a respeito de política pública e comentaram tratar de ações voltadas para o bem comum.2. O coordenador da equipe da Funpar, Mauricio Maas, afirmou que o Plano Diretor é uma política pública. A partir disso, foi feita uma explicação sobre como ocorre o processo de Planejamento na prática, inserido dentro de um processo político cíclico.3. Passou-se à explicação sobre as fases do planejamento, reforçando o organograma já apresentado anteriormente sobre as fases do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Bocaiúva do Sul e o cronograma com as atividades de participação.4. A apresentação destacou a fase que irá ser iniciada em breve: Análise Temática Integrada, que trata majoritariamente da definição dos problemas, que tem como resultado final as restrições e as potencialidades do município. Para exemplificar o que será produzido nessa fase, foram apresentados mapas de restrições e potencialidades do município de Telêmaco Borba, elaborados durante a Revisão do Plano Diretor do mesmo. Sobre a ATI, foi questionado sobre o Karst, como é feita a análise de fragilidade físico-ambiental frente à capacidade de suporte para uso e ocupação do solo. Mauricio explica que existem estudos sobre o Karst que embasam a análise, e que este assunto será aprofundado na próxima capacitação. O Geólogo Diclécio complementou a explicação na segunda parte da capacitação. Também houve discussão sucinta sobre os possíveis potenciais econômicos de Bocaiúva do Sul, como o turismo e atividades horti-fruti-granjeira. Jussara comenta que entende ser um potencial, mas que não é explorado. Foi citada a piscicultura como potencial, Jussara aponta que já houve ações nesse sentido, mas perdeu-se o foco.5. Apresentou-se também o conteúdo a ser tratado na fase de diretrizes e proposições, dando destaque à formulação de um marco lógico conformado como uma sequência lógica de atividades abarcando estratégias, programas e ações. A apropriação desta estrutura por parte do Grupo de Acompanhamento e pela comunidade é que possibilita o monitoramento e avaliação do Plano durante a fase de implementação. Mauricio destaca que, de acordo com experiências anteriores, o grau de implantação do plano é proporcional ao grau de entendimento sobre como o Plano se estrutura por parte dos técnicos municipais e Conselho da Cidade.

Mauricio também comenta que o grupo de acompanhamento, participando das capacitações da Revisão do PDBS, estará apto a formar o Conselho de Bocaiúva do Sul.

6. Passando à fase seguinte, discorre-se sobre a formalização do Plano Diretor na forma de Leis e Plano de Ação e Investimentos. Desse modo, foram exemplificadas algumas leis normalmente contidas no Plano Diretor e o que as norteiam.

7. Foi apresentado um exemplo de Plano de Ação e Investimentos, contendo o cronograma, priorização, fontes de investimentos, responsáveis e custo estimado. Marcos questiona sobre a forma de cálculo do custo estimado. Mauricio explica que, em geral, são utilizadas tabelas de preço publicadas por órgãos especializados, como o DNIT, bem como valores de referências de programas e projetos implantados em outros planos e municípios.

8. A apresentação foi finalizada com o reforço da exposição dos canais de comunicação do Plano Diretor.

9. Na segunda parte da capacitação, o representante do IAT, geólogo Diclecio Falcade explicou os conceitos básicos da análise geológica que embasa a elaboração de planos e os laudos específicos para instalação de construções e atividades, trazendo exemplos de Bocaiuva do Sul e região. Em seguida respondeu a dúvidas a respeito do Karst e métodos de análise do solo. Destacou que o aquífero Karst é um potencial para Bocaiuva do Sul, mas tem grande facilidade de contaminação da água, pois há canais diretos de ligação da superfície com o aquífero subterrâneo. Também ressalta que, pela configuração do Karst, sondagens realizadas em poucos metros de distância podem apresentar resultados bem diferentes. O geólogo se prontificou também a comparecer em futuras visitas e reuniões.



4. Lista de presença



EVENTO: Capacitação do Grupo de Acompanhamento - conceitos básicos do planejamento territorial.
LOCAL: Câmara Municipal - Bocaiúva do Sul

DATA: 10/03/2020
HORÁRIO: 14:00

NOME	SECRETARIA/EMPRESA	CONTATO	ASSINATURA
Francielly P. de Oliveira	CONTAMIO	3658-1308	
Francielly P. de Oliveira	SEE BOCAI.	988206615	
JOÃO LUIZ F. SOUZA	SETEC TERRABOIAHO	98448-2067	
FABRÍCIO S. C. MATOS/AMVIC	PM BOCAI DO SUL	3635-3931	
Andréia Tíemi Takamori	P.M. DO DO SUL	W	
Suzanna Inês Dreisch	EMATER	991819459/36581214	
Cleiton José Galli	PM BOCAI DO SUL	99550-9124/9300-8694	
ARLEDO DI REEU NEDEIRA	EDUCADOR/EPESUSCA	99991-3958/36586816	
LUCY CARLA PASSETTI BRITO	PROFSSIONAL-ARQUITETA	98487-1137	
Marcos Nishida Dosi	Pel. Bocaiuva do Sul	99249-2903	
Almaviva de F. Santos Cavallari	Comercio	990435666	
Maria Elizabeth Kollker	CPMS	98408-1513	
Luiz Felipe Bonetti Junon	VERVA CLAR	99947-5665	
Wagner Zilberth Suel de Bona	Constru. Eng. Civil	99113-2832	
Rogério Rocio Gregório (RAN)	ARTISTA-FERRETEIRO/ARQUITETA	99009-3996	
Adriano Dolly Pastore	ARQUITETA	99103-9319	
Francielly P. de Oliveira	PM	99147-8950	
Luiz Leão Busera	Comercio Lda.	914224623	
Wagner Zilberth Suel de Bona	FUNPAR	99119-3530	

5. Fotos



6. Material de apoio





PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

O que é Política Pública?

Propósito das Políticas:

- a) Gerar um produto físico, tangível e mensurável; e
- b) Gerar impacto – físico ou subjetivo – alterando atitudes, comportamentos.

(FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986)

O Plano Diretor é uma política pública?



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO – DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA





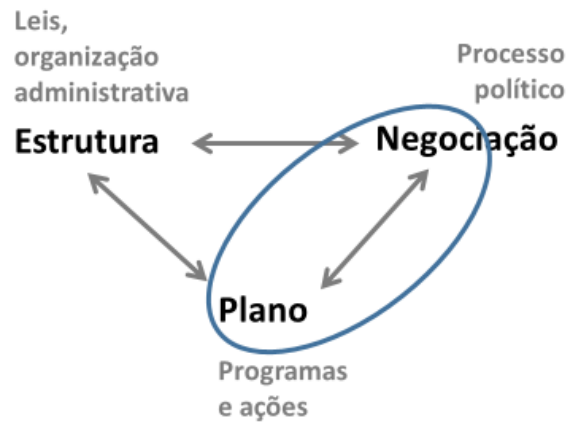
PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO – DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO – DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO – DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA

COMO ACONTECE NA PRÁTICA?



Enquadramento estrutural



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO – DIMENSÕES DA POLÍTICA PÚBLICA

COMO ACONTECE NA PRÁTICA?



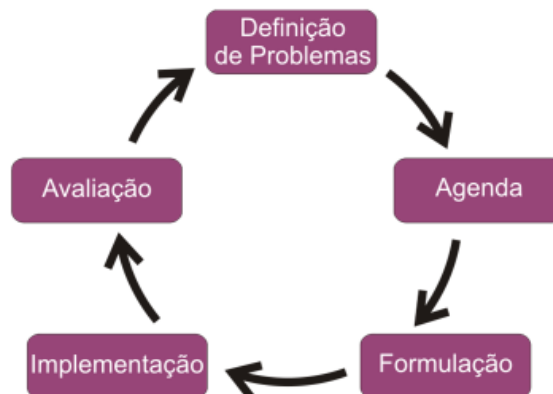
Enquadramento estrutural



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

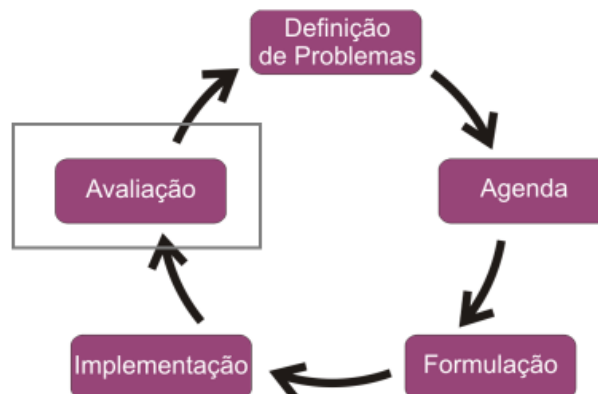
Planejamento é parte de um processo **político**:



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

Planejamento é parte de um processo **político**:





PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



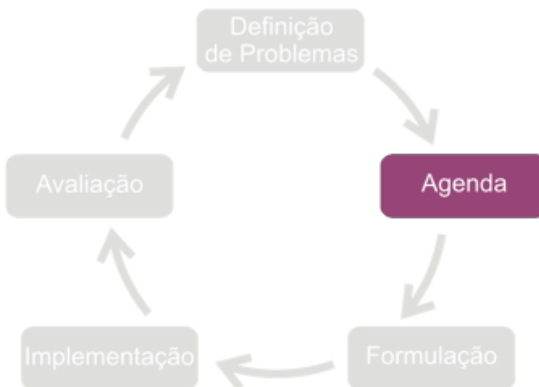
Processo de reconhecimento de certos aspectos da realidade como problemas

Freqüentemente, são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar.



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



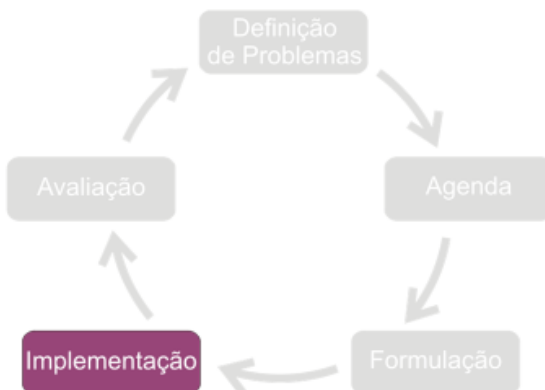
Priorização de problemas a serem tratados por um governo (inserção na pauta política)

Crítérios:
 - Relevância;
 - Custo-benefício
 - Chance do tema ou projeto se impor na arena política



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



Seguimento de rotinas e procedimentos, necessidade de adequações à realidade

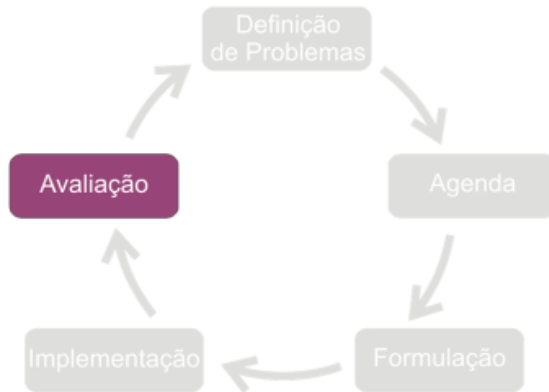
Monitoramento dos procedimentos de implementação

Está saindo como planejado? Por que?



PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA

CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA



Indagação acerca dos resultados, distorções em relação ao projetado. Procedimentos de correção.

Revisão do Planejamento



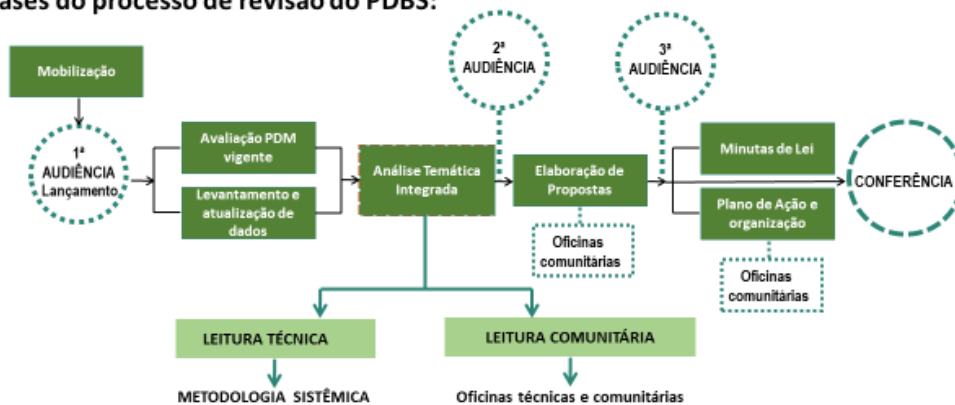
FASES DO PLANEJAMENTO



PLANO DE TRABALHO

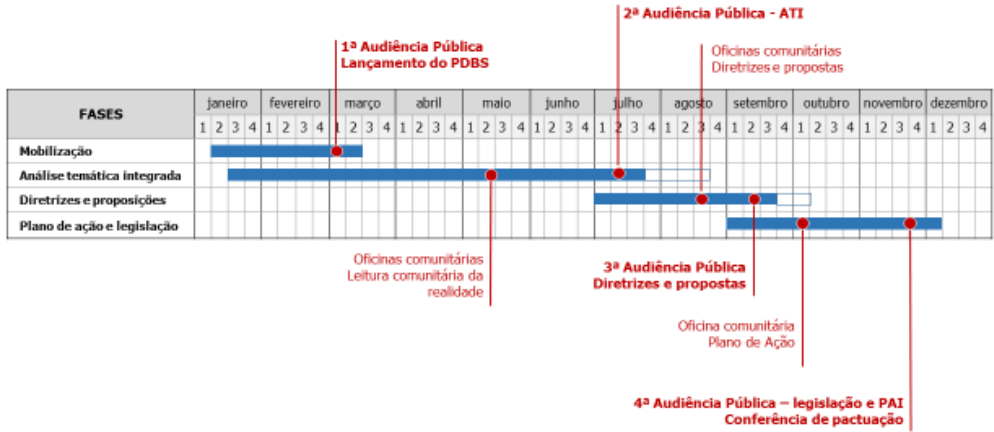
METODOLOGIA

Fases do processo de revisão do PDBS:



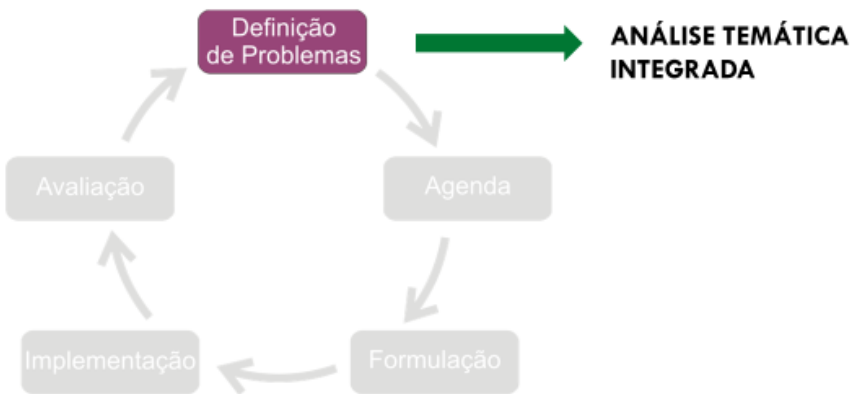


CRONOGRAMA E PARTICIPAÇÃO



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

**Quais potencialidades podem ser desenvolvidas em Bocaiúva do Sul?
 Quais problemas devem ser resolvidos e/ou evitados para que a cidade
 funcione bem?**

RESTRICÕES E POTENCIALIDADES



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



Potencialidades

- Vazios urbanos
- Verticalização
- Áreas verdes
- ZETS (Lei PDDU)
- Potencial Centro de Bairro
- Via Estrutural (Lei Sistema Viário)

Fonte: FUNPAR, 2017; PHTB, 2006.



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



Restrições

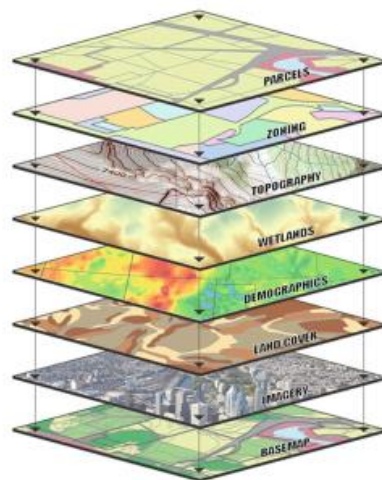
- Pontos críticos de alagamento
- Equipamentos cedidos ou locados
- Vias não pavimentadas
- Regiões alagáveis
- Áreas não atendidas pela rede de esgoto sanitário
- Áreas de restrição de ocupação
 - Área de serviço da rodovia (45 m)
 - Área de Preservação Permanente - APP (30 m)
 - Área de domínio da marinha (35 m do lito do Rio Tibagi)
- Áreas de risco geoes ambiental
 - Alto risco
 - Muito alto risco
- Renda per capita
 - até R\$292,00
 - R\$292,00 a R\$500,00
- Entraves sistema viário
- Entraves ambientais
- Entraves físico-ambientais

Fonte: IBGE, 2010; PARANACIDADE, 1996, 2017; CBR, 2017; DIVEX, 2017; FUNPAR, 2017; PHTB, 2017.



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



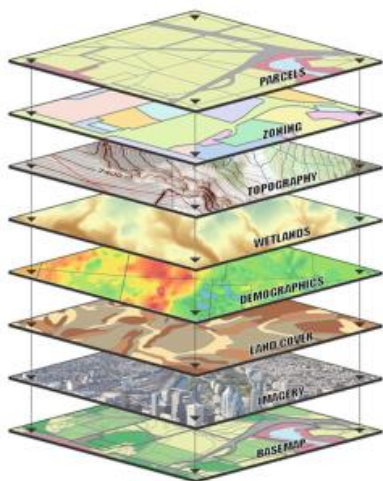
Capacidade de suporte físico e ambiental

Capacidade de suporte de infraestrutura e serviços



FASES DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA



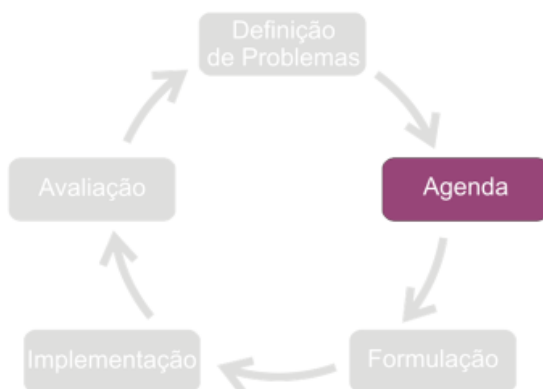
Capacidade de suporte físico e ambiental

Capacidade de suporte de infraestrutura e serviços



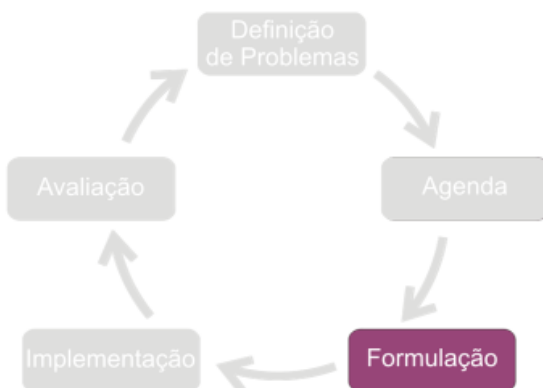
FASES DO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



FASES DO PLANEJAMENTO

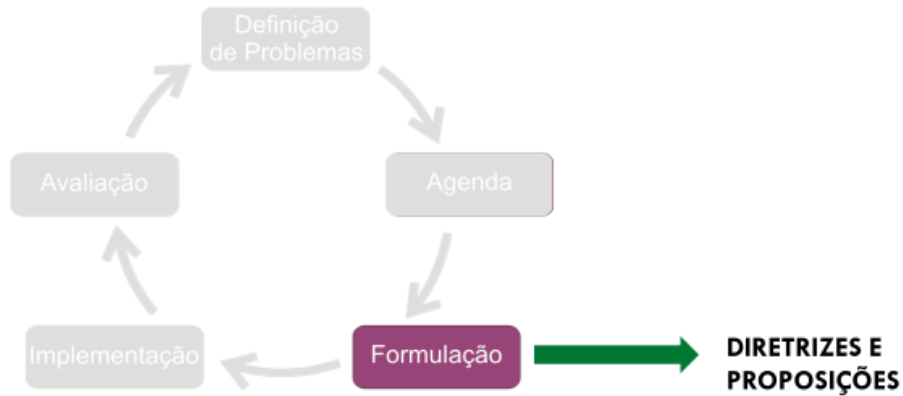
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES





FASES DO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES



FASES DO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Plano ou Projeto:

Sequência estruturada de atividades



devem levar à solução de um problema previamente identificado



Árvore de objetivos
Sequência de atividades

Eixos estratégicos



Planos/Programas

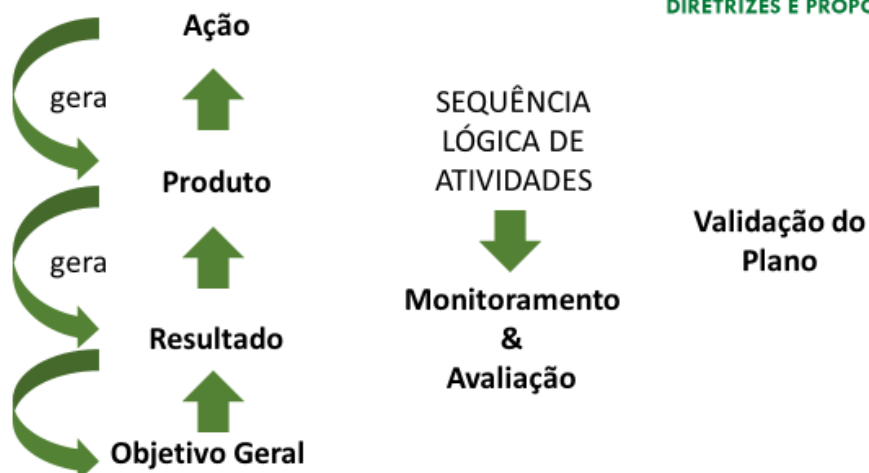


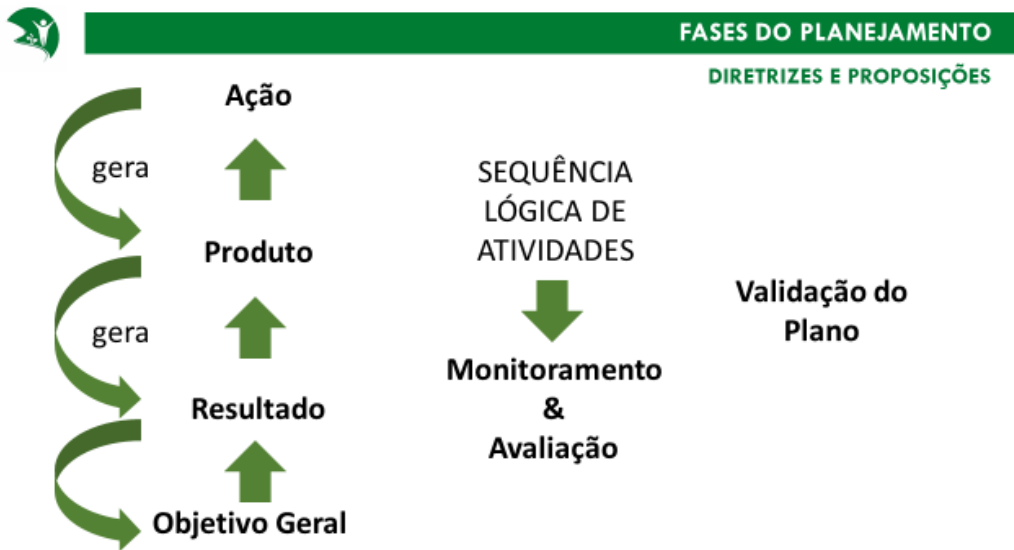
Ações



FASES DO PLANEJAMENTO

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES





FASES DO PLANEJAMENTO
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDBS

Formalização em:

- Leis
- Plano de Ação e Investimentos



Revisão da estrutura administrativa para implementação do PDBS

FASES DO PLANEJAMENTO
LEGISLAÇÃO

Lei do Plano Diretor

- > Norteia a ação dos agentes públicos e privados
- > Princípios, Conceitos e Parâmetros da função social.
- > Previsão dos Instrumentos urbanísticos.



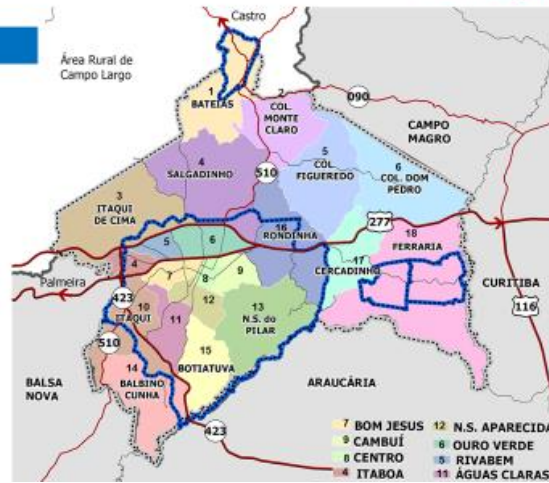


FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

Lei do Perímetro Urbano

- > Definição das Áreas Urbana x Rural.
- > Delimitação dos distritos Rurais.



FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

Lei do Sistema Viário

- > Hierarquização das vias e dimensionamento.
- > Diretrizes para novos tipos de parcelamento.

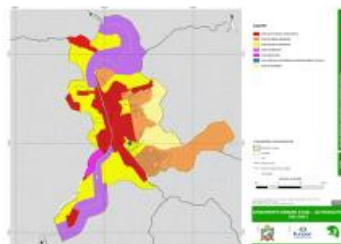


FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

Lei de Uso e Ocupação do Solo

- > Conjunto de dispositivos que regulamentam o Uso e Ocupação do solo urbano.
- > Definição de ZEIS.





FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO



FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

Lei do Cód. de Edificações e Obras

> Regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis.



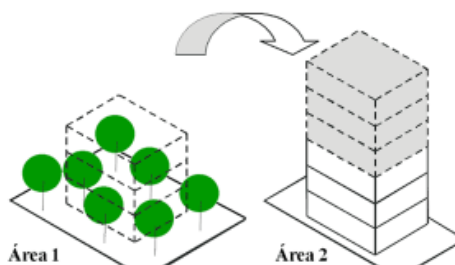
FASES DO PLANEJAMENTO

LEGISLAÇÃO

Instrumentos urbanísticos

> Parâmetros e procedimentos para utilização de instrumentos:

- EIV
- Regularização fundiária
- Transferência de potencial construtivo
- IPTU progressivo





REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO | PLANO DE TRABALHO



FASES DO PLANEJAMENTO
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIA	PROGRAMA	AÇÃO	PRIORIDADE	ANO											VALOR TOTAL	FONTE DO RECURSO			RESPONSÁVEIS		
				2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	pós 2025	M		E/C	IP				
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Elaborar projetos para implantação do sistema viário básico, com ênfase para o compartimento sul	ALTA														R\$ 2.000.000,00	X			Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Implementar sistema viário básico urbano	MÉDIA														R\$ 55.000.000,00	X	X		Secretaria de Infraestrutura e Log.
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Requalificar trecho da R. Dr. Jorge Xavier da Silva	ALTA														R\$ 3.000.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Elaborar projeto para requalificação da Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA														R\$ 118.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano e de Infraestrutura e Log.
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Requalificar e urbanizar a Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA														R\$ 6.500.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Implementar e qualificar as passagens viárias sobre a linha férrea	MÉDIA														R\$ 4.000.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano e de Infraestrutura e Log.
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Finalizar o processo de tombamento do Setor Histórico, assim como a compatibilização com o tombamento a nível estadual	ALTA														R\$ 0,00	X	X		Diretoria de Cultura
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Elaborar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	ALTA														R\$ 950.000,00	X			Secr. de Desenvolvimento Urbano e Diretoria de Cultura
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Implantar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	MÉDIA														R\$ 15.000.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Fomentar projetos voltados para a educação patrimonial	ALTA														R\$ 240.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano e Diretoria de Cultura
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Formar mão-de-obra especializada na conservação de edifícios históricos	MÉDIA														R\$ 200.000,00	X			Secr. de Desenvolvimento Urbano
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Produzir inventário participativo dos bens culturais materiais e imateriais de Castro	Baixa														R\$ 145.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano, Turismo, e Dir. de Cultura
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Criar entidade sem fins lucrativos de apoio ao Patrimônio Cultural	MÉDIA														R\$ 0,00	X			Diretoria de Cultura
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Implementar e operacionalizar instrumentos compensatórios para edifícios históricos tombados	ALTA														R\$ 0,00	X			Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Implementar a Superintendência Municipal de Patrimônio	ALTA														R\$ 0,00	X			Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Administração



FASES DO PLANEJAMENTO
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIA	PROGRAMA	AÇÃO	PRIORIDADE	ANO											
				2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Elaborar projetos para implantação do sistema viário básico, com ênfase para o compartimento sul	ALTA												
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Implementar sistema viário básico urbano	MÉDIA												
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Requalificar trecho da R. Dr. Jorge Xavier da Silva	ALTA												
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Elaborar projeto para requalificação da Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA												
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Requalificar e urbanizar a Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA												
Melhoria da mobilidade urbana e rural	Mobilidade	Implementar e qualificar as passagens viárias sobre a linha férrea	MÉDIA												
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Finalizar o processo de tombamento do Setor Histórico, assim como a compatibilização com o tombamento a nível estadual	ALTA												
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Elaborar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	ALTA												
Preservação da paisagem e cultura de Castro	Preservação do Patrimônio	Implantar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	MÉDIA												



FASES DO PLANEJAMENTO
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIA	PROGRAMA	AÇÃO	PRIORIDADE	ANO											VALOR TOTAL	FONTE DO RECURSO			RESPONSÁVEIS		
				2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	pós 2025	M		E/C	IP				
viário básico, com ênfase para o compartimento sul	Mobilidade	Elaborar projetos para implantação do sistema viário básico, com ênfase para o compartimento sul	ALTA														R\$ 2.000.000,00	X			Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Implementar sistema viário básico urbano	Mobilidade	Implementar sistema viário básico urbano	MÉDIA														R\$ 55.000.000,00	X	X		Secretaria de Infraestrutura e Log.
Requalificar trecho da R. Dr. Jorge Xavier da Silva	Mobilidade	Requalificar trecho da R. Dr. Jorge Xavier da Silva	ALTA														R\$ 3.000.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.
Elaborar projeto para requalificação da Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	Mobilidade	Elaborar projeto para requalificação da Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA														R\$ 118.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano e de Infraestrutura e Log.
Requalificar e urbanizar a Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	Mobilidade	Requalificar e urbanizar a Av. Prof. Dr. Ronie Cardoso	MÉDIA														R\$ 6.500.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.
Implementar e qualificar as passagens viárias sobre a linha férrea	Mobilidade	Implementar e qualificar as passagens viárias sobre a linha férrea	MÉDIA														R\$ 4.000.000,00	X			Secr. de Desenv. Urbano e de Infraestrutura e Log.
Finalizar o processo de tombamento do Setor Histórico, assim como a compatibilização com o tombamento a nível estadual	Preservação do Patrimônio	Finalizar o processo de tombamento do Setor Histórico, assim como a compatibilização com o tombamento a nível estadual	ALTA														R\$ 0,00	X	X		Diretoria de Cultura
Elaborar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	Preservação do Patrimônio	Elaborar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	ALTA														R\$ 950.000,00	X			Secr. de Desenvolvimento Urbano e Diretoria de Cultura
Implantar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	Preservação do Patrimônio	Implantar o plano para revitalização da paisagem e restauro das edificações do setor de proteção histórico/cultural	MÉDIA														R\$ 15.000.000,00	X			Secr. de Obras e de Infraestrutura e Log.



CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO PLANO DIRETOR:

Endereço: <http://www.bocaiuvadosul.pr.gov.br>

E-mail: planodiretorbocaiuva@gmail.com



8. MEMÓRIA DE CONSOLIDAÇÃO E COORDENAÇÃO

1. Dados Gerais

Atividade: Reuniões de Consolidação e Coordenação
Data: 10/03/2020 Horário início 13h30m Horário fim 14h00m
Local: Rotary - Bocaiúva do Sul
Pauta(s): Reuniões de Consolidação e Coordenação do Grupo de Acompanhamento

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal, conforme lista em anexo.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. O coordenador Mauricio Maas explica o objetivo da reunião, de consolidar a fase de mobilização com base nos resultados da 1ª Audiência Pública e realizar ajustes no andamento dos trabalhos, conforme a experiência da fase de mobilização, caso haja necessidade.2. Com relação aos resultados da Audiência Pública, foi abordada a consolidação do Grupo de Acompanhamento, cujos membros foram eleitos no evento.3. Após a Audiência, em reunião de coordenação, decidiu-se incorporar ao GA a técnica da EMATER, Jussara Dresch, por ter grande conhecimento da área rural de Bocaiúva do Sul, tanto no que tange as questões produtivas como as de cunho social; no mesmo sentido, por ter conhecimento sobre a história de Bocaiúva do Sul e sobre os problemas sociais que o município enfrenta, foi incorporada ao GA a Irmã Mary Elizabeth Kelliher.4. Ambas as inserções foram bem recebidas pelos outros membros da GA, uma vez que é reconhecida a importância da representatividade de diversas áreas.5. Foi observado pelo coordenador da equipe da Funpar que os integrantes do GA representantes dos distritos da Macieira e da Barra do Capivari serão escolhidos posteriormente durante as oficinas comunitárias que ocorrerão nessas localidades, conforme decisão em Audiência.6. Após discussão sobre a representação no Grupo de Acompanhamento, o setor imobiliário decide pela indicação de João Luiz Fagundes de Souza.7. Também houve discussão a respeito da melhor forma de comunicação entre os membros do GA e das equipes técnicas. Foi sugerido a criação de um grupo específico no aplicativo WhatsApp para a divulgação de informações, além dos meios habituais utilizados até então (e-mail e telefone). A possibilidade da criação do grupo ficou de ser averiguada pelas equipes técnicas.

4. Lista de presença



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 1 - MOBILIZAÇÃO

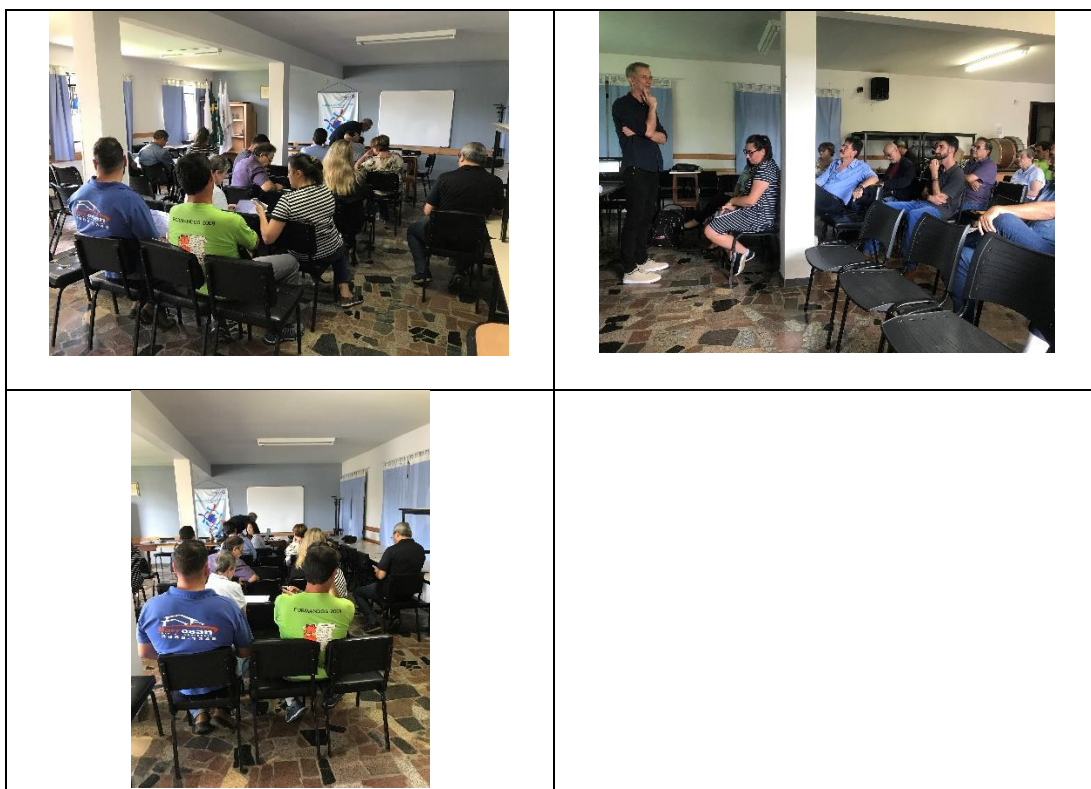


EVENTO: Reunião de Consolidação e Coordenação.
LOCAL: Câmara Municipal – Bocaiúva do Sul

DATA: 10/03/2020
HORÁRIO: 13:30

NOME	SECRETARIA / ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA
Francis J. C. Motacorone	PM Boc. Sul Lurbon.	engfranc@bocaimotasul.pr.gov.br	
Andréia Tievni Tagameni	^	andreetievni@bocaimotasul.pr.gov.br	
Cláudio José All.	Im. Be. Isl. Timonez	claudio.all@imbeisl.com	
Marcos Vinicius de Paiva	PM Bocaimotasul	marcosvp@pmbo.com.br	
Dezidária King	PM	dezidaria.king@pmbo.com.br	
Adelmo A. Beito	Sec. Adm.	adelmo@bocaimotasul.pr.gov.br	

5. Fotos



6. Material de apoio

NOME	SEGMENTO
Izaías L. G. Oliveira	Tabelionato
Arildo Dirceu Cordeiro	Educação e pesquisa
Silmara de Fátima Santos Bassetti	Associações empresariais
Renato Paulo Carvalho Silva	Turismo/cultura
João Luiz Fagundes de Souza	Setor imobiliário
Jussara Dresch	EMATER
Lucy Bassetti	Profissionais da construção civil
Felipe Bisinella dos Santos	Agricultura e meio ambiente
Irmã Mary Elizabeth Kelliher	Assistência Social